ISSN: 1517-199x

MOVENDO IDEIAS

Revista do Mestrado de Comunicação, Linguagens e Cultura • v. 14, n. 2, ago./dez. 2009.

Editora Unama
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

MOVENDO IDEIAS

REVISTA DO MESTRADO DE COMUNICAÇÃO, LINGUAGEM E CULTURA
2009, UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

REITORA
Prof. Dra. Ana Célia Bahia Silva

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
Prof. Núbia Maria de Vasconcelos Maciel

COORDENADORA DO MESTRADO DE COMUNICAÇÃO. LINGUAGENS E CULTURA
Prof. Dra. Ivânia dos Santos Neves

EXPEDIENTE
EDIÇÃO:
Editora UNAMA
RESPONSÁVEL:
João Carlos Pereira
NORMALIZAÇÃO:
Maria Miranda
REVISÃO:
David do Vale Lima
FORMATAÇÃO GRÁFICA:
Elailson Santos
Pedro Leal
RESPONSÁVEIS POR ESTA EDIÇÃO :
Ivânia dos Santos Neves e Analaura Corradi
CAPA:
Shirley Penaforte

Editora Unama
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

"Campus" Alcindo Cacela
Av. Alcindo Cacela, 287
66060-902 - Belém-Pará
Fone geral: (91) 4009-3000
Fax: (91) 3225-3909

"Campus" BR
Rod. BR-316, km3
67113-901 - Ananindeua-Pa
Fone: (91) 4009-9200
Fax: (91) 4009-9308

"Campus" Quintino
Trav. Quintino Bocaiúva, 1808
66035-190 - Belém-Pará
Fone: (91) 4009-3300
Fax: (91) 4009-0622

"Campus" Senador Lemos
Av. Senador Lemos, 2809
66120-901 - Belém-Pará
Fone: (91) 4009-7100
Fax: (91) 4009-7153

Catalogação na fonte
www.unama.br

M 869m Movendo Ideias: revista do Mestrado de Comunicação, Linguagens e Cultura. Belém: Unama, v. 14, n. 2, ago./dez. 2009.

116 p.

ISSN: 1517-199x

1. Comunicação. 2. Linguística. 3. Economia. 4. Ciências políticas. 5. Mestrado de Comunicação, Linguagens e Cultua. 6. Unama – periódico.

CDD: 050

Sumário

EDITORIAL 5

A COEXISTÊNCIA DE TRAÇOS TEÓRICOS ANTINÔMICOS NA JURISPRUDÊNCIA SOBRE A AFETIVIDADE FAMILIAR 7
Élcio Aláudio Silva de Moraes

AS MANIFESTAÇÕES ESTÉTICAS E ESTÉSICAS DE ROMERO BRITTO NO CASEABSOLUT VODKA 17
Miedja Okada

DENOMINAÇÃO DE ORIGEM: AMAZÔNIA BRASILEIRA:
a defesa e a proteção da floresta tropical 25
Manuela do Corral Vieira

EFEITO MODERADOR DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE SOBRE AS DIFICULDADES E BARREIRAS NA UTILIZAÇÃO DOS TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO BANCÁRIO ENTRE OS IDOSOS 33
Íris Linhares Pimenta
Anatália Saraiva Martins Ramos

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E SUAS AÇÕES DE DEFESA À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 49
Ariolino Neres Sousa Júnior

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA CONTABILIDADE PÚBLICA 59
Valéria Cássia Oliveira da Cruz
Cássia Regina Lima
Cleia Alves Fernandes

MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.
AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AS POSSIBILIDADES PARAAS REGIÕES 79
Marco Antonio Silva Lima

SETOR ELÉTRICO E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO PARÁ:
uma análise de indicadores de sustentabilidade no setor residencial 93
Fabrício Quadros Borges
Fabrini Quadros Borges

Editorial

Chega, especialmente, ao público universitário, mais um volume da revista Movendo Ideias, com a reunião de artigos científicos desenvolvidos por professores e alunos da Universidade da Amazônia e de diferentes universidades e centros de pesquisa.

A revista Movendo Idéias está qualificada no sistema de Periódicos da CAPES com a seguinte classificação B5, nas seguintes áreas: INTERDISCIPLINAR, LETRAS / LINGUÍSTICA, CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ECONOMIA e SERVIÇO SOCIAL.

A princípio, os artigos que compunham esta revista estavam mais voltados para a produção de alunos e professores e da graduação. A partir deste volume, a participação dos docentes e discentes dos Programas de Mestrados da Universidade da Amazônia, Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura, Mestrado em Administração e Mestrado em Desenvolvimento Ambiental também estarão presentes na produção de artigos e na organização da revista.

A Movendo Ideias é uma revista de divulgação científica da Universidade da Amazônia. Esperamos que aproveitem bastante a leitura!

Atenciosamente.
Comissão Editorial

A COEXISTÊNCIA DE TRAÇOS TEÓRICOS ANTINÔMICOS NA JURISPRUDÊNCIA SOBRE A AFETIVIDADE FAMILIAR

Élcio Aláudio Silva de Moraes*

RESUMO

À luz das novas tendências constitucionais, o presente ensaio discute os fundamentos teóricos de duas jurisprudências brasileiras, que, por caminhos diversos, decidiram um pleito envolvendo o tema do abandono afetivo no âmbito do direito de família. O debate não se esgota no direito privado, mas é trazido à baila o contraponto entre regras e princípios como suporte à compreensão plural do direito de família, que hoje está ancorada em direitos e deveres fundamentais. Trata-se, pois, de um convite à reflexão sobre o amor/desamor entre pais e filhos como bem jurídico, na interface entre a teoria e a filosofia do direito no mundo pós-moderno.

PALAVRAS-CHAVE: Afetividade. Direito de família. Neo-constitucionalismo. Teoria do direito. Direitos fundamentais. Jurisprudência. Regras e princípios.

1 INTRODUÇÃO

Deparamo-nos, já nesse início do século, com indefinições sobre a essencialidade do direito, visíveis através da coexistência de racionalidades discrepantes sobre os mesmos conflitos. Embora se reconheça a influência da tradição ocidental na formação do pensar dos atores que compõem o direito, resta talvez uma parcela de fuga ao determinismo do colonizador, agregando-se à normatividade persistente valores da moralidade social em curso.

A formação do pensamento não encontra limites na sua construção, contudo a cultura, os valores, os princípios, a moral exortam os homens de determinado tempo a enveredarem para a insurgência contra os modelos arraigados e as prática jurídicas consideradas corretas.

Assim se passou com o direito, que historicamente teve a marca da concepção positivista de fazer seus postulados. Foi assim com a construção da norma legal, que, instituída pelo legislador onipotente, tinha como meta alcançar todos os conflitos da vida social.

Atrelado à decadência do legalismo e com amparo no novo constitucionalismo, não muito tarde detectou-se a importância do papel interpretativo e criativo do judiciário, que, atento aos casos concretos, incorporou um importante meio de se fazer justiça e enfrentar os casos argumentativamente.

As teses do formalismo jurídico de Hans Kelsen repercutiram sobremaneira na interpretação do direito. Contudo, a partir da segunda metade do século XX, novas considerações fo-

* Mestre e Doutorando em Direito. Professor de Direito Civil e Hermenêutica Jurídica da UFPA e UNAMA. Bolsista da FIDESA. (E-mail: elcioasm@uol.com.br)

ram trazidas à baila sobre o conceito do direito, de maneira que experimentou-se uma singular modificação nos enfretamentos das decisões judiciais com a introdução da argumentação, da elevada ponderação, do novo constitucionalismo e do debate entre regras e princípios.

Todos os ramos do direito foram açambarcados pela nova experiência judicial, sendo que a pretérita cisão entre direito público e privado entrou em colapso em prol de um conhecimento interdisciplinar e transversal que contempla todos os campos da realidade. Contudo, essa tendência não adveio sem resistências; na prática, ainda persistem traços de um apego excessivo ao normativismo codicista, ao formalismo e tecnicismo nas práticas processuais e o exagerado zelo à letra da lei.

Tentando compreender a interveniência desses argumentos de bases constitucionais e principiológicas nas relações de direito privado, especialmente no direito de família, é que examino o cenário de transformação do direito de família, que, hodiernamente, fustiga o conteúdo privatista e contratual para contemplar relações afetivas, assunto antes destituído de juridicidade.

Nesse intento, examino duas decisões proferidas por dois tribunais diferentes relativas ao mesmo pleito: indenização por danos morais contra um pai por ter sonegado amor a seu filho. A construção dos argumentos e as decisões a que chegaram os tribunais são absolutamente discrepantes, ora enveredando-se para um corte constitucional amparado em direitos fundamentais, ora revivendo o viés privatista da responsabilidade civil, da reparação do dano e do nexo de causalidade.

O pano de fundo do caso judicial examinado será o debate entre regras e princípios; a possibilidade do afeto como bem jurídico; o duplo grau de jurisdição e o aperfeiçoamento do conceito de justiça; os princípios constitucionais aplicáveis ao direito de família e a persistência dos institutos privados; consenso e a adesão do espírito nas decisões judiciárias.

2 ARGUMENTATIVIDADE E NEO-CONSTITUCIONALISMO NO ÂMBITO DA FAMÍLIA

Feitas as considerações sobre o cenário de introdução e coexistência dos princípios de base constitucional no ordenamento jurídico, examino e estabeleço contraponto entre duas jurisprudências antinômicas sobre o mesmo caso. Trata-se de pedido de indenização por danos morais de um filho contra seu pai, por este ter-lhe sonegado afeto.

O pedido foi denegado pelo juízo singular ao fundamento de que inexistia o nexo de causalidade entre o afastamento paterno e o desenvolvimento de sintomas psicopatológicos no menor. Houve apelação ao Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais, sendo a demanda julgada pela Sétima Câmara Cível daquele Tribunal, que a unanimidade condenou o pai em danos morais, fixando-lhe indenização de R$ 44.000,00.(quarenta e quatro mil reais) Processo nº 2.0000.00.408550-5/000(1).

Estamos diante da tese do abandono paterno, tão instigante no âmbito do direito de família, que nos leva a contrapor regras aos princípios constitucionais, subjacentes à moralidade social e tão presentes no bojo da sociedade pós-moderna.

De inicio, ao examinar o caso, o tribunal local construiu sua argumentação na noção de que a relação paterno-filial possui juridicidade e que a conduta do pai foi imprópria por negar amparo afetivo, moral e psíquico ao filho, causando-lhe a violação de direitos próprios da pessoa humana, como a dignidade. Este foi o primeiro contra argumento colegiado fomentado em objeção á tese do juízo singular.

Não se olvida de que sob a influência do neo constitucionalismo desenvolvido solidamente a partir da segunda metade do século XX, o direito de família sofreu profunda revisão de seus postulados, saindo daquela índole meramente privatista para açambarcar princípios de cunho

social, nos quais predominam mais deveres que poderes em relação aos filhos. A nossa carta constitucional recepciona esses valores de modo que a criança deve ter especial proteção do Estado, da Sociedade e da Família, a ninguém é dado o direito de desconsiderar como fundamental o melhor interesse da criança.

A difusão do constitucionalismo contemporâneo produz nova revisão dos postulados jurídicos, que, de alguma sorte, corrobora a nova moral universal e exorta a todos a uma atitude interpretativa frente aos conflitos insurgentes. Na verdade, há uma predominância dos princípios sobre as regras e uma maior ponderação do que a mera subsunção da lei ao caso concreto. Todo esse cenário impulsionou uma revisão na teoria e nas fontes do direito com repercussões decisivas no direito privado e especialmente no direito de família, que recepcionou novos princípios de índoles constitucionais. Sanchis, (2003) considerou que

> En particular, me parece obvio que se impone una profunda revisión de la teoría de las fuentes del Derecho, sin duda menos estatalista y legalista, pero problablemente también más atenta al surgimento de nuevas fuentes sociales.

O novo cenário de mudança de paradigmas trouxe para a ordem do dia o reconhecimento de que os tribunais teriam importantes tarefas na concretização da justiça, suas decisões tendem cada vez mais a amparar-se em motivações consistentes. Não basta apenas explicar qual a causa ou efeito produzido por tal ou qual situação. É necessário apresentar boas razões que justifiquem motivadamente o sentido mais apropriado de determinada decisão e sua ligação com o contexto social e moral da sociedade.

O comportamento do intérprete deve ser pautado em diálogo permanente e contínuo com o sistema jurídico, com os princípios e a contraposição com as regras, gerando insatisfações ou conformações possíveis. A argumentação jurídica revela-se, então, como instrumento de concretização de direitos e, nas considerações de Atienza (2004), também tem amparo pragmático e instrumental na solução de questões concretas.

> Se trata de una visión instrumental, pragmática y dinámica del derecho que presupone, utiliza y, en cierto modo da sentido a las anteriores perspectivas teóricas y que conduce, en definitiva, a considerar el Derecho como argumentación. Es poderia decirce, la perspectiva de alguien que no se limita a contemplar el edifício desde fuera o a proyectarlo prescindiendo de los problemas que plantea su ejecución, sino que participa activamente em la construción y se siente comprometido com la tarea.

Argumentar é estabelecer nexos, procurando romper de certo modo com a tradição lógico-dedutiva, que ainda persiste na experiência jurídica; diz respeito a um esforço de superação do modo simplista da subsunção para ver, no direito, uma complexa teia de problemas. Dessa maneira, a primeira construção argumentativa do Tribunal de Minas Gerais ao relacionar afeto à bem jurídico, bem como a possibilidade de violação a direito fundamental na relação paterno-filial, parece-me mais plausível por explorar não somente o direito posto material e formal, mas, sobretudo, por enveredar pelo relacionamento deste com o conjunto valorativo e principiológico do constitucionalismo contemporâneo.

Nesta decisão, o tribunal local considerou como impróprio o comportamento do pai ao negar afeto a seu filho. Certamente, pelo olhar de um hermeneuta positivista, que toma a noção de ilícito na exata conformação com a norma legislada, esta seria uma boa oportunidade para suscitar a segurança e a certeza das relações jurídicas açambarcadas pela legalidade

estrita, e assim tecer dura objeção ao conceito de impropriedade aventado no acórdão, posto que o direito refere-se a ilicitudes.

Até que ponto, pode alguém ser condenado civilmente por um comportamento não previsto como ilícito, mas impróprio se comparado com o novo enfoque da nova moralidade familiar, que vai além do viés patrimonialista e individualista para alcançar relações afetivas recíprocas? Ainda que se considere a norma talhada no exato contorno da responsabilidade, do dano, e do nexo de causalidade, o direito visto como integridade merece uma consideração especial da moralidade social, da ponderação, das opiniões divergentes que evidentemente coexistem com a legalidade formal. O edifício jurídico não é só objeto de contemplação, mas está envolto às relações humanas e para elas se dirige. As decisões judiciárias não devem se ocupar tão somente de regras postas, mas que levem em consideração sua destinação ao outro e a sua finalidade social.

O argumento de conduta imprópria tomado como norteador da responsabilidade pelo dano moral decorrente da falta de amor, sem dúvida, atrela-se ao princípio da afetividade familiar implícito na Constituição Federal, que, sendo parte do princípio da dignidade da pessoa humana e paralelo ao da solidariedade, traduz-se no dever reiterado de amar o filho, mesmo depois da dissolução da sociedade conjugal.

Nesse diapasão, o dever afetivo dos pais aos filhos subsiste como conduta continuada. Disso se conclui que o princípio da afetividade não se resume a prestação de alimentos decorrente da solidariedade e sustento familiar, representando o dever de aproximação moral e amorosa entre pais e filhos, mesmo que o relacionamento amoroso dos cônjuges tenha fim e mesmo ainda que venham a constituir nova família.

O Superior Tribunal de Justiça, ao examinar o recurso especial do pai descontente, não discutiu o argumento do comportamento impróprio e da violação da dignidade da pessoa humana. Não foram enfrentados estes quesitos pelo relator do acórdão, subsistindo o entendimento de que o abandono afetivo, apesar de ser matéria polêmica, foge à alçada do judiciário o poder de obrigar alguém a amar, e que, a persistir tal litígio, estaria reduzida a possibilidade de aproximação entre pai e filho.

Não se olvida que a questão do abandono afetivo no direito de família revela-se como um caso difícil e que requer um esforço hermenêutico do juiz, pois, consoante (DWORKIN, 2003)

> Os juízes que aceitam o ideal interpretativo da integridade decidem casos difíceis tentando encontrar, em algum conjunto coerente de princípios sobre os direitos e deveres das pessoas, a melhor interpretação da estrutura política e da doutrina jurídica de sua comunidade.

Partindo desse postulado, logo se evidencia a colisão de direitos fundamentais de cunho principiológico, com a regra formal definidora do ato ilícito e seus meios de reparação, que, por seu turno, estabelece nítidos contornos para a indenização por danos morais, sobretudo por exigir a tão positiva fórmula do nexo de causalidade. Ainda que se suscite a noção da segurança jurídica, o argumento de que o judiciário não pode obrigar alguém a amar não se sustenta no contexto de uma família jungida pela afetividade, especialmente porque o desamor de um pai a seu filho produz cicatriz irremediável; por outro lado, não se trata de qualquer pessoa, mas do próprio filho, que deve ter especial proteção de todos.

A opção do Superior Tribunal de Justiça em rejeitar a tese do abandono afetivo como passível de indenização não se amparou na ausência de nexo de causalidade, como feito no juízo singular, embora a Corte tenha mencionado esse aspecto no relatório. Porém, baseou-se no processo traumático de

separação do casal e no desejo de vingança da mãe, que se utiliza do processo judicial para atender sua angústia.

Nesse desiderato, o voto do relator, ao pronunciar que, "Por outro lado, é preciso levar em conta que, muitas vezes, aquele que fica com a guarda isolada da criança transfere a ela os sentimentos de ódio e vingança nutridos contra o ex-companheiro, sem olvidar ainda a questão de que a indenização pode não atender exatamente o sofrimento do menor, mas também a ambição financeira daquele que foi preterido no relacionamento amoroso", fez transparecer, de início, um elevado grau de machismo e igual desprezo ao gênero feminino, que, nas relações familiares, predominantemente, fica com a guarda do filho, sendo ainda considerada pelo relator como mente disseminadora de ódio ao filho.

De maneira simplista, este pensamento asseverou categoricamente que indenizações podem ter fundamento nas ambições financeiras da mulher, que foi preterida no relacionamento amoroso. Ao que me parece, o foco central da questão foi distorcida, saindo de cena o filho para ingressar os interesses da mãe, além do que revelou-se bastante vago o argumento de que tão somente ela fora preterida no relacionamento amoroso. Como se pode chegar a essa constatação, vez que a demanda não tinha esse objeto?

O argumento digressivo de considerar que a falta de afeto paterno se relaciona ao processo traumático da separação do casal não encontra ressonância social nos valores afetivos da família atual por estar divorciado dos princípios constitucionais do direito de família, e, por esta razão, não convence o auditório ao qual se dirige; e, nesse caso, o auditório não é o particular da família específica, mas adota status de auditório universal, vez que as relações familiares encontram significação em toda a coletividade Perelman, (2005) nos fornece os meios de compreensão dos efeitos dos argumentos dirigidos ao auditório universal:

> Uma argumentação dirigida a um auditório universal deve convencer o leitor do caráter coercitivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intertemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas.

O bom argumento com lastro em alcançar o auditório universal não se conforma em persuadir, almeja, sim, o convencimento amplo dos ouvintes com justificativas plausíveis que se sustentam na racionalidade moral. Assim, o juiz ou tribunal, ante a complexidade da situação, deve se dirigir a toda a sociedade, e não somente aos atores que compõem o cenário jurídico.

É claro que admitir a destinação da sentença ou acórdão para além das partes inclui refletir sobre os fundamentos do nosso sistema jurídico. De qualquer modo, hodiernamente, considerando não mais existir sistemas puros com traços genuínos, e ainda com fulcro na assertiva de que juízes, ao interpretarem, recriam o direito, eis que não há fatos que falam por si só, pois precisam de linguagem, impõe-se ter bastante atenção para com a justificação das decisões judiciárias, à medida que tão somente elas legitimam suas decisões, pois uma decisão carente de justificação, e sobretudo permissiva, pode, pedagogicamente, estimular condutas familiares imorais.

Em se tratando de direito de família e diante de um tema tão instigante como a afetividade, a melhor decisão argumentativa é aquela que contém elevado nível de ponderação. Nesse caso, o sujeito deve compreender a interveniência dos preconceitos na formação do seu juízo e assumir o desafio de se desvencilhar deles, para se associar às tendências gerais de humanização das relações

familiares. Nesse esforço hermenêutico, o papel do juiz é o de tomar os princípios constitucionais como ferramentas aptas à interpretação coerente do direito.

A própria concepção de poder familiar que segue a filosofia do neo-constitucionalismo recepcionado pelo nosso sistema é tida muito mais como um dever que engloba proteção, companhia e afeto etc. dos pais para os filhos e menos um poder patriarcal e arbitrário, tal como era praticado no modelo de família pretérita. No território constitucional de proteção da filiação, acredita-se que a nomenclatura mais apropriada seria dever familiar, e não poder familiar, por encontrar aquele guarida nos valores afirmativos de guarda, assistência, proteção, que juntos estão açambarcados pelo amor.

Dessa maneira, tem-se que a falta de afeto de um pai para com seu filho durante ou após a separação do casal não só viola a dignidade da pessoa humana, devendo ser imediatamente aplicado em razão da supremacia desse princípio em face das regras infra-constitucionais, como igualmente se impõe como um dever fundamental do sonegador em razão das consequências traumáticas que seus atos produzem e que geram o dever de reparação civil.

Na lógica constitucional em curso, e especialmente no direito de família, não podemos e não devemos crer no dogma de que só de atos ilícitos geram-se reparações. Esse talvez seja o maior e o pior legado do positivismo formalista que nossa geração reproduziu, pois, no pretérito acadêmico, com repercussões no direito forense, professores e juristas ensinavam e praticavam a parêmia de que, mesmo sendo imoral a conduta, sendo legal, era permitida e convalidada no ordenamento jurídico, aumentando, assim, o fosso ilusório entre direito e moral.

A complexidade das relações ocorrentes do nosso mundo requer dos atores jurídicos uma busca contínua pela aproximação do sistema jurídico com a moralidade social. Ainda que, na visão dogmática, o desamor não seja ato ilícito, numa construção argumentativa, considera-se útil emprestar o conceito de ato impróprio e dissonante com os deveres da paternidade, gerador de reparação, tal como mencionado pelo Tribunal de Minas Gerais.

3 JURISPRUDÊNCIA, AFETIVIDADE E APLICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

O momento jurídico atual requer um pronunciamento para além da defesa vaga ou justificação dos direitos fundamentais, vez que, diante das novas experiências democráticas, impõe-se aos agentes do direito o desafio de aplicá-los efetivamente. Nesse território, as tarefas hermenêuticas do ativismo judicial tornaram-se importante meio de interpretação, criação e aplicação dos direitos fundamentais. Contudo, a tradição legalista de aplicação da regras na sua literalidade ainda tem sido um obstáculo à liberdade do pensamento.

A argumentação jurídica, utilizando-se dos diversos meios pertinentes à linguagem, deverá enfrentar o direito e as lides como problema da sociedade, para, na busca da melhor razão, atender os desejos sociais ou pelo menos se aproximar deles com a máxima ponderação e discussões democráticas. Contudo, as decisões judiciárias devem, para atender à legitimidade que lhe é pertinente, de uma ou mais justificações, com o poder de convencimento, conseguir a adesão dos auditórios com seus argumentos mais nobres.

O princípio da afetividade no direito de família assim se encontra devidamente justificado e até defendido de modo genérico pela doutrina, no entanto, o desamor ao filho como violação a direito fundamental foi afastado do cenário jurídico pelo STJ em prol de um argumento mais cômodo, pautado no parâmetro obtuso e simplista da regra civil privatista, preterindo-se a possibilidade de incursão do tema

no âmbito da família plural, na qual a questão é complexa e permeada de laços de fraternidade.

É claro que nosso ordenamento admite a separação e o divórcio do casal e ainda a possibilidade da construção de nova família. No entanto, a chamada família recomposta não pode, sob o argumento da dissolução da sociedade conjugal pretérita, negar o direito elementar do filho de ter a companhia dos pais. Talvez o método de reparação do dano, é que ainda mereça ser discutido à luz tanto do viés sancionatório do direito quanto pelo lado educativo de fomento da fraternidade e busca da permanente união.

Ninguém poderá banalizar o princípio da afetividade na família através do caminho único da reparação pecuniária, tão pouco poderemos deixá-lo a salvo da juridicidade e aplicação. Segundo as regras democráticas a legitimidade da decisão judicial é produzida a partir de suas justificações. Nesse diapasão, todo juiz ou tribunal deve ter especial cuidado com os efeitos de suas decisões, de maneira que não se divorciem dos valores mais nobres e da moralidade aclamada pela comunidade.

É com esse cuidado sobre os efeitos de uma decisão que os tribunais devem evitar enfrentar uma questão difícil unicamente pelo seu lado formal. A questão de mérito deve ser debatida toda vez que novos direitos forem aclamados socialmente. A tese que prevaleceu no STJ, embora sem unanimidade, mencionou o parecer da Sub-Procuradoria da República, que opinou pelo não conhecimento e não provimento do recurso com suporte no argumento de que descabe o recurso especial para reexame de prova, com amparo na Súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça. Eis a ementa do Parecer:

> Recurso especial. Ação de indenização. Dano moral. Abandono afetivo. Descumprimento de deveres paternos. Princípio da dignidade da pessoa humana. Princípio da afetividade. Óbice da súmula 07 do STJ. Comprovação do dano emocional e psíquico sofrido pelo filho.

A Súmula 07 do STJ, em seu comando, exclui a possibilidade de conhecimento de recurso especial quando a matéria tiver por objeto o reexame de prova, e a Sub Procuradoria da República se apoiou nessa orientação, naturalmente com o intuito de impedir novo exame da matéria atinente a direito fundamental, sustentando-se em normas processuais.

Nunca é tarde para ponderar que as provas são categorias formais, que, numa linguagem positiva do direito, são expressão de um modelo estático. Contudo, é bem verdade que elas não são imunes a valorações ensejadas pelos atores jurídicos, e seu peso decorre de uma construção lingüística permeada de subjetividades. As provas não falam por si só; são apoiadas na interpenetração subjetiva de que não podem ser negadas. Precisam, sim, ser filtradas pela racionalidade de nosso mundo. Não basta dizer-se imparcial e neutro as interferências. É imperioso ir além do discurso frouxo e vazio das regras formais para alcançar o maior nível de efetividade social. As provas não são realidades genuínas. Nós, os humanos, é que depositamos crenças ou as refutamos quando nos convém. Basta saber lidar com a linguagem.

A tradição jurídica de, nas preliminares, esgotar uma situação amparado em regras formais, muitas vezes fulmina as esperanças sociais de ver discutidas matérias de fundo sobre interesse da humanidade, como o afeto, a paz e a solidariedade, além de ser a manifestação mais autêntica de um modelo hierárquico de normas obsoletas, em que a justiça social cede lugar para aquilo que se convencionou chamar, indevidamente, segurança jurídica.

Embora o resultado a que chegou o parecer da Sub-Procuradoria da República tenha sido nobre, eis que, indiretamente, referendou a tese da reparação civil decorrente do abandono afetivo, o meio pelo qual chegou nesse argumento, foi o de cercear um novo olhar sobre a prova. A prova, sendo um importante instru-

mento do direito processual, e diante da força expansiva dos direitos fundamentais no quadro hodierno, deve ser revisitada a qualquer tempo, desde que a enfrentemos sob novos pontos de vista válidos social e moralmente.

Mesmo considerando a prova como um dos institutos processuais mais antigos e importantes para estabelecimento de responsabilidade, esta não representa uma construção fática inabalável, como muitos crêem. Na verdade, tem profundo apelo linguístico e representação arraigada em subjetividade, válida num dado contexto social, mas que pode ser refutada em outros olhares. Não há sentido eterno nos instrumentos probatórios que atravessem o tempo sem um único arranhão. Convém, pois, estarmos abertos a novas sensibilidades jurídicas sobre a significação dos instrumentos processuais probatórios, submetendo-os, frequentemente, ao feixe de luz dos direitos fundamentais.

Uma iniciação em tolerância seria talvez um bom começo para mitigar certas normas formais impeditivas da realização de direitos humanos, como aquelas oriundas da opressão que a prova nos exerce. Há coisas que existem, mas que não conseguimos prová-las, pois os meios positivos valorizam as evidências materiais e desprezam os sentimentos humanos, e ainda assim acreditam no mito de existir somente uma fala sobre a prova.

O argumento que suscito sobre a influência da linguagem na construção da prova acredito seja aplicado nas duas situações, embora, no caso do parecer da Sub-Procuradoria da República, tenha, indiretamente, corroborado a tese da responsabilidade pelo abandono moral; no juízo singular, foi o argumento da falta de prova entre o afastamento paterno e o desenvolvimento de sintomas psicopatológicos que resultou no indeferimento do pedido, perdendo-se uma ótima oportunidade de discutir princípios constitucionais do direito de família. Até quando normas infraconstitucionais e formais irão ser tomadas como dogmas na aplicação, violando-se direitos fundamentais, sustentando-se na pseudo-segurança e na certeza jurídica?

Olhando agora pelo viés infraconstitucional, a tese do abandono afetivo rejeitada pelo Superior Tribunal de Justiça, no voto do relator Ministro Fernando Gonçalves, vem à baila os artigos 1.638 II, do Código Civil e o artigo 24 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que asseveram ser a perda do poder familiar a sanção aplicada para a hipótese de abandono do filho, o que sepulta a tese de indenização pelo abandono moral.

Nunca é demais considerar o fim social que o caso envolve, que, a nosso ver, é o de estimular a aproximação moral de pais e filhos, mesmo depois da dissolução da sociedade conjugal ou da união estável, ocorrida com ou sem trauma, porque os filhos, em qualquer das situações, devem ficar a salvo das disputas pessoais ou patrimoniais do casal. Assim sendo, aplicar a sanção da perda do poder familiar, empregando-se os dispositivos legais na literalidade e sem reflexão sobre seus efeitos, revela-se em grandioso prêmio ao pai que sonega amor a seu filho, porque, a partir de então, este obtém a autorização judicial para dedicar todo seu amor à família recomposta, se é que ainda lhe resta amor para dar; sabe-se lá se não vai fazer o mesmo com os filhos da nova família.

A perda do poder familiar como sanção ao abandono decorre de regras privatistas, que, no caso concreto, colidem com os princípios da dignidade e da afetividade familiar. Seu emprego afasta, como afastou, o dever fundamental de reparação decorrente do dano psicológico. Os princípios, na fala de Alexi (1993), são sempre *prima facie* de índole universal, que funcionam como razões para regras e para ações. Assim, não há porque deixar de aplicá-los, pois são igualmente razões concretas para o juízo do dever ser, e, em se tratando de dignidade da pessoa humana,

que é princípio absoluto, mais ainda, não pode ser desprezado em nome de regra privatista.

Nesse momento, é importante considerar os fundamentos do voto vencido, proferido pelo Ministro Barros Monteiro, que referendou o entendimento do tribunal de origem de violação do direito fundamental do filho, ante a conduta ilícita do pai, que não suscitou força maior como excludente de sua responsabilidade.

Na sua construção, o voto dissidente asseverou que houve conduta ilícita, dano e nexo de causalidade, razões essas, diametralmente opostas das construídas pelo juízo singular, que disse não estar provado o nexo de causalidade, e, por conseguinte, não haver dano a ser reparado. Essas duas argumentações contraditórias e antinômicas nos levam a reafirmar que às provas não são fatos inabaláveis, como asseveram os adeptos da teoria formalista do direito. As provas não são só formas; são também impressões, representações, cuja construção operam-se no diálogo interminável do sujeito com seu mundo e suas fontes.

O contra argumento minoritário, com o qual se aprende uma importante lição, obtemperou que a destituição do poder familiar não prejudica a indenização por dano moral. Na verdade, o primeiro traz como efeito uma reprovação moral a conduta do pai, ao passo que o segundo aplica-lhe sanção severa, evitando sua recalcitrância e o obrigando a reconhecer que os laços de paternidade vão além do gesto de pagar pensão alimentícia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício que fazemos nesse ensaio é o de aproximar e estabelecer relações sobre novos temas do direito de família no contexto do constitucionalismo moderno. Os direitos humanos, também chamados de fundamentais, fomentaram um cenário de modificação na teoria do direito, de modo que o edifício do positivismo formalista começou a ruir com o ingresso de novos conceitos e novos significados aos problemas do nosso mundo.

A multiplicidade de acontecimentos fez com que nossos olhares se voltassem para questões desprezadas de significação jurídica, como o amor entre pais e filhos. A teoria do contratualismo no âmbito da família encontra-se em manifesta decadência, e essa digressão trouxe para a pauta do dia a afetividade na família como direito e dever fundamental, passível de reparação a quando de sua falta injustificada.

No contexto da moralidade jurídica do nosso século, já não se sustenta o argumento positivo e formalista de que o direito não pode obrigar um pai a amar seu filho. Muitas mazelas sociais se perfazem por conta do abandono moral que os pais sujeitam seus filhos, e esse gesto desprezível, que na teoria positiva seria particular da família, hoje é de interesse social e acarreta elevados custos financeiros para a própria sociedade e custos morais para o ser humano.

Embora o Superior Tribunal de Justiça tenha enveredado pelo conforto das normas positivas e formalistas, negando direito ao filho pela falta de amor paterno, o tema da afetividade como bem jurídico não vai ser apagado. Cumpre aos agentes do direito o desafio de discuti-los à luz dos direitos e deveres fundamentais, construindo-se argumentos racionais capazes de concretizar os direitos fundamentais e, assim, efetivar a aproximação com a noção de justiça social.

REFERÊNCIAS

ACÓRDÃO Nº 2.0000.00.408550-5/000(1) da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais. Relator Juiz Unias Silva. Julgado em 01/04/2004.

ACÓRDÃO Nº 757.411 – MG (2005/0085464-3) da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça. Relator Min. Fernando Gonçalves, julgado em 29/11/2005.

ALEXY, Robert. **Teoria de los derechos fundamentales**. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

ATIENZA, Manoel. **El sentiddo del derecho**. Barcelona: Ariel, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10. ed. Brasília: UNB, 1999.

BOUCAULT, Carlos E. de Abreu e RODRIGUEZ, José Rodrigo (Orgs.). **Hermenêutica plural**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DWORKIN, Ronald. **O Império do direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GOYARD-FABRE, Simone. **Os fundamentos da ordem jurídica.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HART, H. **O conceito de direito**. Lisboa: Fundação Calouste Goubenkian, 1972.

LOBO, Paulo. **Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Teoria da argumentação jurídica e nova retórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS- TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SANCHIS, Luiz Prieto. **Neoconstitucionalismo(s). Neo constitucionalismo y ponderación judicial**. [s.l]: Editora Trotta, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

AS MANIFESTAÇÕES ESTÉTICAS E ESTÉSICAS DE ROMERO BRITTO NO CASE ABSOLUT VODKA

Miedja Okada*

RESUMO

O presente trabalho analisa o uso do fazer estético das obras do artista plástico Romero Britto na publicidade da marca Absolut Vodka, investigando como a escolha desta constitui-se em uma estratégia do enunciador, visando primeiro um tipo de interação com o enunciatário que é favorecido por um estilo de pintura conhecido, cujos atributos e cena postos em discurso operam através de uma transferência de valores. Os contextos da arte e o da intertextualidade vão se interdiscursivizar e intersemiotizar, utilizando a teoria da semiótica discursiva com a sua metodologia de descrição e análise da significação. Postulamos que o enunciador faz suas escolhas do universo da arte a partir de características de pinturas já assimiladas e reconhecíveis, pelo grande público. Desta forma, queremos provar que não são enquanto obras de arte estéticas e estésicas, mas enquanto figuratividades que o enunciador opera seu crivo seletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Semiótica discursiva. Arte. Romero Britto. Iintertextualidade. Enunciação e Publicidade.

INSCRIÇÃO TEÓRICA E O SENTIDO DO CONSUMO NA SEMIÓTICA COMUNICACIONAL

O presente trabalho analisa o uso das artes plásticas na publicidade da bebida alcoólica Absolut Vodka, de modo a verificar como as características que consagram um artista plástico, Romero Britto, são transpostas, transcriadas para o produto em questão conhecido pelo grande público. Interessa-nos entender as razões pelas quais o enunciador utiliza a arte na composição de seu produto, ressaltando uma análise de um olhar estético, as semioses pictóricas e a intertextualidade presentes nas pinturas de Romero Britto.

Artista pernambucano, Romero Britto nasceu em 1963 e imigrou para os Estados Unidos em 1990. É considerado o artista plástico brasileiro mais bem sucedido no exterior. Sua arte contém cores vibrantes e composições ousadas, criando temas com elementos cubistas. Atualmente, suas pinturas e esculturas estão presentes nos cinco continentes e em mais de 100 galerias no mundo. Em 2005, foi nomeado embaixador das artes do Estado da Flórida pelo ex-governador Jeb Bush. Britto acredita que "a arte é muito importante para não ser compartilhada", e esta é uma das razões pela qual criou a Fundação Romero Britto, em 2007. Hoje, Romero possui duas galerias: na Lincoln Road, em Miami Beach e na Rua Oscar Freira, em São Paulo. Sua obra está entre as mais preciosas coleções privadas e sempre está sendo requisitado pelas maiores empresas do mundo, a incorporar sua arte em produtos das marcas: Absolut Vodka, Disney, Movado, Pepsi, Evian, Microsoft

* Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade da Amazônia (Unama) e, atualmente, mestranda em Comunicação e Semiótica, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

e Audi, os quais utilizam o caráter artístico na construção do seu discurso visual.

A arte de Romero permite o entendimento que vai além da produção estética visual, pois designa um conjunto de elementos que constituem linguagens ricas em significação. São nesses processos de fazer sentido (em nosso caso, por meio da pintura), que a semiótica discursiva elucidará os melhores percursos para a concretização do arranjo estético da arte para o produto.

Estudar as figuratividades do produto, juntamente com o seu fazer fazer e fazer sentido para o enunciatário, bem como os tipos de apreensões da arte produzidas pelo artista plástico no seu fazer ser, fazer crer e fazer poder para construir um sistema de expressões, implica em compreender como as relações entre os formantes do plano da expressão direcionam para um regime de visibilidade no qual proporciona concretude para o plano do conteúdo.

Compreender a intertextualidade e como ela se dá efetivamente no caso a ser estudado é válido para que possamos fundamentar as bases de nossas postulações acerca de um deslocamento de sentidos e significações para além de e/ou através das obras do artista plástico em questão para uma marca/produto e, quais as manifestações estéticas e estésicas produzidas nos enunciatários.

> A noção de "intertextualidade" provém de diferentes campos de semiótica literária e, em geral, define um conjunto de capacidades, pressupostas no leitor e evocadas mais ou menos explicitamente num texto, que concernem algumas histórias condensadas, já produzidas numa cultura por algum autor (ou melhor ainda, por algum texto) anterior. (CALABRESE, 1993, p.39).

Uma excelente campanha publicitária desperta originalidade e nos convida a olhar com outros olhos o que, no cotidiano nos passa despercebido. Por isso, a importância do saber enxergar, atribuição essa que o marketing pode oferecer ao design, pois direciona o olhar das pessoas de modo a perceber o design dos lugares e dos objetos, valorizando-os de tal maneira que pode se tornar peça de vitrine, se fazer presente em desfiles de moda, enfim, estar presente em nosso cotidiano.

Quando o consumidor pensa na marca e a relaciona a momentos bons, ou seja, tem uma agradável experiência estésica com ela, se lembra da qualidade e da eficiência da empresa que a comercializa. "Fruir quer dizer desfrutar, gozar, mas também quer dizer utilizar" (PIETROFORTE, 2007). O objetivo, portanto, é fazer com que o sujeito compre determinado produto pelo fato daquela marca proporcionar-lhe outros instantes em que se sentirá realizado por usá-la.

A marca passa a ser um sistema de comunicação, pois atualmente não compramos mais um produto simplesmente, mas um conjunto de valores que a ela foram associados. Por isso, hoje em dia, é comum vermos grandes investimentos em extensão de marcas para que elas abranjam novas áreas, criando uma relação, um contrato fiduciário com o consumidor, tendo em vista que este último se veja completamente envolvido e identificado com aquela ela. O estilo de vida, o universo em que o indivíduo vive está ligado diretamente com o tipo de comunicação que aquela marca exerce e, conseqüentemente, com o que aquele indivíduo é ou quer vir a ser.

> Caricaturando o princípio de organização dos mitos, as imagens publicitárias parecem assim "se pensar" entre si, ou ao menos elas chamam umas às outras. O que uma pressupõe ou faz esperar, outra vai manifestar de modo patente. Assim sendo, se, como se diz, essa iconografia onipresente, considerada como um todo, faz "sonhar", não é por nos convidar a "deixar livre" nossa imaginação, mas, ao contrário, por ter sob seu controle e a dirigir – duplamente. (LANDOWSKI, 2002).

Percebemos que a publicidade passou por uma transformação completa da comunicação. Não há mais a necessidade de exibir o produto inúmeras vezes e colocá-lo em primeiro plano, como antigamente. Vivemos em um momento em que a publicidade tem que entreter e, sobretudo, saber comunicar, por meio de inovações criativas.

Utilizar a prática do uso da imagem de celebridades para mostrar como as marcas são conhecidas e que estão sendo consumidas por pessoas que têm alta visibilidade na mídia é uma das estratégias de marketing mais usadas atualmente. "Se o sentido não existe para se "pegar" (como seria um tesouro quando se cava a superfície) é porque ele, em todos os casos, deve ser construído: "compreender" é fazer, é operar, é construir" (LANDOWSKI, 2001a). É por meio dessa construção de significados e sentidos que a marca faz acontecer, "afetizando" cada vez mais o público e elaborando laços sensíveis de manifestações essenciais e pertinentes, para que essa relação se renove em um ciclo sem fim.

O estilo, os materiais e a qualidade não são mais suficientes para comunicar uma marca. É preciso geniosidade e criatividade no produto em si. A percepção do enunciatário em relação aos elementos da arte gráfica (mídia impressa), os quais minimizam ou reforçam a mensagem estética, constituída pelo conteúdo, pela forma e pelos predicados da impressão são importantíssimas para que a interação entre o objeto e o enunciatário se torne uma experiência de sentido, que estará plasmada no discurso estético e, conseqüentemente, no estésico.

A partir da análise semiótica realizada abaixo, estabeleceremos, então, os "modos de presença do visível", seus modos sensíveis, que acabam por instalar mecanismos de visões, criando uma estreita relação entre a comunicação exercida pela obra e sua transcrição para o produto. É desta forma, que explicitaremos as estratégias de manipulação utilizadas para captar o olhar sensível e inteligível do enunciatário. "A produção da Arte não é regida apenas pela emoção de um ser inspirado, mas pela consciência que direciona a sensibilidade, a percepção e o pensamento do sujeito criador na organização do código" (BUORO, 1996).

A relação comunicativa se dá por meio da enunciação, que é o ato de produção do discurso, ou seja, é o lugar em que se dá a relação entre o sujeito que enuncia e o enunciatário. Portanto, analisaremos esta enunciação através do percurso temático exercido por ambos os papéis, pois compartilham da produção do objeto, bem como trataremos, da comunicação, no sentido do fazer persuasivo, praticado pelo enunciador que se utiliza das figuratividades da Arte Pop de Britto e as reutiliza em produtos, agregando-os valor.

Por isso, podemos dizer que o estudo da semiótica está evoluindo para uma semiótica da experiência sensível, não deixando de dar atenção à semiótica das situações, obviamente. Em outras palavras, torna-se importante estudar profundamente as experiências do sujeito e, principalmente saber e compreender como ele se comporta no tempo presente. Como ele faz sentido "independente daquilo que ele possa parecer significar e anunciar quando interpretado de fora" (LANDOWSKI, 2001b).

Para que possamos entender melhor a questão, precisamos analisar e descrever minuciosamente o material que possuímos e verificar quais os efeitos de sentido que esse tipo de publicidade tem construído.

> Ao indicar o contexto de referência evocado nas imagens, sobre o qual o enunciatário deve se dirigir para compreensão do texto, passa-se a delinear as características do próprio enunciatário, que se mostra ativo, sensível e competente para percorrer os mundos convocados por meio das referências intertextuais às linguagens distintas, cujos modos de articulação são significativos. (BRACCHI, 2009, p.43).

ANÁLISE SEMIÓTICA DA BUSCA DO SENTIDO DA ABSOLUT VODKA COMO OBJETO DE VALOR

Diante do discurso desenvolvido, nos propomos aqui a fazer uma análise semiótica do anúncio publicitário da Absolut Vodka (em anexo – Figura C, fonte: http://absolut.com, p.16).

No ano de 1979, a Absolut Vodka começou a ser vendida nos Estados Unidos. A partir de então, atingiu relevantes índices de venda pelo mundo, tornando-se uma das marcas mais importante do mundo.

No entanto, a história da Absolut Vodka começou muito antes de 1979. E, em 1879, Lars Olsson Smith, mais conhecido como "o rei da vodka", fez com que a Absolut Vodka se tornasse uma marca registrada. Ele deu início a uma nova e superior maneira de destilar a vodka, o que até hoje, continua sendo feito no sul da Suécia, onde é produzida.

À medida que a Absolut Vodka foi se consolidando no mercado, incluiu os seguintes produtos à sua marca: Absolut Vodka (1979); Absolut Peppar (1986); Absolut Citron (1988); Absolut Kurant (1992); Absolut Mandrin (1999); Absolut Vanilla (2003); Absolut Raspberri (2004) e Absolut Apeach (2005).

É impossível descrever a história da Absolut Vodka sem mencionar a questão do marketing. As campanhas publicitárias são feitas há mais de 20 anos, sendo acompanhadas de uma cuidadosa estratégia baseada em dar prosseguimento à variedade.

Confirmando o sucesso das campanhas publicitárias, o artista plástico Romero Britto, em 1989, até então desconhecido, foi contratado pelo presidente da empresa sueca Absolut Vodka para fazer três obras para a marca. Estas fizeram tanto sucesso que acabaram sendo reproduzidas em mais de 60 publicações internacionais.

A partir de então, tornou-se um dos ícones mais importantes das artes plásticas no mundo. Atualmente, costuma vender mais de 650 cópias por dia em reproduções gráficas de seus trabalhos.

Para que nos propuséssemos a semiotizar a peça publicitária, fez-se necessária uma intensa pesquisa sobre o caráter figurativo do objeto a ser estudado, investigando as suas especificidades, principalmente quanto às isotopias existentes em outras obras (em anexo – Figura A e B, fonte: galeria Romero Britto – São Paulo, p. 15), criadas pelo mesmo artista, sobre o tema.

> Assim, para ser compreendido, o figurativo precisa ser assumido por um tema. Este último dá sentido e valor ás figuras. A descrição de uma isotopia figurativa vida na maioria das vezes ao estabelecimento da isotopia temática que a fundamenta, se esta não estiver textualizada. (BERTRAND, 2003, p. 213).

De acordo com o que pode ser observado na obra, o artista plástico percorre uma simbolização do produto na sua construção da obra da garrafa de Absolut Vodka, provocando euforização dos efeitos de beber o seu líquido. Os elementos ligados a essa questão eufórica estão intimamente ligados à felicidade do ser humano. Ou seja, semioticamente, esta imagem possui alguns caracteres, que dão origem a significados que tanto podem estar relacionados ao estado patêmico, como ao estado de ação. São eles: coração (amor, prazer), cifrão monetário (dinheiro, riqueza), flores (beleza) e notas musicais (diversão).

Podemos dizer, então, que há traços de um rosto que na garrafa é retratado de modo semi-simbólico. Eideticamente há o registro de linhas que afinam esta face e sua posição a remete ao enunciatário, produzindo uma possibilidade de identificar-se com o rosto que olha para baixo, retrata a alegria, materializada pelo sorriso (euforia).

Esse olhar para baixo do rosto na peça publicitária conduz também, o olhar do enunciatário para estar compartilhando do estado

de alma que o situa mais nesse aqui e nessa temporalidade do agora – esse estado de euforia dado pelo ato de beber o líquido transformador da garrafa. O poder do líquido é assim construído pela arte de Romero Britto.

No nível narrativo, encontramos em sujeito que está em busca do seu objeto de valor, que está representado em tudo aquilo que o anúncio expõe. O enunciatário, portanto, quer fazer parte desse mundo para ser. Antes de consumir o produto, ele não possui as devidas competências cognitivas - saber e dever - que o potencializam e dão as condições necessárias para que ele atinja o objeto de valor – ter para ser.

As cores (qualidades cromáticas) utilizadas chamam atenção, pois além de lembrar a tropicália do Brasil com seu multicolorido, atrai o consumidor/enunciatário e desperta ânimo, sendo esta a relação-objetivo do anúncio: Absolut Vodka = alegria + realização.

> A aplicação intencional da cor, ou do objeto (considerando-se a sua cor), possibilitará ao objeto (ou estímulo físico) que contém a informação cromática a receber a denominação de signo. Ao considerarmos uma aplicação intencional da cor, estaremos trabalhando com a informação "latente", que será percebida e decifrada pelo sentido da visão, interpretada pela nossa cognição e transformada numa informação atualizada. (GUIMARÃES, 2000, p.15).

No plano da expressão, as cores usadas são as vibrantes: vermelho, branco, rosa. Essas estão em oposição a outras que se apresentam com cores mais sóbrias, como: verde escuro, cinza e preto. Assim como, o contraste aparece também nos elementos eidéticos, onde os ícones citados acima têm sinuosidade e a movimento.

Desta forma, podemos dizer que a estética é o lugar onde as qualidades e as sensações se encontram livres. Este preceito está representado nesta obra, pois a presença da imagem consiste no contato direto com a consciência propriamente dita do consumidor, que é "levado" a imaginar e sonhar com o que deseja, quando ingere o produto.

> Considerando que a totalidade do sentido de um objeto sincrético é processada pelo arranjo global de formantes de distintos sistemas, assim como de suas regras de distribuição e ordenação, assumimos que essa integração caracteriza-se por procedimentos de sincretização. Somos levados a tratar esse tipo de constituição sincrética do plano da expressão pelo agir relacional integrador de suas partes em uma só totalidade, uma vez que também é assim que a sua apreensão sensível é processada. (OLIVEIRA, 2009, p.80).

No formante topológico visualiza-se um copo representado e em volta dele, todos os símbolos que a bebida faz fazer se consumida.

No nível discursivo, mais propriamente na sintaxe, visualizamos com clareza que no anúncio analisado temos uma embregem, pois a relação "eu-tu" é mantida pela proximidade que a peça coloca o enunciatário a querer ser, querer ter todos os bens – materiais e imateriais – ali mostrados.

Completando a análise da obra, verifica-se o título que foi dado a ela "Absolut Britto", conectando o nome do artista plástico com o próprio *slogan* utilizado pelo produto em questão "Absolut Vodka". Além disso, o título dá suporte para toda a obra, fazendo referência à logomarca da Absolut Vodka que está "dentro da cabeça" da garrafa. Logo em seguida, segue um texto, abaixo do título citado, com os seguintes dizeres em inglês: "Absolut Britto. Miami artist Romero Britto is very satisfied with his association with Absolut Vodka: following publication of Absolut

Britto, sales oh the artist's works increased dramatically, as did their prices.". O texto informa ao consumidor quem é o artista, onde mora e a satisfação da empresa em associar o produto ao estilo de Romero Britto.

> A pintura seleciona a sua própria forma de expressão, e a significação se determina pelo arranjo de sua plástica, organizada por meio da sintagmatização dos traços do plano da expressão em articulação com os do plano do conteúdo. Essa trajetória leva á discussão dos modos de assinatura de uma tela por seu criador, sendo que eles vão muito além do ato de o artista nela escrever o seu nome, atestando a sua autoria. Esse atestado ele já inscreveu na tela pelo seu estilo, que é, de fato, a nomeação de autoria no mundo das artes. (OLIVEIRA, 2004, p. 18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso exibido na análise, verificamos que os diálogos construídos entre as experiências pessoais e a obra de arte estimulam a construção de novos objetos (de valor), distinto do daqueles que resultam de releituras – aqui, no sentido de cópia. Portanto, temos a re-significação e a re--leitura do objeto, de modo a re-semantizá-lo e a considerá-lo repleto de significados e saberes que serão reconhecidos pelos sujeitos-enunciatários.

Mesmo que inconscientemente, apreendemos os conhecimentos relativos à arte - seja dentro ou fora das escolas - e acabamos por reaplicá-los em nossa maneira de configurar e realizar a releitura da vida. Através da arte, o homem "modela" o mundo e o constrói segundo a sua própria natureza.

REFERÊNCIAS

ABSOLUT home. Disponível em: http://absolut.com. Acesso em: 20 mar. 2010.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Trad. Grupo CASA sob a coord. Iva Carlos Lopes. Bauru, SP: EDUSC – Universidade Sagrado Coração, 2003.

BRACCHI, Daniela Nery. **A fotografia em David Lachapelle.** São Paulo:[S.n], 2009. (Dissertação).

BRITTO home. Disponível em: http://www.britto.com.br/index2.htm. Acesso em: 20 mar. 2010.

BUORO, Anamelia. **O olhar em construção**: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. São Paulo: Cortez, 1996.

CALABRESE, Omar. **Como se lê uma obra de arte**. Trad. Antônio Maria Rocha.Lisboa: Edições 70, 1993.

GUIMARÃES, Luciano. **A cor como informação**: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores. São Paulo: Annablume, 2000.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**: ensaios de sociossemiótica. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. O Olhar comprometido. **Revista Galáxia**, n. 2, p. 19-56. Trad. Ana Cláudia de Oliveira e Márcia Moraes. São Paulo: EDUC, 2001.

OLIVEIRA, Ana Claudia de (Org.). **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker editores, 2004.

OLIVEIRA, Ana Claudia Mei Alves de; TEIXEIRA, Lúcia (Orgs.). **Linguagens na comunicação**: desenvolvimento de semiótica sincrética. São Paulo: Estação das letras e cores, 2009.

ANEXO

FIGURA A – Rótulos Absolut Britto. Fonte: galeria Romero Britto (São Paulo)

FIGURA B – Pinturas Absolut Vodka. Fonte: galeria Romero Britto (São Paulo)

FIGURA C – Peça publicitária Absolut Britto. Fonte: http://absolut.com

DENOMINAÇÃO DE ORIGEM: AMAZÔNIA BRASILEIRA: a defesa e a proteção da floresta tropical

Manuela do Corral Vieira*

RESUMO

O homem se relaciona com o meio ambiente para satisfazer suas necessidades e exigências. Além de apropriar-se de coisas e seres que completem a orientação de seus interesses. Por estes motivos, temos que planejar uma postura para a Amazônia que seja ecologicamente plausível, economicamente viável e dentro dos princípios éticos e ecológicos. Mais que nada, a Denominação de Origem, as chamadas DO, que esta pesquisa estuda, busca ser uma ferramenta de contribuição à defesa ambiental e de mercado, para o apoio, o reconhecimento e a proteção, não apenas do tangível, como também de todo o capital intelectual e social da riqueza de água, terra e gente que formam parte da Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Denominação de Origem. Marca. Amazônia Brasileira. Gestão empresarial. Biodiversidade e Marketing.

INTRODUÇÃO

O ensejo pela abordagem do tema Amazônia está fundado na importância que a preservação ambiental e a necessidade de saber aproveitar de forma responsável a biodiversidade da floresta, juntamente com seu patrimônio social, natural e cultural.

Iniciativas como a Eco 92, no Rio de Janeiro, e a Expo 98, realizada em Portugal, são apenas alguns exemplos da preocupação que vem sendo incitada em conhecer os movimentos, mudanças e a própria dialética em torno do tema. Para tanto, faz-se necessário lembrar que as próprias atitudes humanas estão sempre sendo alvo de questionamentos, afirmações e remodulações, como cita o professor e filósofo Benedito Nunes, no livro de Armando Mendes, ao relembrar o geoquímico Vernadisky:

> A humanidade tornou-se, segundo a expressão do geoquímico Vernadisky, uma "força geofísica". Melhor dizendo, a biosfera parcialmente cedeu lugar a uma tecnosfera. Os grandes equilíbrios da ecosfera, à falta dos quais as formas de vida que nós conhecemos, a começar pela nossa, seriam condenadas, dependem, daqui por diante, das intervenções de seis bilhões de seres humanos. A natureza então reflui em torno de nós (MENDES, 1996).

Entretanto, é necessária uma conscientização dos valores a que se devem priorizar para que a natureza possa, ao menos, ter o direito à existência. Por isso, não bastam apenas iniciativas de caráter exploratório na região amazônica, e sim atitudes que saibam aproveitar os recursos da floresta respeitando suas limitações e comprometidas em preservá-las para que continuem existindo em um futuro. Somente assim será capaz de desvencilhar a palavra "progresso" de "extermínio", "extinção". A interferência humana pode coexistir, mesmo seguindo as rígi-

* Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade da Amazônia (Unama) e, atualmente, mestranda em Comunicação e Semiótica, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

das leis do mercado, com o habitat da biodiversidade, considerando, ainda, que a economia não pode apenas gerar riquezas, pois ela precisa também estar a serviço do homem.

Estes questionamentos visam auxiliar a discussão das vantagens e das dificuldades que se mostram ao longo deste caminho mercadológico e de responsabilidade com os recursos naturais. Por isso, também é plausível considerar-se que o consumo não deve ser apenas de bens, mas igualmente de idéias diferenciais para a Amazônia.

A DENOMINAÇÃO DE ORIGEM COMO MARCA CORPORATIVA

A DO é considerada, em nível legal, como um indicador de procedência de origem de um bem ou serviço. Esta sinalização de lugar de procedência pode estar relacionada com um país, uma região, uma cidade ou um bem como uma localidade específica de um território, e que se faz conhecida por sua forma peculiar de levar a cabo sua produção, extração ou fabricação de um produto, ou a prestação de serviços específicos em uma busca pela garantia de qualidade, para que os produtos possam se encaixar com o que procura, em concreto, determinado público de consumidores. Um dos países que vive esta experiência é a Espanha, conforme observa Aaker quando ressalta que

> [...] as novas tendências nos hábitos de consumo dos espanhóis originaram uma demanda aos produtos de maior qualidade, diferenciados e melhores adaptados às necessidades de grupos de consumidores ou segmentos de mercado de menor tamanho, mas homogêneos na busca da satisfação de necessidades (AAKER, 1994).

Por esta razão, a DO integra uma forma de controle de produção, assim como sua manutenção, garantindo que as exigências de fabricação sigam sempre um padrão que as diferencie dentro do cenário da concorrência de mercado, que, em análise de Borja, Zarco e Jiménez, se define como

> não só a origem geográfica do produto, se não também a tradição e especialização na hora de elaborar produtos de alta qualidade e personalidade diferenciais, assim como o regulamento e os mecanismos de controle sobre seu conceito (BORJA, M.; ZARCO, G.; JIMÉNEZ, A.,1997).

A marca, em um âmbito estratégico empresarial, apresenta-se como um dos elementos de maior importância ao ser preservada e trabalhada como ferramenta de diferencial de mercado, pois pode ser recebida como uma promessa (CERVIÑO, 2002). Os estudos de Hamel e Parlad defendem que, "enquanto que o esquema de subsídio cruzado e contratante descreve a batalha, a guerra global se relaciona com o domínio da marca mundial" (apud CERVIÑO, 2002), e são uma mostra de como é importante o controle da qualidade e a manutenção da imagem de uma marca, uma vez que esta forma parte da personalidade do produto.

O estudo dos fundamentos da marca fazem com que a definamos como o elemento que deve ser capaz de distinguir determinado produto ou serviço dentro de um contexto de outros produtos e serviços, o que concede o potencial de identificar e diferenciar aspectos que são igualmente trabalhados pela Lei Espanhola de Marcas de 1988 e pela Organização Mundial da Propriedade Industrial, e que são ratificados pelos estudiosos do Marketing, Bello, Gómez y Cervantes (apud Borja; Zarco; Jiménez, 1997), ao afirmarem que, "desde seu ponto de vista, a marca é considerada como um dos ativos intangíveis mais valiosos, constituindo-se no eixo central da estratégia e gestão da maioria das empresas".

A partir destas considerações, pode-se concluir que a marca é uma espécie de compromisso da empresa com seus consumidores, e esta é a razão pela qual, quando existe o

amparo dos atributos através de uma DO, tem início a construção de um ambiente de significados e identidades para a marca relacionada, com o desenvolvimento de uma personalidade que não se conecta apenas ao produto, como constitui um aglomerado de valores de identificação dos agentes financeiros, consumidores e os próprios colaboradores da empresa. Esta situação permite a construção de um quadro baseado nas diversas etapas de desenvolvimento que uma marca pode obter com uma DO em sua personalidade, o que Herrera define como

> [...] a qualidade, a personalidade e singularidade dos produtos derivados de sua origem geográfica. Isto supõe umas condições e práticas de elaboração dando lugar a produtos que tenham sua própria personalidade e que compreendam um complicado recorrido geográfico nos quais o homem e a cultura tenham deixado seus rastros (apud BORJA; ZARCO; JIMÉNEZ, 1997).

A partir destas considerações, pode-se observar o quão relevante é o trabalho de uma marca, dado seus impactos no mercado, ainda mais quando esta conta com as características de uma DO.

A DENOMINAÇÃO DE ORIGEM NA ESPANHA (O CASO DO VINHO)

As marcas coletivas, na Europa, começaram a estar amparadas, quanto a seu âmbito geográfico e a seu prestígio de qualidade, sobretudo com os produtos agroalimentícios. Estes produtos, nos últimos anos, foram decisivos para afirmar a rivalidade entre marcas de DO distintas, devido a necessidade de desenvolver estratégias de melhora da qualidade e da diferenciação da parte técnica, comercial e da identidade percebida para um determinado grupo de produtos amparados por uma DO. Este conceito é defendido por Borja, Zarco e Jiménez ao ressaltar em que existe

> [...] uma vontade coletiva de produtores e distribuidores de uma determinada zona, em oferecer ao consumidor um produto de qualidade e personalidade singular. Submetendo-se voluntariamente nas suas atuações a uma disciplina ou exigências que a regulação da DO impõe, a fim de garantir a procedência, qualidade e a manutenção do prestigio do produto (BORJA; ZARCO, JIMÉNEZ, 1997).

O caso espanhol está intimamente relacionado com a tradição e fama vinícola da Espanha. Por isso, os vinhos foram os pioneiros na utilização das vantagens proporcionadas por uma DO, que logo foram expandidas a outras classes de produtos, conforme sinalizam os pesquisadores de mercadologia, Cristóbal, Gutiérrez e Monje, quando afirmam que

> [...] este fenômeno, iniciado no setor de vinhos, conduziu a que, na atualidade, existam cerca de 70 denominações vinícolas. Além de o fenômeno ter se estendido do vinho para outras categorias de produto e, mais recentemente, ganharam força outras figuras legais que amparam marcas coletivas, como denominações específicas ou de qualidade diferenciada (CRISTÓBAL, M.; GUTIÉRREZ, H.; MARTIN, S.; MONGE, M., 2004).

O valor de uma marca, quando é descrito em uma perspectiva global, deve ser compreendido desde uma perspectiva tripla: o consumidor, o distribuidor e a empresa. Estes podem ser considerados tanto ativos como passivos, que se vinculam ao nome da marca, ao símbolo e à identidade de um produto, e que são os responsáveis por gerar reconhecimento, fidelidade, qualidade percebida, além das associações que poderão aparecer a partir do reconhecimento do produto por parte de seus consumidores. Assim, a DO surge no mercado do vinho da Espanha desde o ponto de vista de ser um diferenciador de mercado, e que a Lei 25/1970, em seu artigo 79, e analisada por Borja, Zarco e Jiménez especifica que

> Entende-se por DO o nome geográfico da região comarca, lugar ou localidade empregados para designar um produto da zona assim nomeada, que se distingue por suas qualidades e características diferenciadas, devido, principalmente ao meio natural, e a sua forma de elaboração e cultivo (BORJA, M.; ZARCO, G.; JIMÉNEZ, A., 1997).

A investigação realizada por Cristóbal, Gutiérrez e Monge (2004) evidencia que, "em suas decisões de compra, o consumidor se enfrenta a um número considerável de DO que amparam a um número ainda maior de bodegas, e estas, por sua vez, a um grande número de marcas", e que, por isso, é importante um bom equilíbrio entre o reconhecimento da marca e da DO com a qual se relaciona.

A vantagem vivida na Espanha pelos vinhos está baseada, principalmente, na redução da incerteza que é criada quando se produz o lançamento de um novo produto no mercado, uma vez que a DO se apresenta como um respaldo e uma fonte de credibilidade e confiança para a valoração de um produto. É válido ressaltar que, em algumas situações, uma DO mal gestionada pode representar um ponto negativo na notoriedade positiva de uma classe de produto.

O preço é igualmente reconhecido como um diferencial de mercado, pelo que as marcas que trazem uma DO, geralmente, apresentam preços mais elevados que a média da categoria de produtos, uma vez que a diferença de preços é percebida pelos consumidores como uma diferença das qualidades oferecidas. O preço também passa por fatores sociais (o caso de um produto de luxo, por exemplo). Cristóbal, Gutiérrez e Monge (2004) indicam que, "tanto distribuidores e conselhos reguladores, como preceptores, argumentam como fator determinante do preço do vinho, os custos de produção e elaboração do mesmo".

A DENOMINAÇÃO DE ORIGEM NA AMAZÔNIA – UM PLANEJAMENTO

A Amazônia, segundo uma perspectiva brasileira, recebeu, a partir do ano 1990, uma maior abertura de mercado, inclusive em nível nacional. Por esta razão, a dinâmica de desenvolvimento econômico da Amazônia pode ser considerada tardia, e, ainda que as comunidades locais estejam adquirindo capacitação tecnológica para o desenvolvimento de algumas etapas do processo produtivo de suas indústrias, trata-se de ações em número limitado, o que faz com que grande parte da produção seja realizada de maneira artesanal.

A comercialização de produtos provenientes da zona da Amazônia já existe, inclusive para outros países, como é o caso da venda da fruta açaí, muito cultivada na região Norte do Brasil e comercializada em forma de bebidas e de sorvetes para o mercado dos Estados Unidos. Entretanto, os produtos feitos no Brasil, ou posteriormente manipulados no exterior, não possuem nenhuma forma de proteção segundo os conceitos de uma DO, conforme cita Lasmar:

> as principais estratégias indicam a necessidade de cooperação com institutos de investigação e desenvolvimento locais, associações dos produtos com a marca Amazônia, capacitação de pessoal e exportação. A exportação é condicionada à associação com a marca Amazônia, que exerce um apego especial, mas sofre enclaves crescentes e proporcionais ao produto acabado de maior valor agregado (LASMAR, 2004).

A falta de uma administração comprometida com a preservação natural, humana, cultural e de mercado da Amazônia contribui para que as comunidades tradicionais da zona percam sua importância pela falta de uma comprovação científica dos recursos da biodiversidade, o que as asseguraria em caso de que existisse uma DO Amazônia, como sugere Tallarico:

> outra das idéias que se destaca da consideração analítica é que a DO tem a força de ser um instrumento legal; um seguro para as produções locais frente à concorrência desleal; um direito de propriedade intelectual e uma garantia de certificação que avalia as características de um produto (TALLARICO, 2000).

Dada a importância e relevância da criação de uma DO Amazônia, é necessário igualmente reconhecer os pontos chaves para concretizar este reconhecimento. Segundo Lasmar, os

> diversos atores influem na exploração dos recursos da biodiversidade, tendo em conta as dificuldades de governabilidade, de harmonia e os conflitos de interesses: os institutos de investigação e desenvolvimento, as organizações de fomento, as ONGs, especialmente as que representam as comunidades indígenas e as empresas industriais (LASMAR, 2004).

Assim, alguns dos problemas levantados como barreiras para a criação de uma DO Amazônia são as diversas e complexas questões legais como a alta burocracia, o interesses dos agentes institucionais no acordo, a escassez das atividades de investigação e desenvolvimento, a falta de tecnologias modernas na região e, sobretudo, as dificuldades de utilizar a riqueza dos recursos naturais como produtos de consumo no grande mercado.

A AMAZÔNIA BRASILEIRA

O território da Amazônia compreende áreas do Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Entretanto, apesar de sua grande extensão e biodiversidade, falar de Amazônia é considerar que estes recursos são muitas vezes explorados sem uma preocupação com o meio ambiente. O especialista em temáticas amazônicas, Mendes, defende que

> [...] o desafio se situa no terreno da fronteira entre o desenvolvimento da riqueza do homem e o desenvolvimento do próprio homem. Dado que se trata do futuro da sociedade humana, é um desafio ecumênico, macropolítico e ético. Não é um problema ecológico puro, porque se trata de atuar sobre um meio ambiente habitado. Nem tampouco é um problema econômico puro, porque a economia supõe uma ecologia equilibrada (MENDES, 1996).

Apesar da importância destas questões, grande parte dos projetos da região são criados de maneira alheia ao conceito de preservação natural, fazendo com que a maior parte das reservas geradas com estas atividades não sejam desenvolvidas localmente, para, inclusive, gerar melhores condições de vida a sua população.

Desta forma, é necessário analisar a Amazônia segundo a visão de uma região que se construiu ao longo de anos de história compartilhada entre riquezas culturais e que, até hoje, refletem-se na sua natureza, na sua biodiversidade e na sua população.

GESTÃO ESTRATÉGICA DA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM

A questão principal de uma DO é a posição estratégica, tanto em níveis empresariais como públicos, que determinada localidade disporá na forma de um controle geográfico, que será um diferenciador de mercado, com um aumento da competitividade destes produtos, bem como o próprio desenvolvimento de atividades, como a agrária e a industrial.

Por estes motivos, a criação de uma DO é um fator determinante para assegurar a qualidade e as peculiaridades vinculadas a uma região e materializadas nos produtos que dela provêm, e que os convertem em únicos no âmbito da concorrência. Também é importante uma consciência coletiva por parte da população e dos próprios empresários, distribuidores

e produtores do local, uma vez que estes devem coordenar suas atividades baixo o controle dos Conselhos Reguladores, responsáveis por garantir a qualidade e todo o compromisso de produção do produto até o consumidor.

Por isso, sendo a DO uma marca pública e coletiva, esta pode representar diferentes produtos, de diferentes categorias, desde que estes sempre mantenham vínculos de região geográfica, de qualidade e as próprias características básicas que originam a produção. Entretanto, os fatores anteriores não limitam as estratégias de marketing que venham a ser utilizadas, bem como as decisões para gestionar uma marca e a aplicabilidade e os objetivos empresariais para com esta, assim se garantiza a liberdade de comunicação e as estratégias de mercado, desde que os princípios para encaixar um produto dentro de uma DO sejam respeitados.

Os valores que sustentam cada DO são definidos segundo os pontos mais relevantes de cada situação, com suas próprias diretrizes, mas sem um padrão fixo, apenas as exigências mínimas para a utilização deste amparo legal. É importante recordar que uma DO deve ter uma imagem forte e de proveitosas associações na mente dos consumidores, para que sua utilização possa acrescentar valores aos produtos que possuem seu nome com este vínculo. Assim, conforme afirma Kapferer,

> para estabelecer uma imagem sólida e favorável na mente dos consumidores, o nome da DO deve vincular-se a certos benefícios relativos ao produto, à empresa ou à zona geográfica, buscados pelos segmentos de mercado objetivo. Daí, que desde um ponto de vista estratégico seja necessário o desenvolvimento conjunto e coordenado por parte das organizações implicadas, de uma série de atuações de marketing, que fundamentadas na identidade da DO tenham como fim estabelecer uma imagem única, sólida, coerente e favorável da mesma (apud Yague, 2002).

Uma DO está centrada, sobretudo, em valorizar a qualidade dos produtos, as tradições, os aspectos históricos e culturais de uma região e as diferenças que uma determinada área geográfica possui. Entretanto, outras vantagens secundárias podem ser aproveitadas dentro de cada situação gerada e da visão de mercado para aproveitá-las.

O problema mais frequente na gestão de uma DO é a eleição de uma política de imagem capaz de agregar as diferentes associações possíveis, de maneira coerente, tendo em conta que, muitas vezes, a classe dos produtos amparados por uma DO não é de todo homogênea, o que dificulta agregar às numerosas variáveis uma imagem mestra. Outro cuidado que se deve ter é com as diversas associações que podem ser realizadas, uma vez que, se não forem bem gestionadas, podem acabar por confundir os consumidores e deixar uma imagem confusa ou pouco definida das qualidades da DO e, consequentemente, do que garante e traz o produto, conforme resume Yagüe:

> as associações estabelecidas sobre a identidade da DO subministram uma proposição de valor ao cliente, sobre a base dos distintos benefícios que podem oferecer os produtos que esta rubrica. A utilização destas associações como base para o desenvolvimento de uma política de imagem comum se configura como uma necessidade fundamental (YAGUE, 2002).

Desta forma, uma DO será mais eficiente quanto mais homogeneidade sua mensagem possa garantir uma boa imagem ao público consumidor, seja na gestão das marcas amparadas por esta, ou pela congregação das associações baixo uma idéia sólida, forte e de fiabilidade no mercado.

CONCLUSÕES

A partir do estudo realizado, puderam ser elaboradas algumas recomendações para otimizar uma possível implantação de uma DO para a Amazônia brasileira:

- É necessário levar em consideração a importância da cooperação entre empresas e entidades, órgãos e Ministérios do Brasil, para que a temática e seus programas de implantação se desenvolvam com o compromisso com o consumidor e com as questões de preservação e beneficiação da região e de sua população;
- Para futuras linhas de investigação, sugere-se elaborar uma seleção dos produtos que possam fazer uso de uma DO da Amazônia brasileira, tendo em conta as exigências determinadas pela lei brasileira, bem como ressaltar que uma DO para essa região poderá ser capaz de atrair a atenção e o desenvolvimento de outras atividades, como o turismo, e que isto deverá ocorrer preservando e mantendo as necessidades da DO;
- A partir da situação que se configura, faz-se necessário recordar que os produtos que utilizem uma DO no mercado e que estejam comprometidos com a Amazônia, tanto em nível de Brasil como internacional, devem preservar a biodiversidade e a necessidade do desenvolvimento local, tanto no plano social como econômico e natural.

Assim, o interesse principal deste estudo foi demonstrar que, quando se realiza a combinação e a manutenção dos elementos locais, é possível o nascimento de diferenciais de mercado que garantam destaque na competitividade de mercado. Entretanto, por estes mesmos motivos de importância, é de extrema necessidade que estes aspectos (naturais, culturais, sociais e econômicos) sejam preservados e desenvolvidos de forma a contribuir para um crescimento conjunto da região que compreende a Amazônia, no caso desta análise, a porção brasileira.

REFERÊNCIAS

AAKER, David. **La gestión del valor de la marca**. Madrid: Ediciones Díaz de Santos, 1994.

CERVIÑO, Julio. **Marcas internacionales***:* como crearlas y gestionarlas. Madrid: Pirámide, 2002.

MENDES, Armando. **A casa e suas raízes**. Belém: Cejup, 1996.

BORJA, M.; ZARCO, G.; JIMÉNEZ, A. La Denominación de Origen como marca: la procedência como elemento de identidad. Aedemo. **La Marca Investigación Y Marketing**, Barcelona, n.55, junio, 1997.

CRISTÓBAL, M.; GUTIÉRREZ, H.; MARTIN, S.; MONGE, M. **Las denominaciones de origen vitivinícolas españolas:** percepción de bodegas, distribuidores e líderes de opinión. Distribución y consumo, Madrid, 2004.

LASMAR, D. **Cadeia produtiva baseada nos recursos naturais da floresta amazônica.** Manaus: Fucapi, 2004.

TALLARICO, G. La construcción comunicativa de las Denominaciones de Origen*.* **Revista Latina de Comunicación Social**, 2000.

YAGUE, M., JIMÉNEZ, A. La denominación de origen en el desarrollo de estrategias de diferenciación: percepción y efectos de su utilización en las sociedades vinícolas de Mancha y Valdepeñas*.* **Estudios Agrosociales y Pesqueros**, España, n. 197, p. 179-204, 2002.

ZARCO, A. La percepción de las denominaciones de origen mancha y valdepeñas de España. **Agroalimentaria,** 2002.

EFEITO MODERADOR DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE SOBRE AS DIFICULDADES E BARREIRAS NA UTILIZAÇÃO DOS TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO BANCÁRIO ENTRE OS IDOSOS

Íris Linhares Pimenta[*]
Anatália Saraiva Martins Ramos[**]

RESUMO

O objetivo do trabalho é estudar as dificuldades e barreiras que têm os idosos com os terminais de autoatendimento (TAA), visando verificar se os aspectos emocionais e cognitivos diante da interação com os terminais de autoatendimento (TAA) são diferentes conforme o nível de escolaridade dos idosos. Foi realizada uma pesquisa de campo, de natureza quantitativa, do tipo descritiva, através de levantamento dos dados (survey). Utilizou-se de um questionário estruturado, com base nos conceitos da ergonomia cognitiva e usabilidade. A amostra da pesquisa é constituída de 63 clientes com mais de 60 anos, correntistas do Banco do Brasil. Os resultados confirmaram o efeito moderador do nível de escolaridade frente às dificuldades na utilização do TAA. De forma geral, há um efeito positivo do nível de escolaridade para as pessoas da terceira idade, quanto à melhora da capacidade cognitiva, desempenho na compreensão, concentração, foco e orientação das operações do TAA. Inversamente, com nível educacional mais baixo, o idoso tenderá a ser mais resistente à adoção do TAA, aumentando sua insegurança, nervosismo, angústia e medo, tornando-o mais dependente de ajuda de terceiros e levando-a ter mais dificuldade de lembrar das senhas. O artigo finaliza com as implicações teóricas e gerenciais decorrentes dos resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção de tecnologia da informação. Idosos. Terminais de autoatendimento.

1 INTRODUÇÃO

As instituições financeiras encontraram nas novas tecnologias de informação (TI) soluções que permitem proporcionar maior conforto e segurança aos seus clientes. No passado não muito longe, sempre que se pensava em ir ao banco imaginava-se ser atendido por pessoas e não por máquinas. Hoje, os serviços antes restritos exclusivamente ao atendimento pessoal na agência física do banco foram transformados e incrementados com a utilização dos terminais eletrônicos de autoatendimento (TAA), onde é possível o acesso a uma gama de serviços bancários, tais como saque, depósito, pagamento, consulta de saldos, transferência bancária, empréstimos entre outros. Além do TAA, o uso da Internet para acesso ao banco (*in-*

[*] Mestranda, PPGA/UFRN) irispimenta@hotmail.com
[*] Professora Doutora, PPGA/UFRN) anatalia@pq.cnpq.br

ternet banking) ou do telefone celular (*mobile banking*) são exemplos de serviços de autoatendimento baseados na tecnologia (SST - *self--service technologies*) que estão cada vez mais levando a uma intensiva e estimulada automação dos serviços.

No que se refere às transações bancárias, o autoatendimento responde sozinho por 33,5%, enquanto que as transações nos caixas de agências representa apenas 10,4% do total (FEBRABAN, 2008). Segundo o relatório da Febraban, há 170 mil dispositivos de auto-atendimento em operação nos bancos brasileiros, o que corresponde a um dos maiores parques de TAA do mundo. As despesas globais de TI perfazem um total de quase R$ 15 bilhões. A parcela de recursos do orçamento de TI destinada a investimentos cresce ano a ano, superando 40% do total, o que evidencia ser a TI um recurso estratégico para os bancos.

Esses avanços tecnológicos no setor bancário e a progressiva evolução do autosserviço por parte dos clientes trouxeram impactos significativos aos consumidores em geral, mas esses efeitos parecem ser mais sentidos nos indivíduos da terceira idade, devido às inúmeras barreiras e dificuldades psicológicas e cognitivas na utilização de TI. A interface entre usuários e sistemas computacionais diferencia-se das interfaces de máquinas convencionais por exigir dos usuários um maior esforço cognitivo em atividades de interpretação e expressão das informações que o sistema processa (NORMAN, 1986 apud LEITE, 1998). Em pessoas mais velhas, esses aspectos podem ser mais relevantes, principalmente se for considerado o efeito moderador do nível intelectual ou de escolaridade do indivíduo.

Na perspectiva da pesquisa científica, o estudo se justifica pelo fato de que os efeitos que a tecnologia traz para as pessoas, principalmente na era do conhecimento, devem ser investigados em termos acadêmicos. Há ainda relativamente pouca literatura científica sobre os efeitos trazidos pela TI nas pessoas mais idosas. Relacionados com o uso do TAA, podem ser destacados no Brasil os trabalhos de Polo (1993), Pires e Marchetti (1997), Anjos Neto et al. (2002), Sales (2002), Tavares (2003) e Casseb (2007).

Do ponto de vista da relevância social, a pesquisa é importante, tendo em vista o crescente aumento da população de pessoas na terceira idade, impactando diretamente nas políticas públicas e organizacionais de acessibilidade e usabilidade de sistemas de autosserviço com base tecnológica os quais requisitam a interação do idoso com a tecnologia, principalmente quanto aos serviços bancários. De forma geral, o usuário com idade mais avançada tem maior tendência a resistir às inovações, principalmente aquelas de caráter tecnológico (PIRES; MARCHETTI, 1997). Este estudo justifica-se, portanto, pelo crescente aumento da população idosa no Brasil e pela importância de se estudar este segmento da população, para buscar oferecer melhores produtos e serviços que atendam as suas necessidades, em especial nos produtos e serviços que sejam intensivos e baseados em tecnologia, tendo como referência os atributos de usabilidade e de interação idoso-sistema.

À luz desse contexto, justifica-se investigar as dificuldades e barreiras psicológicas e cognitivas no atendimento bancário feito por meios eletrônicos entre os mais idosos, tendo como efeito moderador o nível de escolaridade. O objetivo do estudo é identificar como os impactos negativos do uso do TAA se manifestam nas pessoas de mais idade, de acordo com seu nível de formação educacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A TERCEIRA IDADE

Para Simões (1994, p. 14), a expressão "velho" tem diferentes abordagens e pode significar "perda, deterioração, fracasso, inutilida-

de, fragilidade, antigo, que tem muito tempo de existência, dando a impressão de que o velho vive improdutivamente e está ultrapassado pela nossa sociedade". Já a palavra "idoso" tem uma conotação menos agressiva, pois refere-se unicamente ao ser humano, sendo utilizada para identificar as pessoas que têm uma vivência traduzida em muitos anos. O prefixo "idos" significa passados, percorridos (SIMÕES, 1994, p.15). No que diz respeito à idade cronológica, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), os indivíduos maiores de 60 anos são considerados idosos. Neste trabalho, pessoas com mais de 60 anos são consideradas da 'terceira idade' ou da "melhor idade".

Do ponto de vista de Hayflick (apud SALES, 2002), envelhecer não significa somente a passagem do tempo, pois são manifestações biológicas que acontecem ao longo do tempo. À medida que as pessoas envelhecem, elas passam a ter algumas dificuldades: problemas sensoriais, como a perda da capacidade auditiva e/ou visual (porém essas alterações não restringem a interação do idoso com o computador); de ordem física, como a dificuldade de caminhar, de fazer exercícios físicos; e de ordem cognitiva como perda da memória, atenção dividida, que é a capacidade de processamento de duas coisas ao mesmo tempo.

A qualidade de vida dos idosos cresceu em números significativos e a expectativa de vida só vem aumentando, graças às mudanças no estilo de vida da população, melhores condições de saúde, desenvolvimento de novos medicamentos, alimentação balanceada e outros aspectos positivos da modernidade. Segundo dados do IBGE (2008), a esperança de vida ao nascer do brasileiro é de 72,6 anos. Isto nos leva a considerar que envelhecer nos dias de hoje, sem dúvida, é mais saudável do que há 20 anos atrás, por exemplo.

Do ponto de vista econômico, o segmento da terceira idade é promissor, isto porque trata-se de uma composição heterogênea (há aposentados, trabalhadores, casados, solteiros, viúvos); sentem-se, normalmente, mais jovens após os 50 anos e tendem a experimentar coisas novas que ofereçam benefícios diretos (FARIAS; SANTOS apud ANJOS NETO et al., 2002). Nos Estados Unidos, por exemplo, 77% dos idosos detêm toda a riqueza financeira do país. Esses consumidores maduros têm um poder de compra significativo, gostam de comprar produtos de qualidade e estão dispostos a pagar mais por isso, porém, necessitam de todo um cuidado que os auxiliem no momento de suas decisões. Tradicionalmente, as pessoas de terceira idade preferem o contato físico com os prestadores de serviços.

Além dos problemas do idoso com relação aos aspectos de saúde, alimentação e qualidade de vida, existem questões de mesma importância que devem ser considerados na elaboração de políticas para os idosos. O envelhecimento da população inclui mudanças no cenário econômico e social, o perfil do consumo é diferenciado, os impostos, o mercado de trabalho, assistência médica entre outros.

A velhice é um processo natural, normal e inevitável. A grande questão é oferecer à população idosa mecanismos que facilitem sua vida, formas mais simples e adequadas a essa fatia crescente da população. Nesse contexto, esta pesquisa busca observar como a terceira idade vivencia o autoatendimento bancário baseado na sua interação com a tecnologia.

2.2 O IDOSO E A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

A tecnologia de informação é algo em que não pode ser ignorada nos dias de hoje. Mais e mais pessoas dependem intensamente de sistemas automáticos e informatizados no seu ambiente organizacional e na vida pessoal. A TI entra nas vidas das pessoas por duas razões principais: porque

tem a capacidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas e porque facilita a comunicação e a interação entre as pessoas (SELWYN et al., 2003).

No entanto, as pessoas percebem cada situação de forma diferente, segundo algumas teorias da psicologia, tais como como a *gestalt* e a teoria do campo. Os sistemas automatizados mais tradicionais tendem a ter um impacto negativo nos indivíduos, por serem considerados impessoais, por reduzirem ou eliminarem por completo o elemento humano presente nos sistemas não-computacionais e pelos indivíduos sentirem a perda da sua identidade devido à informatização (TURBAN et al., 2004). A forma como a tecnologia afeta cada indivíduo pode variar, já que vai depender de como essa pessoa encara as ferramentas automatizadas (O´BRIEN, 1999).

Para os idosos, os avanços tecnológicos e a inevitável dependência tecnológica trouxeram impactos importantes. Para Kachar (2001), a TI quando desenvolvida com objetivo de ajudar e facilitar pode trazer oportunidades para as pessoas que a utilizam. Convenientemente utilizada, a tecnologia pode facilitar o processo de comunicação aprimorando suas relações interpessoais, colocando as pessoas em contato com parentes e amigos em um ambiente de troca de ideias e informações, reduzindo o isolamento, melhorando seu bem estar e estimulação mental. A tecnologia pode fazer com que a pessoa idosa tenha a oportunidade de ser um aprendiz virtual, fornecendo uma educação continuada, estimulando assim a mente e o bem-estar que se tem de aprender algo novo, integrando dessa forma o individuo numa comunidade ampla, reduzindo o isolamento e a sensação que muitos têm de ser inútil.

A terceira idade deve ser um período desafiador intelectualmente para as pessoas. Ao aprender coisas novas, permanecem mais independentes e ao mesmo tempo sentem que contribuem para a sociedade. Porém, para dominar uma TI faz-se necessário ultrapassar algumas barreiras que são: a falta de confiança, pois muitos se acham velhos demais pra aprender; problemas de ordem mais técnica, como o tamanho da tela, das letras e das cores (JUZNIC et al., 2006).

Com a idade mais avançada, o declínio das capacidades cognitivas está mais acentuado, porém, se forem bem orientados, os idosos têm capacidade de aprender novas tecnologias (AZAR, 1998). Após vários estudos, Azar (1998) concluiu que as pessoas idosas não estão menos interessadas que as jovens em usar novas tecnologias. O autor mostrou que, em um grupo de pessoas com idade entre 58 e 91 anos, a maior barreira para o uso de computadores era a falta de treinamento. Uma vez em que os idosos adquirem conhecimento e proficiência no uso de ferramentas tecnológicas, eles podem usá-las tão bem quanto os jovens, só que levam mais tempo. Azar (1998) conclui seu artigo com a frase de Charness “Você pode ensinar novos truques a cães mais velhos, apenas vai levar mais tempo para eles aprenderem”.

A inovação de alguma maneira assusta e faz com que muitos consumidores sejam resistentes a ela, principalmente os de idade mais avançada (LAUKKANEN et al., 2007). Essas resistências ao uso das tecnologias são bastante relevantes quando se separam aqueles que aceitam e os que rejeitam as tecnologias, e parecem desempenhar um papel de distinção daqueles que são usuários e dos que não são. Os usuários que aceitam as tecnologias têm maior facilidade de interagir com ela do que aqueles que as rejeitam (TROCCHIA; JANDA, 2000). Ao lado desses fatores, a renda, ensino e ocupação também influenciam de alguma forma na aceitação e no uso das tecnologias (SELWYN et al., 2003).

2.3 TECNOLOGIA BANCÁRIA E OS TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO

A revolução tecnológica do século XX teve reflexos na forma de interação humana, seja no sistema financeiro e bancário, como em toda a sociedade (CASTELLS, 2006). O setor bancário começou a ganhar maior notoriedade em meados de 1980, quando começou a disseminação dos computadores pessoais. A partir dessa fase, observou-se a descentralização dentro das empresas do setor financeiro. Primeiro com os terminais conectados diretamente aos *mainframes*, depois ainda com rudimentares microcomputadores. O Centro de Processamento de Dados (CPD) ainda controlava todas as operações de informática, todavia as demandas dos usuários passaram a ter maior autonomia (MURAKAMI, 2003).

No Brasil, com o forte desequilíbrio econômico, principalmente em meados de 1980, e com a instabilidade na economia, o cliente preocupava-se com a desvalorização financeira do seu dinheiro e exigia que os bancos tivessem um processamento mais ágil. Este contexto provavelmente contribuiu para o avanço da automação bancária. A partir de 1993, com a estabilidade econômica brasileira, bem como a abertura do mercado das telecomunicações, os avanços para o desenvolvimento no setor bancário foram evidentes, pois, desde então os bancos passaram a ter a possibilidade de expandir seus serviços para lugares antes restritos. Para Murakami (2003), o cliente tornou-se o foco, pagava mais tarifas, porém possuía maior número de produtos, bem como maiores créditos.

Houve um crescente investimento em tecnologia da informação (TI) em todos os setores da economia, mas notadamente no setor bancário. A TI aplicada aos serviços bancários tende a impulsionar o autosserviço, seja ele realizado através de terminais de autoatendimento, por vias eletrônicas e também por correspondentes bancários. Essa tendência está vinculada à ideia de proporcionar mais comodidade e conforto ao cliente que se utiliza desses serviços, como também de diminuir o fluxo de clientes em lojas físicas e obter redução de custos. “O futuro será incerto para o banco que não dispuser de uma excepcional rede de autoatendimento” (CLEMENTE, 2000, p. 8).

Com esse crescente número de operações autônomas, para que as tarefas sejam realizadas de forma satisfatória, é necessário que os clientes se sintam confortáveis para utilizar os sistemas de informação dos bancos (ALBERTIN; MOURA, 1995).

Os terminais de autoatendimento (TAA), também conhecidos pelo termo em inglês *auto teller machine* (ATM), são instalados em quiosques espalhados em toda a cidade, tanto nos grandes centros urbanos, como também nas pequenas cidades. Através desses terminais, é possível fazer diversas transações financeiras. Esses terminais funcionam de maneira on-line ou off-line. Na primeira modalidade, os terminais são ligados a uma rede de telecomunicações, são de custo mais elevado, porém fornece maior segurança nas transações. Nas transações efetuadas em terminais off-line, todas as movimentações são gravadas em uma fita, para posteriormente entrar nas contas dos clientes, não fornecendo as atualizações imediatadamente.

Segundo Tavares (2003), as máquinas de autoatendimento dispõem aos clientes diversos serviços, tendo como exemplos saque de dinheiro (*Cash Dispenser*), extrato, depósito e pagamentos. Há também máquinas dispensadoras de talão de cheques que, mediante solicitação do cliente, pode imprimir na hora as folhas de cheque, na quantidade desejada pelo cliente. Mais atualmente, há a tecnologia de *touch-screen*, com o acionamento feito através da tela e não pelo teclado do terminal.

O sistema bancário atual leva a concentração de boa parte dos serviços nos terminais de autoatendimento, sem que estejam sendo observados os aspectos físicos e cognitivos de boa parte dos usuários desse sistema, no caso, os idosos. Para alguns desses idosos, esse contato com os terminais de autoatendimento ainda é um grande problema, essa dificuldade é tão evidente onde percebe-se a necessidade de atendimento pessoal que auxilie-os nas operações, esse bloqueio provavelmente reside na inadequação dos terminais de autoatendimento para atender a esse público (TAVARES, 2003).

Conforme Anjos Neto et al. (2002), os idosos percebem que não existe um número suficiente de funcionários para lhes prestar auxílio, assim como citam a impessoalidade do serviço como uma das desvantagens da utilização desses recursos tecnológicos.

Para ser um sistema facilmente assimilado por seus usuários, é recomendado que este seja orientado para a usabilidade. Por isso, as interfaces utilizadas nos sistemas dos terminais de autoatendimento devem fazer com que os clientes se sintam confortáveis ao realizarem transações autônomas, do contrário, por não se sentirem confiantes ou não compreenderem o sistema, os usuários dos terminais de autoatendimento, ao interagirem com a interface de seu software, são desestimulados a realizar transações por esse meio (FERREIRA; LEITE, 2003).

2.4 INTERAÇÃO HUMANO-COMPUTADOR, ERGONOMIA COGNITIVA E USABILIDADE NOS TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO

Como mencionado, a tecnologia pode proporcionar melhores condições de vida, trazer comodidade, incrementar desenvolvimento pessoal, mas traz no seu bojo a maior dependência do indivíduo ter proficiência ou capacidade intelectual de utilizar recursos automatizados. Moraes (1998) acredita que um grande problema, entretanto, é que a maioria das pessoas, uma vez ou outra, experienciam frustrações e dificuldades ao tentar usar estes sistemas. As incompatibilidades da interação homem-computador, que propiciam erros durante a operação dos sistemas e implicam dificuldades para o usuário, devem-se aos projetistas do "software" que desconhecem a tarefa, o modo operatório e a estratégia de resolução de problemas do componente humano do sistema homem-máquina (Benyon; Davies, 1990, apud MORAES, 1998).

A ergonomia cognitiva, para além da interação humano-computador, preconiza que a fundamentação do aspecto cognitivo esteja centrada no modelo mental desenvolvido pelos usuários quando se deparam com a tela do computador e absorvem a informação disponibilizada (ARAGÃO, 2001).

Nesse processo ergonômico, a facilidade de uso é um dos requisitos importantes, pois requer a avaliação da usabilidade do produto. A ISO (*Internacional Standard Organization*), na parte 11 da norma 9241, define usabilidade como a eficiência, eficácia e satisfação com a qual usuários específicos podem alcançar seus objetivos em ambientes particulares. A "eficiência" diz respeito aos recursos necessários e consumidos para atingir o objetivo; a "eficácia" ou efetividade é a qualidade com que o utilizador atinge os objetivos, enquanto a "satisfação" é o nível de conforto e o grau de aceitação do sistema por seus usuários e por outras pessoas afetadas pelo seu uso (ISO 9241, 1998).

Para Jordan (1998), um ponto importante sobre a definição da ISO, quanto à usabilidade, é que não é simplesmente uma propriedade de um produto isolado, mas depende de quem está usando o produto. Então, a usabilidade é uma propriedade de interação entre um produto, um usuário e a tarefa que se está tentando completar.

Segundo Moraes (2004), a usabilidade é parte dos objetivos e da metodologia ergonômica de adequação das interfaces tecnológicas às características e capacidades humanas físicas, cognitivas e emocionais.

Outro conceito importante mostra que a usabilidade é a propriedade de uma interface permitir que o usuário possa classificá-la quanto à sua qualidade, conceito definido tradicionalmente como a conjunção de cinco atributos (SHNEIDERMAN, 1998):

- Facilidade de aprendizado: o sistema deve permitir que o usuário aprenda a executar suas tarefas no prazo mais curto possível;
- Eficiência de uso/desempenho na execução de tarefas: o sistema, uma vez dominado pelo usuário, permite um alto grau de produtividade;
- Retenção com o tempo: o sistema deve ser relembrado facilmente, mesmo pelo usuário menos experiente;
- Minimização de erros: o sistema deve ter uma baixa taxa de erros de utilização. Além disso, os erros cometidos pelo usuário devem ser facilmente recuperáveis (existindo a possibilidade de voltar a um estado seguro). Erros catastróficos não podem ocorrer;
- Satisfação: o sistema deve ser agradável de usar, ou seja, seus usuários ficam subjetivamente satisfeitos com ele.

No estudo de Anjos Neto et al. (2002), foi relatado que os equipamentos de autoatendimento, atualmente adotados, não são adequados aos consumidores idosos. O estudo de Lima (2003) sobre a usabilidade da urna eletrônica mostrou que o processo de votação eletrônico mobiliza um processo de aquisição de aprendizagem. Os modos operatórios dos eleitores são gerados através de uma regulação entre as representações que o eleitor possui, seu objetivo, seu estado interno, os meios disponibilizados pelo sistema automatizado de votação e os resultados obtidos na interação. No que se refere especificamente à usabilidade do TAA do Banco do Brasil, Mendes (2002) concluiu que os usuários iniciantes não se sentem tão seguros, e simplesmente não sabem como desfazer ações que postam de forma errônea no sistema. O que pode levar a não efetivação de negócios por esse canal ou a realização de transações por meios mais custosos ao banco, como o caixa de agência.

Estas são questões relevantes que devem ser levadas em consideração na utilização dessa tecnologia por parte dos idosos. Ao direcionar a prestação de serviços para os idosos, necessita-se observar que, além de todas as vantagens proporcionadas, é importante levantar se estes serviços estão sendo bem utilizados pelo público da terceira idade e por toda a população, quanto à adequada interação do indivíduo com o sistema informatizado.

3 METODOLOGIA

Este trabalho utilizou como método uma pesquisa descritiva que, para Cervo e Bervian (1996, p.49), tem função de descobrir a natureza do fenômeno estudado - em termos de frequência, relação com outros fenômenos, e características peculiares – sem manipulá-lo. A abordagem da análise dos dados é quantitativa, obtidos através de pesquisa de campo do tipo levantamento de dados (*survey*).

O universo da pesquisa é composto por todos os usuários maiores de 60 anos que utilizam os serviços de autoatendimento em agências bancárias. Como não foi possível utilizar todos os elementos da população em estudo, foi desenvolvida uma pesquisa de campo em uma agência do Banco do Brasil (BB) na cidade de Natal-RN, a partir de uma amostra não probabilística acidental com indivíduos que atendessem a esta característica de faixa etária. A escolha do BB como delimitação de estudo se deu primordialmente pelo fato desse banco possuir a maior rede de autoatendimento e de maior capilaridade no Brasil.

A amostra foi constituída de 63 idosos, os quais foram entrevistados na primeira semana do mês de maio de 2008. A concentração de idosos em bancos é maior no início do mês devido ao recebimento dos benefícios (por exemplo, aposentadorias e pensões). A aplicação do questionário se deu na calçada de uma grande agência do BB no centro da cidade. Por este motivo, a amostra foi obtida com muita dificuldade, pois muitos idosos se recusaram a responder, possivelmente devido ao desconforto, insegurança ou mesmo pela não disponibilidade de tempo. Além disso, conforme Pires e Marchetti (1997), os idosos estão entre aqueles que apresentam a menor frequência de utilização dos caixas-automáticos.

O instrumento de coleta dos dados foi um questionário com questões fechadas, estruturado em três partes. A primeira parte buscou identificar a opinião geral do idoso frente à adoção de novas tecnologias. Na segunda parte, foram coletados os dados demográficos, como gênero, idade, renda e nível de escolaridade. Por fim, buscou-se identificar o perfil de uso do autoatendimento e das barreiras encontradas por esses idosos na utilização de serviços fornecidos pelos terminais de autoatendimento (TAA). Para identificar estas dificuldades cognitivas e emocionais na interação com o TAA, foram desenvolvidas assertivas baseadas na literatura sobre aspectos de usabilidade, ergonomia cognitiva e interação humano-sistema.

Foi empregada uma escala do tipo Likert, que permite ao entrevistado a vantagem de visualizar várias dimensões de uma mesma questão (ROESCH, 1999). Assim, foi solicitado que o idoso se posicionasse sobre sua **condição emocional** (angústia, nervosismo, medo ou receio etc) frente à utilização desses serviços, bem como sua **percepção cognitiva** na interação com o autosserviço, como dificuldade em ler e compreender os procedimentos expostos na tela, memória da senha, padronização de comandos, dificuldade de concentração, necessidade de ajuda de terceiros, entre outras perguntas pertinentes aos aspectos comportamentais relacionados com a utilização dos terminais de autoatendimento do Banco do Brasil. A escala das assertivas variava de 1-Nunca; 2-Quase nunca; 3-Às vezes; 4-Quase sempre; 5-Sempre.

Para a análise dos dados, foi utilizado o programa SPSS, versão 15, onde todos os dados foram tabulados e inseridos no programa para posterior análise. Para identificar se havia diferenças entre idosos mais escolarizados e menos escolarizados, no que diz respeito ao perfil das dificuldades/barreiras do uso do TAA, foi utilizada a estatística descritiva e inferencial.

Como parte do procedimento de análise quantitativa dos dados, foi testada a normalidade das variáveis, através da observação das médias, medianas, desvio-padrão, coeficientes de assimetria, curtose e visualização gráfica dos histogramas com curva normal para cada variável das duas dimensões de análise. Também foi aplicado o teste de Kolmogorov-Smirnov. Estes testes demonstraram que as variáveis não tinham distribuição normal.

Como não se encontrou evidência de que os dados assumissem uma normalidade, foi utilizado o teste de significância não-paramétrico de Mann-Whitney (Teste U). Na definição de Cooper e Schindler (2003, p.589), o Mann-Whitney serve para testar se duas amostras independentes foram retiradas de populações com médias iguais.

Para Dancey e Reidy (2006, p. 528), o teste de Mann-Whitney avalia se existe uma diferença estatística significativa entre as médias dos postos (*ranks*) das duas condições. O teste requer que os escores de duas condições sejam ordenados a fim de que o teste estatístico seja calculado a partir dessas ordenações. A razão da escolha deste teste se deve pelo fato dele não exigir nenhuma hipótese sobre distribuições populacionais e suas variâncias, bem como permite mensurações em escala ordinal.

Tabela 1 - Perfil da amostra

		Respondentes (n)	Percentual (%)
Sexo	Masculino	30	47,6%
	Feminino	33	52,4%
Faixa etária	Até 70 anos	38	60,3%
	Mais de 70 anos	25	39,7%
Estado civil	Solteiro	10	15,9%
	Casado	25	39,7%
	Divorciado ou separado	11	17,5%
	Viúvo	17	27%
Nível de formação educacional	1º. grau incompleto	9	14,3%
	1º. grau completo	3	4,8%
	2º. grau incompleto	8	12,7%
	2º. grau completo	17	27%
	Superior incompleto	0	0%
	Superior	20	31,7%
	Pós-graduação	6	9,5%
Renda mensal	Até R$. 1.000,00	19	30,2%
	de R$. 1.000,00 a R$. 2.000,00	10	15,9%
	de R$. 2.001,00 a R$. 3.000,00	10	15,9%
	Acima de R$. 3.000,00	23	36,5%
	Preferiu não informar	1	1,6%
Ocupação profissional	Ativo	1	1,6%
	Aposentado	60	95,2%
	Aposentado, mas trabalhando	2	3,2%

A hipótese nula (H_0) do teste pressupõe variâncias iguais para os dois grupos. A comparação foi feita entre as posições (ranks) dos elementos da amostra e foi empregado um nível de significância α de 0,01 para todas as hipóteses e, adicionalmente, também considerando um nível de significância α de 0,05 e α de 0,10, devido este estudo possuir uma amostra relativamente pequena de idosos.

Conforme o objetivo da pesquisa, o teste foi utilizado para avaliar se os dois subgrupos (Idosos com maior nível de escolaridade e Idosos com menor nível de escolaridade) diferem de opinião em relação às variáveis que mediram o nível de dificuldade/barreira ao uso do TAA. Para tanto, a variável 'nível de formação educacional' foi dicotomizada de acordo com o seguinte procedimento: se o entrevistado tinha 1º. grau incompleto, 1º. grau completo, 2º. grau incompleto ou 2º. grau completo, então foi atribuído o valor 1 para a variável Nível de escolaridade e se o respondente tinha nível superior incompleto, superior completo ou pós-graduação foi atribuído o valor 2 para a variável Nível de escolaridade.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 PERFIL DA AMOSTRA

A tabela 1 apresenta o perfil sócio-demográfico da amostra coletada. No que se refere ao gênero, 47,6% dos entrevistados são do sexo

masculino enquanto 52,4% são do sexo feminino. No entanto, apesar da maior incidência de idosas, que não há diferença estatística entre os sexos (chi-quadrado=0,143, p=0,705). Dois terços da amostra (60,3%) correspondem a pessoas com faixa etária até 70 anos, o que está coerente com o perfil de mobilidade e facilidades motoras até esta faixa etária. Com relação ao estado civil, existe uma concentração maior em pessoas casadas (39,7%), sendo também significativo o percentual de viúvos (27%). Com relação ao nível de escolaridade, encontrou-se que quase 70% da amostra pesquisada não tinha nível superior.

Dos entrevistados, 36,5% declararam ter renda mensal acima de R$. 3.000,00 o que foi um percentual alto, que pode ser justificado pelo alto número de pessoas que declararam ter maior nível de escolaridade. Outro percentual bastante expressivo foi o dos idosos que possuem renda mensal de até R$. 1.000,00, que correspondem a 30,2% do total da amostra.

A ocupação profissional teve a massa expressiva de 95% como sendo aposentados, como era de se esperar já que a pesquisa utilizou como público alvo as pessoas de 60 anos ou mais, geralmente compostos de aposentados. Apenas 1,6% declararam estarem na ativa e 3,2% já são aposentados, mas trabalham com objetivo de complementar a renda da família.

4.2 EFEITO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE NAS BARREIRAS E DIFICULDADES NA UTILIZAÇÃO DE TAA

A tabela 2 apresenta os resultados das posições das medianas das variáveis que identificaram o nível de dificuldade percebido pelos

Tabela 2 – Posição das medianas das assertivas de percepção de dificuldades moderadas pelo nível de escolaridade

Percepção de dificuldade de uso	Nível de escolaridade	N	Posição das medianas	Soma das posições
Angústia em usar TAA	Escolaridade mais baixa	37	34,99	1294,50
	Escolaridade mais alta	26	27,75	721,50
Confusão/desorientação por usar TAA	Escolaridade mais baixa	37	36,64	1355,50
	Escolaridade mais alta	26	25,40	660,50
Falta de concentração no uso do TAA	Escolaridade mais baixa	37	37,15	1374,50
	Escolaridade mais alta	26	24,67	641,50
Necessidade de ajuda no TAA	Escolaridade mais baixa	37	35,07	1297,50
	Escolaridade mais alta	26	27,63	718,50
Nervosismo no TAA	Escolaridade mais baixa	37	35,18	1301,50
	Escolaridade mais alta	26	27,48	714,50

continua...

continuação da Tabela 2

Nervosismo no TAA	Escolaridade mais baixa	37	35,18	1301,50
	Escolaridade mais alta	26	27,48	714,50
Falta de padronização do TAA	Escolaridade mais baixa	37	34,12	1262,50
	Escolaridade mais alta	26	28,98	753,50
Lembrança de senha	Escolaridade mais baixa	37	37,05	1371,00
	Escolaridade mais alta	26	24,81	645,00
Receio e medo de utilizar TAA	Escolaridade mais baixa	37	35,11	1299,00
	Escolaridade mais alta	26	27,58	717,00
Compreensão das operações na tela	Escolaridade mais baixa	37	38,08	1409,00
	Escolaridade mais alta	26	23,35	607,00
Leitura na tela do TAA	Escolaridade mais baixa	37	35,24	1304,00
	Escolaridade mais alta	26	27,38	712,00

Percepção de dificuldade ou barreira com uso do TAA medida pela escala: 1-Nunca; 2-Quase nunca; 3- Às vezes; 4-Quase sempre; 5- Sempre

idosos quanto ao uso do TAA, de acordo com os dois grupos testados. Fica evidente que os idosos que sentem maiores níveis de dificuldade ou barreiras ao uso do TAA são justamente aqueles que estão posicionados junto aos que têm nível de escolaridade mais baixo.

Assim, fica demonstrado que, para todas as variáveis que mediram o nível de percepção dos idosos com respeito às suas dificuldades na utilização dos terminais, é mais provável que idosos menos escolarizados sintam-se com mais dificuldades e barreiras para o uso eficaz dos caixas automáticos (TAA), tanto nos aspectos cognitivos como nos aspectos de estado emocional.

As variáveis que mediram as percepções de dificuldades com relação ao uso de terminais de autoatendimento foram confrontadas com nível de escolaridade dos idosos. Desta vez para buscar identificar os itens das categorias analíticas que apresentaram diferenças ao nível de significância para $p<0,01$, $p < 0,05$ e $p<0,10$.

Para tanto, foi realizado o teste de Mann-Whitney, para a divisão da amostra em grupos (grupo 1- *Idosos com escolaridade mais baixa* e grupo 2 – *Idosos com escolaridade mais alta*), onde estão demonstradas as diferenças de medianas entre estes dois grupos, conforme os resultados apresentados na tabela 3. Observa-se que há diferenças na percepção das dificuldades ou barreiras para o uso dos terminais eletrônicos quanto ao nível de escolaridade, exceto para uma assertiva apenas.

Tabela 3 – Efeito moderador do Nível de escolaridade sobre as dificuldades no uso do TAA segundo o teste não-paramétrico de Mann-Whitney e Wilcoxon

Dificuldades na utilização do TAA	Mann-Whitney U	Wilcoxon W	Z	Sig. (bicaudal)
Compreensão das operações na tela	256,000	607,000	-3,314	**0,001*** **
Falta de concentração no uso do TAA	290,500	641,500	-2,963	**0,003*** **
Lembrança da senha	294,000	645,000	-2,810	**0,005*** **
Confusão/desorientação por usar TAA	309,500	660,500	-2,622	**0,009*** **
Falta de funcionário que ajude no TAA	346,500	697,500	-2,037	**0,042** **
Nervosismo no TAA	363,500	714,500	-1,962	**0,050** **
Angústia em usar TAA	370,500	721,500	-1,905	**0,057***
Receio e medo de utilizar TAA	366,000	717,000	-1,824	**0,068***
Leitura na tela do TAA	361,000	712,000	-1,762	**0,078***
Necessidade de ajuda de terceiros no TAA	367,500	718,500	-1,724	**0,085***
Falta de padronização de comandos	402,500	753,500	-1,153	0,249

*** Ocorrência de diferenças de opinião ao nível de significância p < 0,01
** Ocorrência de diferenças de opinião ao nível de significância p < 0,05
* Ocorrência de diferenças de opinião ao nível de significância p < 0,10

Em suma, de acordo com o teste de hipóteses com os dados da amostra da pesquisa, tem-se que o fato do idoso deter mais conhecimento e aporte intelectual leva-o a interagir mais positivamente com os terminais de autoatendimento. De maneira geral, há um efeito positivo do nível de escolaridade para as pessoas da terceira idade, quanto à melhora da capacidade cognitiva, desempenho na compreensão, concentração, foco e orientação das operações do TAA. Inversamente, com nível educacional mais baixo, o idoso tenderá a ser mais resistente à adoção do TAA, aumentando sua insegurança, nervosismo, angústia e medo, tornando-o mais dependente de ajuda de terceiros e levando-a ter mais dificuldade de lembrar das senhas.

Os achados corroboraram com a maioria dos estudos pesquisados na literatura, os quais têm demonstrado que os atuais terminais de autoatendimento bancários estão inadequados às peculiaridades físicas, cognitivas e culturais da maioria da população envelhecida (ANJOS NETO et al., 2002; TAVARES, 2003; CASSEB, 2007).

5 CONCLUSÕES

O presente trabalho teve o intuito de fazer uma pesquisa que estudasse a interação da terceira idade com os terminais de autoatendimento. Observou-se que a amostra esteve bem dividida em termos de gênero, dois terços são formados por idosos com faixa etária de até 70 anos e a maior parte dos entrevistados são casados, seguidos dos viúvos. Em relação ao nível de formação educacional, encontrou-se que um terço da amostra possuem curso superior. Em termos de renda, os idosos estão dentro da faixa identificada nas pesquisas demográficas.

Com relação ao efeito moderador do nível de escolaridade frente às dificuldades na utilização do TAA, os idosos mais escolarizados sentem-se relativamente mais seguros, confiantes, menos ansiosos e nervosos, bem como possuem mais capacidade cognitiva de compreensão no processo de interação de autoatendimento bancário.

Do ponto de vista do campo da ergonomia cognitiva, estes resultados podem ter desdobramentos interessantes, visto que é necessário que os projetos de sistemas SST valorizem cada vez mais as necessidades da pessoa idosa, fundamentalmente porque a população brasileira está envelhecendo. Tornar os sistemas mais fáceis de aprender, mais fáceis de usar e com menos possibilidades de erros, inconsistências e excesso de carga cognitiva são fatores relevantes para uma maior aceitação e adoção de tecnologias por parte dos mais velhos. Uma parcela significativa das pessoas mais velhas e com menos escolaridade muito provavelmente irá necessitar de auxílio para realizar os procedimentos nos terminais de autoatendimento, inclusive com a ajuda de terceiros no momento do uso.

O estudo realizou-se com algumas limitações. A abordagem aos respondentes se deu por acessibilidade. Em consequência disso, os resultados não poderão ser generalizados devido à utilização de uma amostra não probabilística. Outra limitação foi a não permissão por parte do Banco do Brasil em aplicar o questionário dentro das agências e com isso aumentar a taxa de resposta ao questionário.

No tocante a direção de pesquisas futuras, pretende-se ampliar o escopo do estudo da adoção e uso do TAA, internet banking e mobile banking entre os idosos, utilizando modelos teóricos referenciados, tais como o TAM – Modelo de Aceitação de Tecnologia e o TTF – Modelo de Ajuste Tecnologia-Tarefa, com o objetivo de entender os fatores relacionados com o uso e intenção de uso dessas tecnologias no universo da terceira idade.

Uma recomendação prática advinda desse estudo é que os bancos deveriam oferecer um serviço diferenciado, principalmente no período de recebimento dos benefícios dos idosos, corrigir a relativa falta de funcionários que atendam a população mais carente neste períodode intensa demanda, pois atualmente o tamanho das filas, os aborrecimentos e o desconforto, justamente nesses clientes que possuem limitações físicas aumentam potencialmente as dificuldades na utilização de caixas eletrônicos. Finalmente, mais importante é respeitar as limitações dos idosos, entender como eles se sentem, o que poderia ser feito para que possam melhorar sua qualidade de vida, permitindo sua inclusão perante os novos processos tecnológicos.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, A.L. & MOURA, R. M. Administração de informática e seus fatores críticos de sucesso no setor bancário privado nacional. **Revista de Administração de Empresas** - RAE, v. 35, n.5, p. 22-29, set./out., 1995.

ANJOS NETO, M.R., SOUZA NETO, A. & GONÇALVES, J.C. **Nível de Contato e Tecnologia:** um estudo sobre as atitudes do consumidor de terceira idade e a utilização dos equipa mentos de autoatendimento no *setor bancário*. Anais do XXVI Encontro Nacional da ANPAD, Salvador-BA, 2002.

ARAGÃO, C.R.V. **A percepção do usuário sobre o fator usabilidade das páginas da Web voltadas para o comércio eletrônico.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

AZAR, B. Older workers need not be left behind by technology. **APA Online**, v.29, n.7, July, 1998. Disponível em: www.apa.org/monitor/jul98/tech.html. Acesso em: 25 mar.08.

CASSEB, R.L.Z. **Contribuição à integração a vida moderna da população envelhecida por meio da utilizaçãodos terminais de auto-atendimento bancários**. Dissertação (Mestrado em Design) - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CERVO, A. L & BERVIAN P.A. **Metodologia Científica.** São Paulo: Makron Books, 2004.

CLEMENTE, I. O banco onde o cliente precisa. B.B. com você. **Revista do Banco do Brasil, Febraban**, ano 1, p.10, 2000.

COOPER, D.R. & SCHINDLER, P.S. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DANCEY, C.P & REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia.** Porto Alegre: Bookman, 2006.

FEBRABAN. Federação Brasileira de Bancos. **O setor bancário em números**. 2008. Disponível em: <www.febraban.org.br>. Acesso em: 11/05/09.

FERREIRA, S.B.L. & LEITE, J. C. S. P. Avaliação da usabilidade em sistemas de informação: o caso do sistema submarino. **Revista de Administração Contemporânea** – RAC, v.7, n. 2, p. 115-137, abr./jun. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Tábuas Completas de Mortalidade - 2007**. Disponível em:URL:http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1275&id_pagina=1.

ISO 9241 Part 11. **Ergonomic requirements for office work with visual display terminals.** Part 11 Usability Statements. Draft International Standard ISO 9241-11, 1998.

JORDAN, P.W. **Un introduction to usability.** London: Taylor & Francis, 1998.

JUZNIC, P., BLAZIC, M., MERCUN, T. & PLESTENJAK, B. Who says that the old dogs cannot learn new tricks? A survey of internet/web usage among seniors. **New Library World**, v. 107, n. 7/8, p. 332 - 345, 2006.

KACHAR, V. **A terceira idade e o computador**: interação e produção num ambiente educacional interdisciplinar. Tese (Doutorado em Educação) - PUC-São Paulo, São Paulo, 2001.

LAUKKANEN, T.S.S., KIVIJA, M. & LAUKKANEN, P. Innovation resistance among mature consumers. **Journal of Consumer Marketing**, v. 24, n.7, p. 419–427, 2007.

LEITE, J.C. **Modelos e formalismos para a engenharia semiótica de interfaces de usuário**. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) - PUC–Rio, Rio de Janeiro, 1998.

LIMA, S.L.S. Ergonomia cognitiva e a interação pessoa-computador: análise da usabilidadeda urna eletrônica 2002 e do módulo impressor externo. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MENDES, F.C. **Usabilidade em terminais de autoatendimento**: um estudo de caso no Banco do Brasil. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) - Faculdades IBMEC. Rio de Janeiro, 2006.

MORAES, A. de. **Anamaria de Moraes Home Page,** 1998. Dsponível em: http://venus.rdc.puc-rio.br/moraergo/tematual.htm.

MORAES, A. de. **Coletânea de palestras de convidados internacionais e nacionais:** Ergodesign/ USIHC / Organizadores: Anamaria de Moraes; Giuseppe Amado. Rio de Janeiro: FAPERJ; iUsEr, 2004.

MURAKAMI, M. **Decisão estratégica em TI:** um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

O´BRIEN, J.A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet.** São Paulo: Saraiva, 2001.

PIRES, P.J & MARCHETTI, R.Z. O perfil dos usuários de caixa-automáticos em agências bancárias na cidade de Curitiba. **Revista de Administração Contemporânea**, v.1, n.3, set./dez., p.57-76, 1997.

POLO, I.M.U. **Análise dos aspectos ergonômicos dos produtos de automação bancária com ênfase na interface com usuário.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - UFSC, Florianópolis, 1993.

ROESCH, S.M.A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1999.

SALES, M.B. **Desenvolvimento de um checklist para a avaliação de acessibilidade da Web para usuários** *idosos*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

SELWYN, N., GORARD, S., FURLONG, J. & MADDEN, L. Older adults' use of information and communications technology in everyday life. **Ageing & Society**, v. 23, 2003, p. 561-582.

SHNEIDERMAN, B. **Designing the User Interface – Strategies for Effective Human-Computer Interaction.** Ed. Addison-Wesley, 1998.

SIMÕES, R. **Corporiedade e terceira idade:** a marginalizarão do corpo idoso. Piracicaba: Unimep, 1994.

TAVARES, J.P.F. A interação do idoso com o caixa de auto-atendimento bancário. Dissertação (Mestrado. Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2003.

TROCCHIA, P.J. & JANDA, S. A phenomenological investigation of Internet usage among older individuals. **Journal of Consumer Marketing**, v. 17, n. 7. p.605-616, 2000.

TURBAN, E. MCLEAN, E. & WETHERBE, J. **Tecnologia da informação para gestão:** transformando os negócios na economia digital. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E SUAS AÇÕES DE DEFESA À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Ariolino Neres Sousa Júnior*

RESUMO

O presente artigo faz uma abordagem acerca do funcionamento do controle de constitucionalidade e suas ações de defesa em nosso ordenamento jurídico. Inicialmente, mencionamos diferentes posicionamentos doutrinários que retratam a forma de realização do controle da constitucionalidade, ao mesmo tempo, abordando seu estudo desde o início da história das Constituições brasileiras até chegar-se a nossa atual Constituição. Por último, suscitamos as ações de defesa e o papel desempenhado por elas no exercício do controle da constitucionalidade, tendo por finalidade eliminar, do ordenamento jurídico, quaisquer leis ou atos inconstitucionais que estejam contrariando o bom funcionamento da ordem constitucional, garantindo, assim, o respeito aos princípios e valores democráticos de nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Controle de constitucionalidade. Ações. Constituição. Sociedade. Democracia.

ABSTRACT

This article is an approach about the functioning of control of the constitutionality and their actions of defense in our legal system. Initially, we mentioned different doctrinal positions that reflect the form in which the control of the constitutionality, while addressing their study since the early history of the Brazilian constitution to arrive at our current Constitution. Finally, explained the actions of defense and the role played by them in the exercise of control of the constitutionality, to eliminate, of the legal system, any law or acts unconstitutional that are contrary to the good functioning of the constitutional order, guaranteeing the respect for democratic principles and values of our society.

KEYWORDS: *Control of constitutionality. Actions. Constitution. Society. Democracy.*

1 CONCEITO

Devemos considerar inicialmente que "Controlar a constitucionalidade de ato normativo é impedir a subsistência de uma norma contrária à Constituição" (THEMER, 2003). No que diz respeito ao fato de a Constituição constituir-se como norma fundamental, observamos que

* Advogado e Mestrando em Direito das Relações Sociais pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Email para contato: neresjunior2009@hotmail.com

> A Constituição é norma fundamental porque é nela que buscamos o fundamento de validade de todas as normas existentes no ordenamento jurídico. Todas as situações jurídicas devem com ela guardar relação de compatibilidade, sob pena de não nascerem válidas (FERREIRA, 2003).

Dessa forma, considerando o comentário exposto pelo doutrinador, entendemos que é necessário realizar o controle de constitucionalidade para que se verifique a compatibilidade entre uma lei ou qualquer ato normativo infraconstitucional com a Constituição federal. Assim, declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo visa reconhecer a invalidade daquela norma contrária à Constituição e, com isso, paralisar sua eficácia.

O controle de constitucionalidade apresenta como pressupostos teóricos a presença do poder constituinte, cuja presença dos valores sociais é observada no texto elaborado, apresentando como característica a rigidez constitucional e também a presença da supra legalidade constitucional, diferenciando-a das outras normas jurídicas do Estado, obrigando essas últimas aos preceitos existentes daquela primeira. Além disso, havendo desrespeito dessas últimas normas jurídicas para com as regras constitucionais, ter-se-á a inconstitucionalidade das leis, uma vez que "a lei ordinária, que fere lei constitucional, torna-se lei inconstitucional, nula, inexistente ou ineficaz, seja *erga omnes*, ou seja, como limitação ao caso *sub judice*, conforme o sistema adotado" (HORTA, 1953).

Por outro lado, estudar o controle de constitucionalidade significa "poder realizar dentro de uma análise que envolva tanto a formação do conteúdo ôntico das normas até o conteúdo de seu comando" (DANTAS, 2001), como também uma análise das formas de processamento de controle de constitucionalidade, determinando de que maneira declarará aquele ato ou lei, contrário ou não ao ordenamento jurídico constitucional.

É importante ressaltar também que a Constituição brasileira é abordada em seu estudo sob o enfoque material e formal, visto que realiza uma análise dos conteúdos sociológicos e ideológicos, cuja supremacia desses últimos estará presente sobre as demais normas e atos constitucionais. Dessa forma, o controle de constitucionalidade é feito tendo em vista a supremacia desse conteúdo. Porém, este último poderá ser modificado por procedimentos especiais, desde que se respeite os núcleos estáveis e imutáveis existentes na Constituição, que são as cláusulas pétreas.

Além disso, consideramos também que a análise do conteúdo material da Constituição, mais especificamente a Constituição real (material), se refere "ao conjunto de forças políticas, ideológicas e econômicas, operantes na comunidade e decisivamente condicionadoras de todo ordenamento jurídico" (CANOTILHO, 1987). Quanto ao conceito de Constituição formal, temos "a Constituição como ato escrito e solene que, como fonte do direito, cria normas jurídicas hierarquicamente superior" (CANOTILHO, 1987) e, por fim, o conceito de Constituição material, como sendo "conjunto de normas que regulam as estruturas do Estado e da sociedade nos seus aspectos fundamentais, independentemente das fontes formais donde estas normas são oriundas" (CANOTILHO, 1987).

Levando-se em consideração os conceitos apresentados anteriormente, contatamos que a Constituição se firma como sendo a lei máxima de um Estado, e que deve ser respeitada por toda a sociedade. Mas há discussões acerca das inconstitucionalidades, seja no aspecto material, seja no aspecto formal, conforme mencionamos a seguir:

> Ocorrerá inconstitucionalidade formal quando um ato legislativo tenha sido produzido em desconformidade com as normas de competência ou com o procedimento para seu ingresso no mundo jurídico. A incons-

> titucionalidade será material quando o conteúdo do ato inconstitucional estiver em contrariedade com alguma norma substantiva prevista na Constituição, seja uma regra ou um princípio (BARROSO, 2007).

Assim, a inconstitucionalidade se apresenta ora como formal, ora como material. Além disso, entendemos que há supremacia constitucional sobre as demais leis comuns, já que a Constituição exerce seu poder de hierarquia, firmando-se como lei das leis, com a presença da estabilidade e rigidez sobre todo o ordenamento jurídico. Mediante isso, aquela lei infraconstitucional que não respeitar as regras jurídicas estipuladas pela Constituição não será válida, culminando, com isso, para o fenômeno da inconstitucionalidade. Este último:

> É, pois, o vicio das leis que provenham de órgão que a Constituição não considere competente, ou que não tenham sido elaboradas de acordo com o processo prescrito na Constituição ou contenham normas opostas às constitucionalmente consagradas (CAETANO, 1977).

Devemos considerar também que o exercício de controle de constitucionalidade será feito por um órgão competente, a fim de que este exerça o equilíbrio no ordenamento jurídico. Esse órgão poderá ser político ou jurisdicional, sendo que o primeiro se constitui em uma assembleia como um conselho ou comitê constitucional. Esse controle exercido pelo órgão político teve na França o primeiro país que apresentou através das obras do jurista abade Sieyés. O segundo órgão (jurisdicional) é decorrente da atitude do juiz ou tribunal, investido nas formalidades do exercício desse controle, de verificar a constitucionalidade dos atos executivo e legislativo. Esse controle jurisdicional tem uma preocupação maior de garantir a liberdade humana, a guarda e a proteção dos valores sociais liberais, além do que "a introdução do sobredito controle no ordenamento jurídico é coluna de sustentação do Estado de direito, onde ele se alicerça sobre o formalismo hierárquico das leis" (BONAVIDES, 2006).

Por outro lado, com relação aos sistemas de controle de constitucionalidade, temos o incidental e o concentrado. O sistema incidental, também caracterizado como controle por via de exceção ou defesa, é aquele em que a fiscalização constitucional é desempenhada por qualquer juiz ou tribunal na apreciação de casos concretos submetidos a sua jurisdição. Outrossim, ressaltamos que esse tipo de sistema seguiu a tradição dos Estados Unidos quando foi observada a realização do caso Marbury versus Madison, julgado pela Suprema Corte americana em 1803. Esse sistema de controle incidental é exercido levando-se em consideração o pronunciamento acerca da constitucionalidade ou não de uma determinada norma jurídica, sendo que a questão constitucional a ser analisada figurará como questão prejudicial, isto é, uma questão que precisará ser decidida como premissa necessária para dar solução ao litígio. Com relação ao sistema de controle concentrado, este último se opõe ao sistema de controle incidental introduzido pelo modelo americano. No sistema concentrado, verificamos que o exercício de controle de constitucionalidade se inspirou no modelo europeu, sendo que tal sistema foi adotado pela primeira vez na Constituição da Áustria de 1920, e aperfeiçoado por via de emenda em 1929. Além disso, o sistema de controle concentrado se inspirou nas convicções doutrinárias de Hans Kelsen, seu idealizador. Esse sistema de controle concentrado se diferiu do modelo incidental americano porque o exercício de controle de constitucionalidade é apreciado por um único órgão ou por um número limitado de órgãos criados especificamente para essa finalidade, tendo também nessa atividade sua função principal. Dessa for-

ma, no sistema concentrado, há somente uma Suprema Corte que toma suas decisões, sendo obrigatórias para todos os juízes e tribunais poderem acatá-las, produzindo aquelas decisões proferidas pela Suprema Corte efeito *erga omnes* (para todos).

2 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO CONTEXTO HISTÓRICO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Observamos que ao longo das constituições existentes no Brasil, o controle de constitucionalidade também acompanhou esse processo de variação, cujo resultado culminou para o surgimento de novas regras acerca do exercício desse controle. Passemos a analisá-las.

2.1 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E A CONSTITUIÇÃO DE 1824

A carta política de 1824 sofreu influência do modelo constitucional francês. Seu objetivo foi garantir a superioridade da norma constitucional ao poder legislativo, sendo que, com isso, tínhamos o exercício do controle político e, ao mesmo tempo, não haveria, naquela ocasião, o exercício do controle jurisdicional. Não devemos esquecer que uma das características verificadas nessa carta política de 1824 foi a presença de um quarto poder, o poder moderador, sendo que o controle de fiscalização das leis era exercido privativamente pela figura do imperador, constituindo-se como defesa da nação e tendo a tarefa de fiscalizar as leis, como também de manter a independência, o equilíbrio e a harmonia dos demais poderes.

2.2 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E A CONSTITUIÇÃO DE 1891

É importante esclarecermos que este tipo de controle surgiu junto com a proclamação da república em 1889 e, com isso, houve uma mudança de modelo de constitucionalismo do francês para o americano. O controle de constitucionalidade da carta constitucional de 1891 obteve novas regras inspiradas no modelo norte-americano e nas ideias de Rui Barbosa. Este jurista defendia que cabia aos juízes e tribunais examinar a constitucionalidade dos atos legislativos e executivos, negando-lhes aplicação ou execução à medida que desrespeitassem a Constituição, muito embora haja quem defenda "o posicionamento acerca do controle judicial exercido pelos juízes e tribunais, como sendo um poder de hermenêutica, e não de legislação, isto é, esse controle não era responsável no processo de elaboração da lei" (MENDES, 1990). Com isso, percebemos que a Constituição de 1891 proporcionou o surgimento do controle difuso exercido pelos juízes ou tribunais federais, conforme foi observado no caput do art. 60 dessa carta magna: "compete aos juízes ou tribunais federais processar e julgar".

2.3 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E A REFORMA DE 1926 E A CONSTITUIÇÃO DE 1934

A Reforma de 1926 manteve a orientação da Constituição de 1891, sendo que a Constituição de 1934 foi responsável pelo início do atual sistema de controle de constitucionalidade presente no país.

Dessa forma, a Constituição de 1934 manteve o controle difuso, surgido anteriormente pela Constituição de 1891, visto que haveria a utilização do Mandado de Segurança como "remédio constitucional". Além disso, ressaltamos que essa carta de 1934 criou a Ação Direta de Inconstitucionalidade, provocando o STF, pelo Procurador-Geral da República, para que declarasse a inconstitucionalidade da lei estadual, ou seja, a caracterização da representação interventiva naquela situação em que a lei estadual violasse um dos princípios enunciados

no art. 12, V, da Constituição de 1934. A outra inovação trazida pela Constituição de 1934 foi atribuir ao Senado Federal a competência para suspender a execução da lei inconstitucional pelo poder judiciário, conferindo efeitos *erga omnes* (art. 91, IV, da Constituição de 1934) à decisão de inconstitucionalidade que traria a produção de efeitos *inter partes.*

2.4 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E A CARTA POLÍTICA DE 1937

A carta política de 1937 configurou-se como um golpe de estado promovido por Getúlio Vargas, culminado com o surgimento do Estado Novo. Além disso, a Carta de 37 substituiu o senado por um Conselho Federal e restringiu o exercício de controle de constitucionalidade, retirando da esfera do Poder Judiciário, passando para esfera do Poder Legislativo, conforme previa o art. 96, que afirmava a possibilidade de o Presidente da República submeter o exame da declaração da inconstitucionalidade de uma lei pelo Parlamento, desde que houvesse a confirmação por dois terços de votos em cada uma das Câmaras e, com isso, ficaria sem efeito a decisão proferida pelo tribunal. Posteriormente, com o fim do Estado Novo, esse preceito constitucional foi revogado pela Lei Constitucional de 1945.

2.5 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E A CONSTITUIÇÃO DE 1946

A Constituição de 1946 foi marcada por ideias democráticas. A Carta Magna de 46 resgatou o controle de constitucionalidade outrora aplicado no Brasil pelas Constituições de 1891 e 1934, ou seja, a exigência do quorum de maioria absoluta dos membros do tribunal para declaração da inconstitucionalidade, o senado continuou competente para suspender a execução da lei declarada inconstitucional pelo STF, a possibilidade da intervenção federal com fundamento em representação por inconstitucionalidade perante o STF, ao passo que o Congresso Nacional poderia limitar-se a suspender ato declarado inconstitucional, a fim de que a medida bastasse para normalizar o Estado-membro e a manutenção do controle incidental com decisões em recurso extraordinário pelo STF.

2.6 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E EMENDA CONSTITUCIONAL DE 1965

Com a emenda constitucional nº. 16, de 26/11/1965, houve a contribuição para inserção do controle de constitucionalidade concentrado por via de ação direta genérica no ordenamento jurídico brasileiro, perante o STF, desvinculando tal ação do instituto da intervenção federal, tendo a figura exclusiva do Procurador-Geral da República como representante legítimo na propositura de tal ação.

2.7 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E OS TEXTOS DE 67 E 69

Os textos de 67 e 69 trouxeram disposições específicas, que influenciaram no exercício de controle de constitucionalidade. Com relação ao texto de 67, teve-se o advento de dois mandamentos referentes às disposições permanentes e às disposições gerais e transitórias. A primeira se referia à regra de que "a lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual". A segunda afirmava que "estavam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Conselho Supremo de Revolução de 31/03/64 (...)".

Com relação ao texto de 69, ele instituiu a ação direta interventiva de competência do Tribunal de Justiça para defesa dos princípios indicados na Constituição Estadual e para promover a execução de lei ou decisão judiciária, limitando-se o decreto do Governador a suspender o ato impugnado, caso essa medida bastar o restabelecimento da normalidade.

3 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E A CARTA MAGNA DE 1988

Finalmente, a promulgação da Constituição de 1988 nos proporcionou amplas inovações no que se refere ao exercício de controle de constitucionalidade das leis, dentre as quais destacamos a ampliação da legitimação ativa para propositura da ação direta de inconstitucionalidade (art. 103, da CF/88), a introdução de mecanismos de controle de inconstitucionalidade por omissão, com a ação direta com esse objeto (art. 103, § 2º, CF/88) e o mandado de injunção (art. 5º, LXXI, CF/88), a recriação da ação direta de inconstitucionalidade em âmbito estadual, referida como representação de inconstitucionalidade (art. 125, § 2º, CF/88), a previsão de um mecanismo de arguição de descumprimento de preceito fundamental (art. 102, §1º, CF/88) e a limitação do recurso extraordinário às questões constitucionais (art. 102, III, CF/88).

Uma outra principal inovação trazida pela Constituição de 1988 foi ampliar o exercício da jurisdição constituição no Brasil e terminar também com o poder de controle exercido pelo Procurador-Geral da República em relação à propositura da ação direta de inconstitucionalidade. Dessa forma, com a promulgação da Constituição de 1988, verificamos que o exercício de controle de constitucionalidade por via principal passou a ser exercido por um número maior de legitimados, presentes na regra do art. 103, da CF/88.

A Constituição de 1988 manteve também a ação direta interventiva, funcionando como mecanismo de fiscalização concreta da constitucionalidade, e não de forma abstrata, como na ação genérica, embora em sede de ação direta (art. 36, III, da CF/88), já que a finalidade dessa ação direta interventiva era buscar soluções aos problemas federativos que porventura surgissem. Assim, observamos que a Constituição de 1988 confirmou que, no Brasil, houvesse o exercício de controle incidental, realizado de modo difuso por todos os juízes e tribunais, e o controle principal, realizado de modo direito, de competência concentrada pelo STF, cujas ações de destaque são: ação direta de inconstitucionalidade genérica (art. 102, I, a, CF/88), ação direta de inconstitucionalidade por omissão (art. 103, § 2º, CF/88), ação declaratória de constitucionalidade (art. 102, I, a, CF/88), ação direta interventiva (art. 36, III, CF/88) e argüição de descumprimento de preceito fundamental (art. 102, § 1º, CF/88).

Enfatizamos também que o exercício de controle de constitucionalidade obteve, na figura dos órgãos do Poder Judiciário, o controle judicial manifestado mediante a palavra final e definitiva no que diz respeito à maneira de realizar a interpretação da Constituição. Não obstante, há no texto constitucional algumas situações em que se observa, por parte do Poder Executivo e do Poder Legislativo, a prática do exercício relevante de controle de constitucionalidade, incidente no âmbito preventivo, ou seja, na forma de projeto de lei, quanto no âmbito repressivo, isto é, na lei já existente. Assim, dentre as situações referidas de destaque em que se observa a atuação dos poderes legislativo e executivo no exercício de controle de constitucionalidade, após a promulgação da carta magna de 1988, citamos alguns exemplos por parte do Poder Executivo:

- O poder de veto exercido pelo chefe do poder executivo (presidente da república) com relação àqueles determinados projetos de lei que os consideram inconstitucionais ou contrários ao interesse público (art. 66, § 1º, CF/88);
- Possibilidade do chefe do executivo propor tanto a ação direta de inconstitucionalidade (art. 103, CF/88), quanto à ação declaratória de inconstitucionalidade e a argüição de descumprimento de preceito fundamental.

Por parte do Poder Legislativo:

- A atuação da Comissão de Constituição e Justiça no que diz respeito à manifestação

acerca das propostas de emenda constitucional e dos projetos de lei apresentados para adequá-los com o texto constitucional, e, além disso, o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça se é possível de sofrer revisão pelo plenário da casa legislativa;
- Rejeição do veto presidencial com relação àquele projeto de lei, segundo o art. 66, § 4º, CF/88;
- Realizar a sustação de ato normativo do Executivo que o ultrapassar o poder regulamentar ou dos limites da declaração legislativa, segundo aduz o art. 49, V, CF/88;
- Possibilidade de propor a ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória e ADPF.

4 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E AS SUAS AÇÕES

4.1 AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADIN)

Essa ação foi introduzida em nosso ordenamento jurídico através da Emenda constitucional nº. 16, de 26/11/65, estando dividida em: ADIn genérica (art. 102, I, a, CF/88), ADIn Interventiva (art. 36, III, CF/88) e ADIn por omissão (art. 103, § 2º, CF/88).

4.1.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica (ADIn genérica)

Esse tipo de ação visa declarar a nulidade de uma lei ou ato normativo, sem haver caso concreto. É um tipo de ação que realiza um controle repressivo concentrado, a fim de retirar do ordenamento jurídico aquela lei ou ato normativo viciado, declarando, com isso, sua inconstitucionalidade.

Ressalta-se também que a ADIn genérica tem como objeto uma lei ou ato normativo federal ou estadual incompatível com o ordenamento jurídico. As espécies normativas estão previstas no art. 59, da CF/88, inclusive resoluções administrativas dos tribunais e emendas constitucionais. A competência para julgamento dessa ação é do STF, impugnando lei ou ato federal ou estadual contrários à Carta Magna. Todavia, caso haja alguma lei ou ato normativo estadual ou municipal contrários à Constituição Estadual de um determinado Estado Federado, a competência de julgamento será do Tribunal de Justiça local, no caso, ter-se-á a ADIn estadual.

Os legitimados para proporem a ADIn genérica estão elencados no art. 103, da CF/88. Além disso, a ação admite pedido de cautelar com efeitos *erga omnes* e *ex nunc,* podendo também apresentar efeito *ex tunc*, desde que seja concedido expressamente pelo tribunal, e que estejam presentes os requisitos *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*. A decisão de mérito proferida pelo tribunal na ADIn genérica terá efeito vinculante em relação aos órgãos do poder judiciário e da Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, e também efeitos *erga omnes* e *ex tunc,* podendo ser *ex nunc*, caso seja declarada a inconstitucionalidade por razões de interesse social ou segurança jurídica, podendo o STF, por voto da maioria qualificada, isto é, dois terços de seus membros, modificar o efeito da decisão de inconstitucionalidade da lei ou ato normativo a partir do trânsito em julgado ou qualquer outro momento fixado pelo STF.

Destacamos também que a ação não admite desistência, intervenção de terceiros, salvo a intervenção do *amicus curiae* ou "amigo da corte", segundo o art. 7º, § 2º, da Lei 9868/99. Porém, a decisão da ADIn genérica é irrecorrível e irrescindível, salvo se houver a impetração de embargos de declaração.

4.1.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ADIn interventiva)

Esse tipo de Adin se subdivide tanto na esfera federal quanto na esfera estadual. A Adin interventiva federal está prevista no art. 36, III,

da CF/88, e ocorre quando lei ou ato normativo estadual ou distrital não respeitar os princípios previstos no art. 34, VII, da CF/88. A decretação da intervenção federal dependerá do provimento pela maioria absoluta dos membros do STF e da representação do Procurador Geral da República. Além disso, à medida que for dado provimento à aludida representação, o STF deverá requisitar a intervenção ao presidente da república, cuja responsabilidade é de decretar e executar, privativamente, a intervenção. O presidente editará um decreto que suspenderá a execução do ato impugnado pela ação. É importante ressaltarmos que, caso essa suspensão não seja suficiente, o presidente nomeará um interventor, resultando ao afastamento do governante até que seja restabelecida a normalidade, podendo voltar ao seu cargo, caso não haja impedimento legal.

Com relação à Adin interventiva estadual, ela está prevista no art. 35, IV, da CF/88, e tem objeto lei municipal que vier desrespeitar os princípios indicados na Constituição Estadual. A Adin interventiva estadual será proposta pelo Procurador Geral de Justiça no Tribunal de Justiça local. Se a presente ação for procedente, o presidente do Tribunal de Justiça requisitará ao Governador do Estado que, mediante um decreto, concretizará a intervenção, suspendendo a execução do ato impugnado. Além disso, não sendo suficiente tal procedimento, nomeia-se um interventor, afastando o responsável de seu cargo. Essa ação se direciona para decretação de intervenção nos Estados-membros, na hipótese de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, contrário aos princípios constitucionais sensíveis, segundo o art. 34, VII, da CF/88.

4.1.3 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADIn por omissão)

A Adin por omissão está prevista no art. 103, § 2º, da CF/88, e ocorre quando existe uma omissão inconstitucional, ou seja, quando a Constituição prevê uma conduta positiva e o poder púbico se torna omisso. Os legitimados na propositura dessa ação são os mesmos da Adin genérica e da Ação Declaratória (Adecon), sendo que o STF tem a competência originária para realizar o seu julgamento. A Adin por omissão tem o mesmo procedimento com relação à Adin genérica, sendo que o Advogado Geral da União não é citado para a defesa do ato normativo, ao contrário do que ocorre com a Adin genérica. Além disso, na Adin por omissão, também não há possibilidade de concessão de liminar.

Ressaltamos ainda que, uma vez declarada a existência da omissão inconstitucional, dá-se ciência ao poder competente para que seja suprida, sendo que, se for órgão administrativo, este terá 30 dias para supri-la, sob pena de responsabilidade. A Adin por omissão produz efeitos *erga omnes*, sendo uma forma de controle concentrado, uma vez que cabe ao STF a competência para julgamento da presente ação para toda e qualquer omissão inconstitucional.

4.2 AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (Adecon)

A Ação Declaratória de Constitucionalidade (Adecon) tem por objetivo transformar a presunção relativa de uma norma constitucional em presunção absoluta, não mais se admitindo prova em contrário. Essa ação só pode ter por objeto lei ou ato normativo federal, sendo que os legitimados na propositura dessa ação são os mesmos da Adin genérica e da Adin por omissão. A Adecon aceita a concessão de medida cautelar por maioria absoluta, isto é, seis ministros, apresentando efeito vinculante, *erga omnes* e *ex nunc.* Essa liminar poderá acarretar a suspensão dos processos que se referem à constituição da norma federal, sendo que tem eficácia por 180 dias. Caso o STF não julgue o mérito neste prazo, os processos prosseguirão seu curso.

4.3 ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF)

Por fim, mencionamos a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), regulamentada pelo art. 102, § 1º, da CF/88, e pela lei 9.882/99. Essa ação se subdivide em arguição autônoma e por equiparação. A autônoma tem por objeto evitar (caráter preventivo) ou reparar (caráter repressivo) lesão a preceito fundamental advindo de um ato do poder público. A arguição por equiparação tem por objeto uma relevante controvérsia constitucional sobre a aplicabilidade de lei ou ato normativo federal, estadual, municipal ou distrital, incluídos os anteriores à Constituição Federal, violadores de preceito fundamental. São exemplos de preceitos fundamentais: as normas do art. 1º ao art. 4º da CF/88; as cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF/88); os princípios constitucionais sensíveis (art. 34, VII, da CF/88); os princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37, *caput,* CF/88) e os princípios gerais da atividade econômica (art. 170, da CF/88).

Por outro lado, verificamos que a competência originária para apreciação da ADPF é do STF, sendo que seus legitimados são os mesmos da Adin genérica, da Adin por omissão e da Adecon, segundo o art. 103, CF/88. Além disso, a decisão sobre a ADPF somente será tomada se estiverem presentes na sessão pelo menos dois terços dos ministros, sendo que, julgada a ação, far-se-á comunicação às autoridades ou órgãos responsáveis pela prática dos atos questionados, fixando-se as condições e o modo de interpretar e aplicar o preceito fundamental (art. 8º, lei 9.882/99).

Portanto, devemos considerar que a ADPF tem natureza subsidiária e produzirá efeitos vinculantes em relação aos órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública, *erga omnes* e *ex tunc*. Excepcionalmente, caso seja declarada a inconstitucionalidade por razões de interesse social ou segurança jurídica, pode o STF, por maioria qualificada (dois terços de seus membros), modificar o efeito da decisão de inconstitucionalidade da lei ou ato normativo para *ex nunc* (não retroagem), ou seja, a decisão só tem eficácia a partir do trânsito em julgado ou em outro momento a ser fixado.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

CAETANO, Marcelo. **Direito constitucional.** Rio de Janeiro: Forense, 1977. 2. v.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito constitucional.** 4. ed. Coimbra: Almedina, 1987.

DANTAS, Ivo. **O valor da constituição:** do controle da constitucionalidade como garantia da supralegalidade constitucional**.** 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FERREIRA, Olavo Alves. **Controle de constitucionalidade e seus efeitos.** São Paulo: Método, 2003.

HORTA, Raul Machado. **O controle de constitucionalidade das leis no regime parlamentar (Tese).** Belo Horizonte, 1953.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Controle de constitucionalidade:** aspectos jurídicos e políticos**.** São Paulo: Saraiva, 1990.

TEMER, Michel. **Elementos de direito constitucional.** 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DACONTABILIDADE PÚBLICA

Valéria Cássia Oliveira da Cruz*
Cássia Regina Lima**
Cleia Alves Fernandes***

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as práticas pedagógicas na área da contabilidade pública. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliografia e estudo de caso. Aplicou-se questionários aos profissionais contábeis atuantes no setor público nas três esferas do governo, aos acadêmicos e aos professores das instituições de ensino superior de Palmas. Verificou-se que há necessidade de se fazer reajustes às ementas, bem como a implantação de laboratórios com *softwares* específicos como jogos de simulações de ambientes no setor público. Conclui-se que o cenário criado por meio da simulação é válido e potencialmente útil para o ensino/aprendizagem nas diversas áreas, como: sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado; regimes contábeis; prestação de contas; balanço e demonstração segundo a Lei 4320/64; controle - controle interno e controle externo.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade Pública. Metodologia de Ensino. Simulação de Jogos. *Software*.

1 INTRODUÇÃO

Com as frequentes mudanças e o mercado de trabalho cada vez mais competitivo, as Instituições de Ensino Superior se obrigam a preparar suas acadêmicas para atuarem nas mais variadas especialidades da área contábil, em conformidade com as tendências e demandas atuais. Na esfera da administração pública, não é diferente; há exigência da legislação em relação às questões administrativas, contábeis e financeiras, que são primordiais na gestão das organizações públicas, nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) do Governo e que sofrem mudanças constantes. Sabe-se que uma das atividades representativas no Estado de Tocantins concentra-se no ramo da contabilidade pública, que clama por profissionais cada vez mais atentos às mudanças, principalmente na legislação vigente, com sua aplicação direta à contabilidade pública.

Diante deste contexto, surgiu a necessidade de analisar as práticas pedagógicas no ensino da Contabilidade Pública em Palmas. O estudo tem o intuito de inquirir quais métodos, meios e técnicas que realmente poderiam melhorar as práticas pedagógicas no ensino da contabilidade pública. Nesse sentido, pergunta-se: quais métodos de ensino os professores de Contabilidade Pública utilizam para prepararem o acadêmico para o mercado de trabalho na área

* Bacharel em Ciências Contábeis. Funcionária pública. valéria_peixa@yahoo.com.br
** Doutorado em Engenharia de Produção – Gestão de Negócios. Docente Faculdade Católica do Tocantins. cássia@catolica-to.edu.br
*** Especialista em Gerencia contábil, auditoria e controladoria. Docente Faculdade Católica do Tocantins. cleia@solidacontabil.com.br

pública? As ementas e planos de ensino incluem a prática como um instrumento de ensino e aprendizagem? Em relação à qualidade de ensino, quais dificuldades que os estudantes enfrentam ao se formarem para atuar no setor público? Se houvesse o uso de softwares apropriados para a disciplina de Contabilidade Pública, em relação à prática, os profissionais estariam mais bem preparados para o mercado de trabalho.

1.1 UMA VISÃO GERAL DA CONTABILIDADE

A Contabilidade é uma ciência que estuda, registra, controla e analisa os relatórios contábeis, o que facilita a tomada de decisão. O objetivo principal da contabilidade é sem dúvida o patrimônio; para isso, ela conta com as técnicas básicas de contabilização, que são os chamados princípios contábeis. Os princípios são os pilares, regras, caminhos que todo profissional contábil deve seguir para que se tenha uma contabilidade transparente, fidedigna e sem vícios. São relevantes na contabilidade pública e em todo segmento contábil, dando aos gestores e administradores suporte para tomada de decisão nas mais variadas situações com devido respaldo.

Autores de renome, como Marion (2008), Sá (2006) e Araújo e Arruda (2004), definem e conceituam a contabilidade como uma ciência que zela pelo patrimônio da empresa, como um instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora de uma entidade; um sistema de informações capaz de captar, registrar, reunir, divulgar e interpretar os fenômenos avaliáveis monetariamente que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente.

1.2 A CONTABILIDADE PÚBLICA

A Contabilidade Pública tem como objetivo principal fornecer aos gestores informações atualizadas e exatas para subsidiar as tomadas de decisões. Isso se faz por meio de peças e ferramentas de controle de gestão para o cumprimento da legislação vigente, bem como gerar informações estatísticas para os mais variados entes e interesses.

Diversos autores de renome da área pública, como Kohama (2001), Piscitelli, Timbó e Rosa (2006), conceituam a Contabilidade Pública como sendo o ramo da contabilidade que estuda, orienta e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública, o Patrimônio Público e suas variações. Também é considerada como Governamental voltada para o registro, o controle e a demonstração dos fatos mensuráveis em moeda que afetam o patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, ou seja, as entidades de direito público interno. Esta é destinada a atender aos entes da federação, compreendendo União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas Autarquias, Empresas Públicas e Fundações Públicas. O que todos estes autores têm em comum se refere ao controle das contas públicas, o zelo pelo patrimônio, bem como o cumprimento da legislação por meio das demonstrações que são exigidas pela Lei 4.320/64, que determina de que forma a administração pública deverá fazer uso do Orçamento Público. A Lei 4.320/64 serve de parâmetro para atuação dos profissionais contábeis no segmento público. Os gestores públicos fundamentados nessa Lei elaboram os orçamentos até sua aplicação.

1.2.1 Orçamento Público

O Orçamento Público é o meio pelo qual o poder público fixa as despesas que pretende realizar em um determinado período com base nas receitas que espera arrecadar neste mesmo intervalo de tempo. É também um instrumento de planejamento e de controle essencial pelo qual o poder público planeja suas ações e exerce o controle de sua execução. Piscitelli, Timbó

e Rosa, (2006, p. 23) definem o orçamento público como sendo um

> instrumento de que dispõe o poder público (em qualquer de suas esferas) para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados.

O orçamento permite ao gestor um controle entre os programas e ações de seu governo, fazendo, assim, com que se possa atingir o objetivo a que se destina, buscando a satisfação e suprimento das necessidades da sociedade.

1.2.2 Plano de Contas na Contabilidade Pública

O plano de contas é a base para registro dos eventos contábeis. Isto é, a partir do plano é que se registra toda a movimentação de uma entidade. Portanto, deve ser bem planejado e trabalhado, pois é através dele que são gerados os relatórios contábeis; com isso, deve espelhar a realidade da entidade. Piscitelli, Timbó e Rosa, (2006, p. 274) denominam o plano de contas como

> conjunto de títulos, previamente definidos, representativos de um estado patrimonial e de suas variações, organizados e codificados com o objetivo de sistematizar o registro contábil dos atos e fatos de uma gestão, devendo permitir, de forma precisa e clara, a obtenção dos dados relativos ao patrimônio.

No plano de contas, serão contemplados os sistemas que resultarão nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. São eles os seguintes: **sistema orçamentário** representado pelos atos de natureza orçamentária - previsão da receita, fixação da despesa, cancelamentos de créditos e empenho da despesa; **sistema financeiro** está relacionado com as entradas e as saídas de recursos; **sistema patrimonial** caracterizado pelo registro da entrada de bens móveis, imóveis, estoques, créditos, obrigações, valores inscrição e baixa na dívida ativa, operações de créditos, superveniências e insubsistências ativas; **sistema de compensação** representado pelos atos praticados pelo administrador, não afetando o patrimônio de imediato, podendo vir afetá-lo no futuro. É a partir desses sistemas que os gestores públicos obtêm informações da forma como estão sendo direcionados os recursos disponíveis na máquina pública, bem como para o processo de tomada de decisão.

A elaboração dos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais seguem parâmetro dispostos em Leis que estabelecem algumas particularidades e especificidades da administração pública.

A contabilidade pública é considerada muito complexa, não só pelo seu sistema de contas, mas também pela legislação[1] pertinente. A Lei nº 4.320/64 e estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Basicamente, a Lei de Orçamento Anual (Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/05, Lei nº 101/00) serve para executar o que está disposto no PPA e LDO, ou seja, concretiza as situações planejadas, e é por meio dessa lei que se elabora o orçamento anual. Programa-se, assim, as ações que serão executadas durante o ano, visando alcançar os objetivos determinados na referida lei, em que está compreendido o *orçamento fiscal, o orçamento de investimento das*

[1] PPA – A lei que institui o PPA (Plano Plurianual), estabelecerá de forma regionalizada as ações do governo e metas a serem cumpridas pela administração pública. LDO – Legislação anual que disciplina a elaboração do orçamento no ano seguinte. Em outras palavras a Lei de Diretrizes Orçamentárias que norteia as ações do governo, para o desenvolvimento do que está previsto no PPA. LOA – Legislação anual que estima as receitas e fixa as despesas para cada exercício financeiro.

empresas e *o orçamento da seguridade social.* Kohama (2001, p. 63) chama a atenção para o fato de que [...] "a lei dos orçamentos anuais é o instrumento utilizado para a consequente materialização do conjunto de ações e objetivos que foram planejados visando ao melhor atendimento e bem-estar da coletividade".

1.2.3 Gerenciamento Operacional na Contabilidade Pública

Uma entidade necessita de sistemas que possam auxiliar no gerenciamento operacional para a consolidação de bons resultados. A administração pública não pode ser diferente por não visar lucro, ela deve, sim, estar atenta às tecnologias que possam auxiliar seus gestores e profissionais contábeis, trazendo para a administração uma qualidade imediata aos serviços prestados.

Em termos de compreensão da contabilidade pública, é notório que os profissionais deverão ter conhecimentos suficientes de determinados sistemas (*softwares*) que sustentam com rapidez e eficiência as informações, qualificando, assim, os serviços prestados. Os softwares são ferramentas que contribuem para a realização de trabalhos com agilidade e eficácia em várias áreas do conhecimento contábil. No serviço público, pode-se contar com o Siafi e Siafem, que é uma importante ferramenta de gestão das contas públicas.

1.2.4 Siafi e Siafem

O Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) é uma forma de agilizar os serviços contábeis, aproveitar melhor o tempo e expandir a fiscalização do governo. Trata-se de uma ferramenta poderosa para executar, acompanhar e controlar, com eficiência e eficácia, a correta utilização dos recursos da União.

No campo de Estados e Municípios, esse controle é feito por meio de um sistema bem parecido com o Siafi. Trata-se do Sistema de Informação e Administração Financeira para os Estados e Municípios (Siafem), surgido da necessidade de simplificação e com intuito de uniformizar a execução orçamentária e financeira dos estados e municípios, de maneira integrada, o que minimiza os custos e permite maior transparência na gestão dos recursos públicos.

Informações também do Ministério da Fazenda (s/d) tratam o Siafem como um instrumento de gestão, que apoia as funções gerenciais de planejamento, o processo de tomada de decisão e o controle operacional, abrangendo os órgãos da administração pública, sejam eles da administração direta ou indireta, como autarquias, fundações e empresas públicas, atendendo as leis 4320/64 e 6404/76. O Siafem é um sistema que é adotado em grande parte dos estados brasileiros. Cabe destacar, aqui, a importância de remeter ao profissional, ainda durante a academia, alguns dos conceitos práticos em relação ao software utilizados na administração pública.

1.3 PROCESSO DE ENSINO DA CONTABILIDADE PÚBLICA

Partindo para a questão do ensino da contabilidade pública, diante do que foi exposto anteriormente, bem como de todas as especificidades e complexidade desse segmento contábil, cabe salientar que as metodologias necessitam de ajustes para melhor preparar os futuros profissionais a atuarem nessa área tão presente no Estado do Tocantins. Tais mudanças ou ajustes das metodologias podem ser realizadas por meio de *softwares* que venham a facilitar a compreensão dos conteúdos abordados na disciplina de contabilidade pública. Há diversas reflexões de autores quanto ao apoio da informática no processo de ensino. Um exemplo disso é a simulação gerencial conhecida como jogos de

empresa que facilita a compreensão do conteúdo ministrado. Roncalio e Bernard (2008, p.1) ressaltam que

> [...] a utilização de simulação gerencial como metodologia de ensino faz com que os estudantes, distribuídos em equipes, ou individualmente, administrem empresas fictícias tomando decisões sobre determinadas variáveis com o objetivo de produzir o melhor resultado econômico num ambiente de competição.

Esse método possibilita aos estudantes uma condição de praticar, por mecanismos de simulações, os conceitos teóricos adquiridos nas diversas disciplinas de sua formação acadêmica, bem como reforçar o processo ensino/aprendizagem da Contabilidade Pública. A utilização de softwares nas IES surte efeito imediato na transmissão do conhecimento, pois permite aos acadêmicos proceder à administração de órgãos públicos fictícios, diante de algumas variáveis que reproduzem o ambientes de atuação dos profissionais do setor público.

Está cada vez mais evidente a preocupação de alguns autores quanto às ferramentas de auxilio no ensino da contabilidade pública. Roncalio e Bernard (2008, p.12) assevera que

> [...] o uso da simulação gerencial pode ser uma metodologia hábil para o ensino da contabilidade pública brasileira. Esta metodologia permite uma abordagem vivencial, demonstrando como os atos e fatos interagem nos quatro sistemas utilizados pelo setor público: orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado.

Não se pode negar que a utilização de softwares pode auxiliar a aprendizagem acadêmica, contribuindo para uma melhor compreensão do conteúdo ministrado, isso porque muitas vezes se trata de disciplinas com uma complexidade maior do que outras.

1.3.1 Aprendizagem Acadêmica

A aprendizagem é vista como um processo dinâmico, pessoal e interativo de aquisição de conhecimento, por meio de técnicas e conceitos que os acadêmicos possam adquirir dentro das Instituições de Ensino. É importante analisar os métodos utilizados nos cursos de ciências contábeis nas IES a fim de otimizar a transmissão do conhecimento por parte dos docentes. Celerino e Pereira (2008, p. 67) ensinam que

> A importância do professor no processo escolar, principalmente da sua relação equilibrada com os elementos que constituem o ensino-aprendizagem e a necessidade de aprimoramento da sua prática pedagógica, tão exigida pelo cenário acadêmico.

O professor é peça chave no processo ensino e aprendizagem. Para isso, ele utiliza metodologias de ensino que possam melhorar a compreensão dos conteúdos ministrados e obter os resultados esperados. No entanto, da mesma forma que ocorrem mudanças no cenário em que as empresas privadas e públicas operam, deve também ocorrer mudanças nos métodos e práticas de ensino. Para Roncalio e Bernard (2008, p.2), nas metodologias tradicionais, a aprendizagem "é centralizada no professor, que relata e demonstra respostas corretas para várias circunstâncias". Já a metodologia do ensino dos conteúdos da disciplina de contabilidade pública por meio de simulações proporciona aos acadêmicos uma melhor visão da prática, abordando situações do cotidiano de um órgão público. Isto é, os estudantes, com base em informações que lhes são passadas, tomam decisões em condições próximas às reais.

O ensino é uma forma sistemática de transmissão de conhecimentos, envolvendo uma atividade conjunta de professores e alunos, com finalidade de crescimento intelectual. Passos (2006, p. 72) afirma que "a metodologia de ensino está ligada às técnicas que requerem re-

cursos que, por sua vez, estão ligados ao que o docente entende como importante no seu modo de ministrar aulas". As práticas pedagógicas, ou seja, as técnicas usadas pelo professor de contabilidade para facilitar a compreensão do conteúdo ministrado devem revestir-se de apropriação de conhecimentos que promovam diferentes aprendizagens e o desenvolvimento dos alunos.

1.3.2 Ensino e Aprendizagem

O Ensino e a aprendizagem são idealizados, planejados. Isto é indispensável para que seja efetivado por meio do desenvolvimento das competências e habilidades de todo indivíduo: professores e alunos.

Segundo informações do Centro de Referência Educacional, (s/d), as competências e habilidades podem ser definidas como "um conjunto de conhecimentos, atitudes, capacidades e aptidões que habilitam alguém para vários desempenhos da vida; habilidades se ligam a atributos relacionados não apenas ao saber--conhecer, mas ao saber-fazer."

Competências e habilidades no ensino da contabilidade quer dizer que um profissional deve executar bem suas atividades com responsabilidade, sabedoria e comprometimento, e as habilidades são as capacidades técnicas para realizar determinadas tarefas, desenvolvidas a partir da teoria e prática.

Na contabilidade, essas competências e habilidades foram ao encontro do que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação de Ciências Contábeis, os bacharéis em ciências contábeis deverão ser capazes de, segundo (MEC 2004, parecer CNE/CES 10),

> Utilizar adequadamente a termologia e linguagem própria das ciências contábeis; elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam seus modelos organizacionais; aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis; exercer suas funções com expressivo domínio das funções contábeis e atuariais que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento da sua responsabilidade quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania; desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial são algumas das habilidades e competência do profissional contábil.

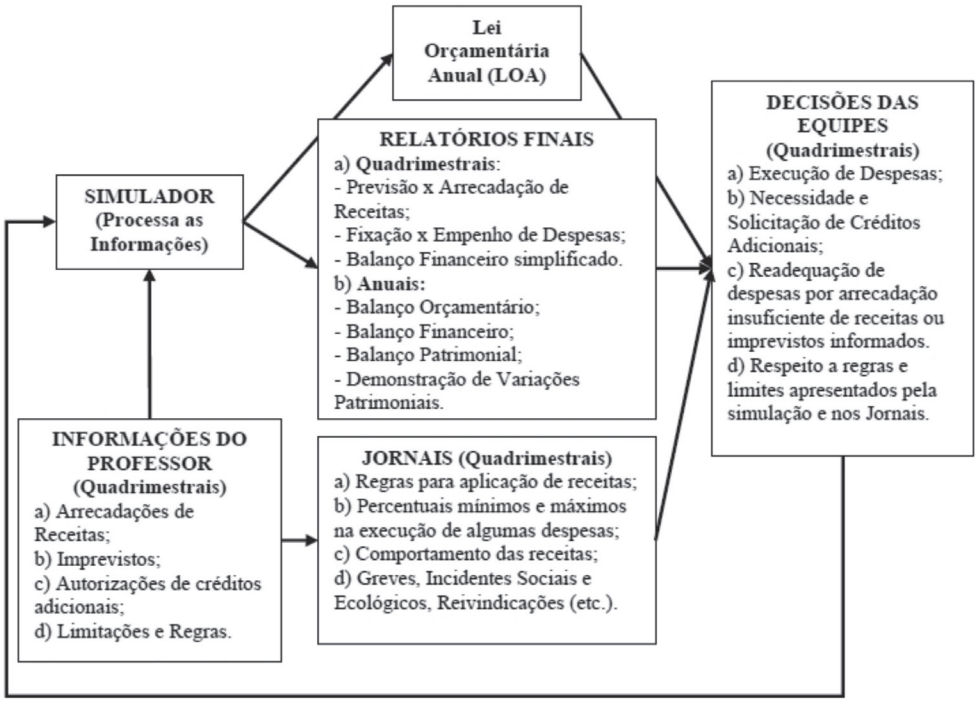
O que está disposto acima são orientações de como deve ser o profissional bacharel em ciências contábeis, quais são suas atribuições.

Vieira (2008, p. 38) ensina que, "para que a educação se desenvolva por meio de competências e habilidades, é necessário uma reconstrução de modelos pedagógicos tradicionais". Nesse sentido, já existe uma preocupação por parte de alguns autores em ampliar tais métodos para auxiliar no processo de ensino, a fim de buscar os mais variados métodos, para que todas essas competências e habilidades aconteçam realmente. De acordo com Amaral, Cardoso e Benedicto (2006, p. 2), o processo de ensino aprendizagem se torna mais eficaz com

> [...] a disponibilidade de recursos tecnológicos é fator determinante para atender às novas necessidades do ensino--aprendizagem de tornar os discentes mais bem preparados para as exigências do mercado de trabalho, transformando os acadêmicos em profissionais altamente capacitados e preparados para atuação nos mais diversos segmentos.

Isso deixa claro que as tecnologias estão cada vez mais inseridas em todos os segmentos da sociedade, inclusive como meio de prática pedagógica de ensino.

Figura 1 – Fluxograma de uma Simulação para o Ensino da Contabilidade Pública


Lei Orçamentária Anual (LOA)
DECISÕES DAS EQUIPES (Quadrimestrais)
a) Execução de Despesas;
b) Necessidade e Solicitação de Créditos Adicionais;
c) Readequação de despesas por arrecadação insuficiente de receitas ou imprevistos informados.
d) Respeito a regras e limites apresentados pela simulação e nos Jornais.
RELATÓRIOS FINAIS
a) Quadrimestrais:
- Previsão x Arrecadação de Receitas;
- Fixação x Empenho de Despesas;
- Balanço Financeiro simplificado.
b) Anuais:
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Variações Patrimoniais.
SIMULADOR (Processa as Informações)
INFORMAÇÕES DO PROFESSOR (Quadrimestrais)
a) Arrecadações de Receitas;
b) Imprevistos;
c) Autorizações de créditos adicionais;
d) Limitações e Regras.
JORNAIS (Quadrimestrais)
a) Regras para aplicação de receitas;
b) Percentuais mínimos e máximos na execução de algumas despesas;
c) Comportamento das receitas;
d) Greves, Incidentes Sociais e Ecológicos, Reivindicações (etc.).

Fonte: Roncálio e Bernard (2008, p. 12).

1.4 METODOLOGIA DE ENSINO PARA CONTABILIDADE PÚBLICA

O método de ensino é o caminho seguido pelo professor para atingir um objetivo. Pode-se dizer que esses métodos são as ações, passos e procedimentos que o docente pratica vinculados à reflexão pelas quais se organizam nas atividades de ensino para atingir tais objetivos. Rezende e Almeida (2007, p.8) chamam a atenção para os métodos de ensino aplicados à contabilidade, afirmando que os "Jogos de Empresa representam um método educacional cuja principal característica é prover uma dinâmica vivencial que guarda grande semelhança com o que ocorre no dia a dia das organizações".

Os métodos de ensino auxiliam o docente para que se tenha um resultado satisfatório no processo pela busca do conhecimento. Segundo Marion (2005), existe entre as diversas formas de ensinar os chamados "métodos de ensino", que são: "aula expositiva; excursões e visitas; dissertação ou resumo; projeção de fitas; seminário; ciclo de palestras; discussão com a classe; resolução de exercícios; estudo de caso; aulas práticas; estudo dirigido; jogo de empresas."

Passos (2006, p.67) tem a visão de que "a técnica de um ensino se transforma num instrumento para que o método de ensino possa alcançar seus objetivos". Bernard (2006), analisando os métodos de ensino das diversas disciplinas dos Cursos de Graduação em Administração e Ciências Contábeis, visualiza o uso da simulação como ferramenta de ensino que possibilita a aplicação dos conhecimentos teóricos, visando facilitar o processo de ensino/aprendizagem, bem coWmo melhor preparar os acadêmicos para atuar no mercado altamente competitivo.

A figura 1 evidencia a técnica de ensino por meio de simulação, que vem sendo estudada por Roncalio e Bernarde (2008) como alternativa facilitadora do ensino da contabilidade pública.

A proposta conforme figura 1 aponta para a integração da prática com a teoria dentro do contexto mais próximo da realidade. O cenário criado por meio da simulação é válido e potencialmente útil para o ensino/aprendizagem nas diversas áreas, como: orçamento público - sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado; regimes contábeis; prestação de contas; balanço e demonstração segundo a Lei 4320/64; controle: controle interno e controle externo.

É importante ressaltar a complexidade da contabilidade pública. No entanto, a forma com que se aprende contabilidade pública é um tanto tradicional, levando em consideração as constantes modificações na legislação e a rápida evolução da tecnologia que indicam um contexto de amplas mudanças para o trabalho contábil. Assim, o profissional contábil do setor público deve estar atento às inovações do mercado, às constantes alterações nas leis, buscando, por vários mecanismos, a formação continuada.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse trabalho é feita por meio de pesquisa bibliográfica, a partir de referências que servem para dar sustentabilidade à pesquisa. Beuren (2006, p. 86) frisa que, "por ser de natureza teórica, a pesquisa bibliográfica é parte obrigatória"; por tanto ela se faz indispensável em qualquer tipo de pesquisa.

Quanto à forma de pesquisa, foi realizada a entrevista estruturada. Elaborou-se um questionário ora aplicado aos profissionais contábeis atuantes no mercado da área pública, nas três esferas do governo, aos acadêmicos que já haviam concluído a disciplina em questão e aos professores da referida disciplina nas IES de Palmas.

Além da pesquisa bibliografia, utilizou-se do estudo de caso. Beuren (2006, p. 84) apud Gil (1999) comenta que o estudo de caso possibilita e permite uma investigação "para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais, administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a manutenção de alguns setores".

Quanto à amostra, foi realizada de forma a interpretar os dados obtidos na pesquisa. Beuren (2006, p. 120) Orienta que "a amostra é uma pequena parte da população ou universo selecionada em conformidade com as regras". Diante disso, pode-se entender que, em alguns casos, basta uma pequena amostragem para se chegar a um resultado satisfatório em uma pesquisa científica. O processo de seleção da amostra foi realizado de forma amostragem sistemática. Beuren (2006, p. 123) assevera que "A seleção de elementos que constituirão a amostra sistemática pode ser realizada por meio de critérios estabelecidos pelo pesquisador". Nesse caso, o pesquisador é quem irá definir qual a melhor forma de analisar e expor os resultados obtidos na pesquisa.

Beuren (2006, p. 136) afirma que [...] "analisar os dados significa trabalhar com o material obtido no processo investigatório", como, por exemplo, as ementas e o plano de ensino, 1 (um) por instituição, os questionários respondidos pelos profissionais atuantes na área pública nas três esferas do governo, como já mencionado na cidade de Palmas.

Foram selecionadas como amostra 3 (três) instituições de ensino superior, 3 (três) ementas e plano de ensino, 3 (três) profissionais de cada ente, ou seja, três no executivo, três no legislativo e três no judiciário. Os professores também foram selecionados da mesma forma, porém somente um por instituição; nesse caso, 3 (três) no total. Os acadêmicos também tiveram o mesmo critério de seleção: 3 (três), por instituição, que estivessem cursando ou já haviam concluído a disciplina.

Quadro 1 – Ementas da disciplina contabilidade pública das instituições pesquisadas.

Faculdade Católica do Tocantis	Conceito, Objetivo e aplicação da contabilidade pública. Orçamento Público, evolução, princípios, processo de elaboração, classificações. Contabilidade Pública. Plano de contas. Lançamentos típicos e demonstrativos
Faculdade Objetivo	Desenvolvimento teórico. Plano de Contas. Escrituração na Administração Pública. Orçamento Público. Receitas e Despesas Públicas. Licitações, Empenho da despesa e Adiantamento
Universidade Federal do Tocantins	Serviços público, administração pública; conceitos, escrituração; orçamento público; conceituação; aspectos históricos; princípios orçamentários; leis de diretrizes orçamentárias; tipos de orçamento; receita pública; despesa pública; créditos adicionais; estágio da despesa; plano de contas dos sistemas orçamentários, financeiros e patrimoniais; variações patrimoniais; contabilidade: sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado; regimes contábeis; prestação de contas; balanço e demonstração segundo a Lei 4320/64; controle: controle interno e controle externo.

Fonte: o autor.

3 ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos documentos recebidos durante a pesquisa de campo das instituições pesquisadas, realizou-se análise das informações. Relacionou-se as ementas das instituições pesquisadas para verificar o conteúdo abordado na disciplina contabilidade pública.

Conforme informações do quadro I, todas as instituições pesquisadas contemplam os aspectos básicos da contabilidade pública. Entretanto, percebe-se um detalhamento maior do conteúdo abordado pela Universidade Federal do Tocantins. A Faculdade Objetivo foca, em seu conteúdo, aspectos referentes aos processos de licitações. Isto só reforça a importância quanto ao estudo das leis atribuídas à contabilidade pública.

Ao realizar uma análise comparativa das três instituições com a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, verificou-se que há uma preocupação com a questão do ensino dos sistemas utilizados na gestão pública no tange ao ensino do Siafi e também um enfoque à LRF, que não estão abordados com clareza pelas instituições pesquisadas.

Partindo para uma análise mais aprofundada, levando em conta o plano de ensino de cada professor, verificou-se que a Faculdade Objetivo enfoca, de forma diferente, o conteúdo ministrado em relação às outras duas instituições. Observou-se que as instituições pesquisadas não se aprofundam na legislação pertinente à contabilidade pública e nem ao Siafi.

É notória a crescente preocupação por parte da população brasileira em saber

Quadro 2 – Proposta Nacional de Conteúdo para a disciplina Contabilidade Pública.

Disciplina de Contabilidade Pública.	
Ementa	Lei de Responsabilidade fiscal; Orçamento Público; Créditos Adicionais; Patrimônio Público; Plano de Contas e Escrituração Contábil; Demonstrações Contábeis na Área Pública; Funcões Básicas do Siafi.

Fonte: adaptada de Carneiro (2008).

onde estão sendo aplicados os recursos que são transferidos aos cofres públicos. Isso se tornou mais evidente após a sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que enfatiza o equilíbrio das contas públicas, tendo como princípios o planejamento e a transparência das contas públicas. Diante do exposto, fica clara a importância em abordar com mais ênfase os conteúdos ministrados, as leis relacionadas à contabilidade pública e fazer uma abordagem teórica no que diz respeito aos Siafi, uma vez que é um sistema utilizado na administração pública.

Ao analisar a estrutura disposta nas ementas e plano de ensino, observou-se uma certa defasagem no que dispõe a bibliografia básica na Universidade Federal do Tocantins. Por exemplo, o Manual Técnico Orçamentário – MTO indicado pela instituição está desatualizado, visto que já existe uma versão ano 2009. Analisando o plano de ensino proposto pelo professor aos acadêmicos, nota-se a preocupação desse profissional em trabalhar com uma bibliografia atualizada. No entanto, cabe ressaltar que deve haver uma preocupação maior por parte dos colegiados do curso em atualizar as diretrizes curriculares conforme as mudanças que vêm ocorrendo nas diversas áreas da contabilidade, pois, na troca de professor e este não esteja atento às mudanças o processo de ensino/aprendizagem fica prejudicado.

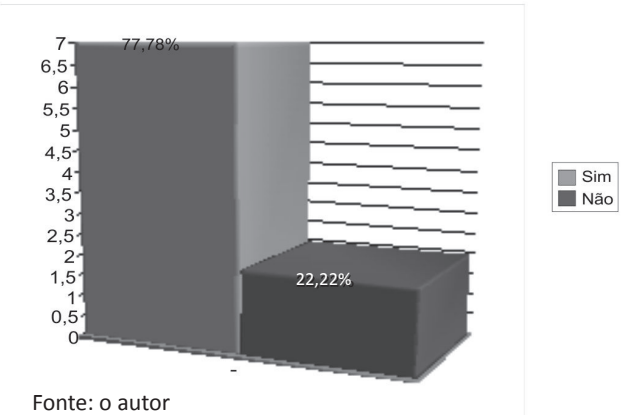
As entrevistas com contadores atuantes na área da Contabilidade Pública em Palmas favoreceram para que se tivesse um melhor entendimento quanto à opinião dos profissionais atuantes neste ramo da área contábil. Durante a pesquisa, procurou realizar discussões e questionamentos com o intuito de buscar demonstrar a opinião desses profissionais quanto ao processo de ensino/aprendizagem da contabilidade pública.

Observou-se, neste momento, a satisfação e/ou insatisfação quanto ao ensino recebido, bem como as sugestões dadas por esses profissionais para melhorar o processo de qualificação dos acadêmicos.

Dos entrevistados, cerca de 80% acreditam que os *softwares* auxiliam no ensino contábil, porém, por si só, não ensinam. É importante inserir metodologias novas no processo do ensino da contabilidade pública. No entanto, tem que ser bem distribuído o conteúdo teórico e o prático para não se tornar algo mecânico sem proporcionar o entendimento de que está realmente ocorrendo.

O gráfico 1 evidencia que a maioria dos profissionais acredita que o uso da tecnologia aplicada em laboratórios facilitaria o processo de ensino e aprendizagem. Em contrapartida, cerca de 22% dos profissionais entrevistados não são favoráveis ao uso desse recurso, pois acreditam que os acadêmicos poderiam trabalhar mecanicamente ao dar ênfase ao ensino focando o uso de *softwares*. Com base nas entrevistas, a maioria é favorável ao uso dos recursos tecnológicos nas práticas de ensino. Nota-se que essa ferramenta poderá ser um facilitador no processo ensino/aprendizagem, o que

Gráfico 1 - Percentual dos profissionais que acreditam que os Softwares auxiliam no ensino da contabilidade pública.



Fonte: o autor

vem corroborar as propostas de alguns autores como Roncalio e Bernard; Cardoso e Benedicto; Vieira. O ensino da teoria aliado à prática facilita o processo de aprendizagem, pois não se acredita em um trabalho simplesmente mecânico se houver uma boa base teórica, e, a partir daí, dar início ao estudo da prática em laboratórios.

b) Quando não tem conhecimento prático, o profissional contábil perde espaço no mercado da contabilidade pública?

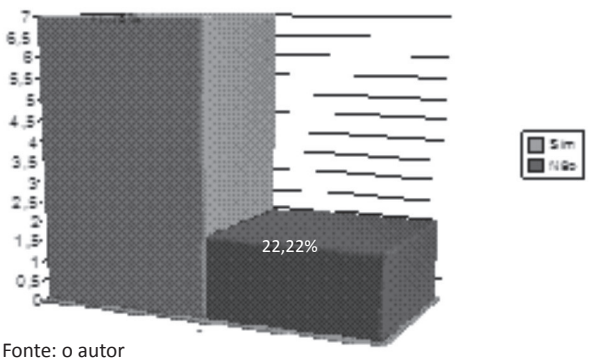
Executivo: "[...] é solicitado do trabalhador uma certa prática. Hoje em dia a contabilidade exige tanto a prática quanto a teoria. [...] não só a contabilidade púbica como qualquer outra área o conhecimento prático torna-se imprescindível".

Legislativo: "Sem conhecimento e sem uma boa ferramenta (software), não teremos lugar algum no mercado. Não, quando o conteúdo aplicado em sala de aula basear em exercícios práticos. Ao adquirir o conhecimento prático, mesmo que seja através de estágio, o profissional conseguirá unir, com mais facilidade, o conhecimento teórico ao prático".

Judiciário: Não necessariamente a prática de uma atividade está atrelada aos conhecimentos teóricos. [...] a prática faz parte da profissão. As informações são processadas atualmente com muita celeridade, isso não permite as organizações a optar por profissionais sem conhecimento prático.

Cerca de 22% dos entrevistados disseram que o profissional contábil não perde espaço no mercado sem o conhecimento prático; já 78% responderam que o profissional perde, sim, espaço no mercado da área pública quando não tem tal conhecimento. O gráfico a seguir mostra a opinião dos contadores atuantes nas três esferas do governo em Palmas.

Gráfico 2 - Percentual dos profissionais que acreditam que os a falta de prática dificulta o acesso no mercado de trabalho da área pública.



Fonte: o autor

É notório e comum exigir experiências em diversos ramos de atividades. Nesse caso, o profissional contábil já teria um diferencial em relação aos outros profissionais, pois contemplaria tanto o conhecimento teórico quanto o prático.

c) Que tipo de dificuldade você encontrou para atuar no mercado da área pública?

Executivo: "Criar evento contábil. Falta de conhecimento prático [...] a faculdade não oferecia estágio na área pública, carga horária pequena em relação à contabilidade comercial. Pouco conhecimento na área".

Legislativo: "[...] conhecer o sistema Siafem, consequentemente em operá-lo. Falta de treinamento preliminar. A diferença existente entre a metodologia da contabilidade comercial, principalmente em outra lógica de raciocínio de nomenclaturas".

Judiciário: "[...] passar no concurso público. Falta de treinamento inicial. Falta de experiência, corporativismo da classe contábil, influência política, desvalorização do profissional.

Esses profissionais deixam claro que encontraram dificuldades em atuar no mercado ao saírem das universidades em função dos seguintes fatores: falta de prática, pouco conhecimento na área, falta de experiência, entre outras. Nota-se que todos os entrevistados ressaltaram que a falta do conhecimento prático dificultou sua atuação, pois, segundo eles, as instituições de ensino devem ofertar aulas com maior ênfase nas práticas. Argumentaram também sobre a carência de ofertas de estágios nos órgãos públicos. Fica evidente aqui a relevância da proposta referente à utilização de simuladores no ensino da contabilidade pública. Essa metodologia pode ser útil ao processo de aprendizagem dos conteúdos abordados na disciplina, pois o modelo "permite uma abordagem vivencial e demonstra como atos e fatos interagem nos sistemas de registros do setor público e a importância das informações da contabilidade para as decisões dos gestores públicos" (RONCALIO E BERNARD, 2008, p.1). Esses autores frisam que a simulação como metodologia de ensino da contabilidade pública pode preparar os estudantes para atuarem em órgãos públicos. Tudo isso reforça o questionamento que se deve repensar nas práticas de ensino da contabilidade pública aplicada nas instituições pesquisadas.

d) Diante do conhecimento adquirido no meio acadêmico na disciplina Contabilidade Pública, o que realmente favoreceu sua atuação e o que deixou a desejar?

Executivo: "[...] o conhecimento do estudo contábil, o que deixou a desejar foi entendimento no orçamento público. Não tivemos essa disciplina, que é a base da contabilidade pública. [...] noções de orçamento, plano de contas, sistemas de compensação, financeiro, patrimonial e orçamentário. Dificuldades foi a falta de estágios na área contábil pública, além da carga horária que foi pouca. Pouco conhecimento na área, pois, na faculdade, pouco ensinaram de contabilidade pública".

Legislativo: "o que fixou mesmo foi exercendo a profissão, mas como acadêmico ficou muito a desejar. [...] o que favoreceu foi a parte teórica; deixou a desejar a parte de elaboração de demonstrações e lançamentos contábeis. [...] favoreceu foi a aplicação de exemplos práticos; faltou intensificar esta prática".

Judiciário: "[...] favoreceu: noções a respeito da área de atuação, deixou a desejar. Os professores não tinham didática, e, às vezes, o conhecimento aprofundado da disciplina. Favoreceu: o conhecimento do plano de contas da contabilidade pública, e dos relatórios padrão, o mais foi praticando. [...] não fiz estágio na área pública, não havia laboratório na área da contabilidade pública. Esses fatores dificultaram minha atuação".

Alguns pontos que favoreceram a atuação desses profissionais diante do conhecimento adquirido nas universidades foi sem dúvida o conhecimento adquirido com a teoria. Mas, quando são questionados sobre as dificuldades enfrentadas, eles afirmam que foi a falta de estágios na área pública, a carga horária curta para ministrar tanto conteúdo e a não disponibilidade de laboratórios para aplicar a teoria utilizando a prática em laboratórios.

e) Quais são as suas sugestões, enquanto profissional, para melhorar a qualidade de ensino na Contabilidade Pública e formar profissionais mais preparados para enfrentar esse mercado?

Executivo: "[...] Laboratórios dando ênfase à contabilidade pública. [...] universidades terem laboratórios, para que os alunos fizessem a teoria e a prática juntos. [...] aumentar a carga horária, mais aulas práticas...sabemos que a teoria é bem diferente da prática".

Legislativo: "Melhorar a didática de lançamentos e elaboração/análise de demonstrações contábeis, aprofundar o estudo do direito administrativo no que diz condiz a licitações. Aumentar a carga horária e estagiar. Intensificar as atividades de laboratório".

Judiciário: "Implantação de laboratórios que permitam os acadêmicos vivenciar a prática contábil. Reciclagem de professores, maior interligação da universidade c/ a atividade pública. Estágio e laboratórios para simular a prática dos lançamentos contábeis".

Ao analisar as entrevistas, percebeu-se que já havia uma necessidade em unir a teoria com a prática. Outro ponto relevante é a intensificação dos estágios na área. Também deve ser levado em consideração o sentimento de ter sido pequena a carga horária da disciplina; e mais: foram abordados pontos importantes quanto à didática e professores atualizados no que diz respeito à disciplina Contabilidade Pública.

A entrevista realizada com os alunos e professores serviu para observar as expectativas dos acadêmicos e professores quanto à possível implantação de um *software* específico para complementar a disciplina Contabilidade Pública. Durante a pesquisa, ficou evidente, a posição de um dos docentes entrevistados, que o uso de software não auxilia no processo de ensino da Contabilidade Pública. No entanto, o outro profissional já argumentou que existe uma preocupação em melhorar as metodologias de ensino por meio da utilização de tecnologia, aliando o conhecimento teórico/prático. Quando se questiona aos acadêmicos se eles acreditam que o uso de software auxilia no ensino/aprendizagem da Contabilidade Pública 100% afirmam que sim.

Acadêmico: "[...] conduz o acadêmico o mais próximo da realidade. Através dos softwares, fica mais fácil a visualização. [...] estaríamos saindo da teoria propriamente dita e partindo p/ prática". Será mais uma ferramenta didática auxiliar ao aprendizado. [...] O software é de fundamental importância, pois podemos vivenciar na prática como é realizada a contabilidade nas repartições pública. [...] é superficial. [...] usado somente como auxilio, pois o mais importante é a compreensão do conteúdo. Apesar dos acadêmicos acreditarem inteiramente que o uso dos softwares auxilia nesse processo de ensino e aprendizagem, percebeu-se certa resistência por parte de docente ao uso dessa tecnologia como ferramenta integrante ao ensino da disciplina de contabilidade pública.

Ao questionar os educadores e acadêmicos se são favoráveis ao processo de implantação de ferramentas da TI nas Instituições de Ensino Superior, como laboratório com software na área da Contabilidade Pública, obteve-se as seguintes respostas:

Professor: "Acredito que ajuda/complementa o conhecimento. Por si só não ajuda. O professor da Faculdade Católica diz que já esta sendo desenvolvido um projeto para construção/desenvolvimento de um programa de contabilidade didático.

Acadêmico: "O grau de aperfeiçoamento será sem dúvida bem melhor. "[...] as tecnologias da informação através de softwares tem aumentado a assimilação dos conteúdos. Assim os alunos teriam uma melhor preparação ao saírem da faculdade. O auxilio desses contribuem para o aprendizado. [...] facilitaria um maior conhecimento. [...] seria mais uma ferramenta para o aprendizado. Isso é de fundamental importância, pois não se faz contabilidade a mão".

Nesse contexto, um dos docentes foi ainda mais categórico quanto à preocupação em proporcionar melhorias na qualidade do ensino por meio do uso de *software.* Este profissional diz que já está sendo trabalhado algo nesse sentido de teoria x prática. Por parte dos acadêmicos, ficaram claras suas expectativas quanto à melhoria do aprendizado por meio da implantação de um *software* específico para atender a disciplina Contabilidade Pública, já que estes têm facilidade em lidar com os avanços proporcionados pela inovação tecnológica.

Durante a pesquisa, docentes e discentes foram indagados a dar sugestões para melhoria do ensino da Contabilidade Pública. Nota-se que todos os entrevistados buscam melhorias no processo de ensino e anseiam por laboratórios equipados com softwares de diversas áreas de contabilidade, principalmente na área pública, que é tão carente desta ferramenta.

Fica evidente a preocupação de docentes em vivenciar a teoria da sala de aula com parte prática com o uso da informática, principalmente quando este profissional frisa a importância de montar um **laboratório modelo** como um instrumento de aliar o conhecimento teórico com o prático. Podemos visualizar, no quadro 3, as expectativas dos acadêmicos das instituições de ensino pesquisadas.

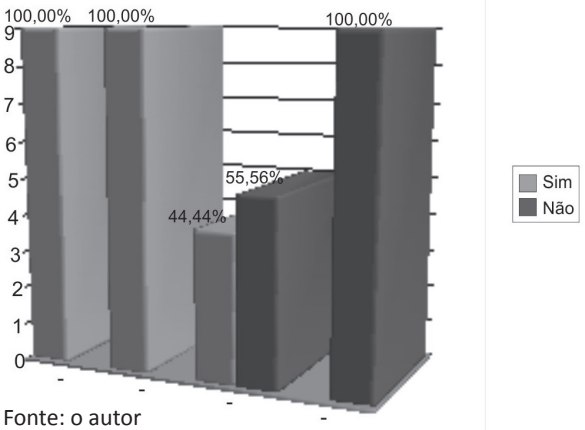
Quadro 3 – Visão dos acadêmicos quanto ao ensino da disciplina Contabilidade Pública.

	Católica do Tocantins		Faculdade Objetivo		Universidade Federal do Tocantins	
a) Você acredita que software auxilie no ensino da Contabilidade Pública?	sim	não	sim	não	sim	não
	3		3		3	
b) Você é favorável que se implante um software nas IES de Palmas, que seja específico p/ contabilidade pública?	sim	não	sim	não	sim	não
	3		3		3	
c) Você acredita que só com o conhecimento teórico o profissional estará seguro p/ enfrentar o mercado de trabalho?	sim	não	sim	não	sim	não
	2	1	1	2	1	2
d) Você está/ficou satisfeito com a forma de aplicação do conteúdo, sem laborat ório de práticas contábeis?	sim	não	sim	não	sim	não
		3		3		3

Fonte: o autor

Observa-se que 100% dos acadêmicos entrevistados acreditam que o *software* auxilia no ensino da contabilidade e que são favoráveis à implantação de laboratório de práticas contábeis. Percebe-se uma expectativa dos acadêmicos quanto à possível implantação de um laboratório com *software* nas instituições de ensino superior de Palmas, com finalidade específica para atender a disciplina Contabilidade Pública.

Gráfico 3 - As expectativas dos acadêmicos entrevistados quanto ao processo de ensino.



Fonte: o autor

No que se refere à questão c, os entrevistados são questionados se eles acreditam que só com o conhecimento teórico o profissional estará seguro para enfrentar o mercado de trabalho. Houve uma pequena diferença entre as opiniões. Cerca de 45% acredita que só o conhecimento teórico dará segurança a esse acadêmico. Em contrapartida, 55% acreditam que não estão seguros para enfrentar esse mercado. Mesmo sendo pequena a diferença quanto às opiniões dos entrevistados, todos são a favor da implantação de um *software* que possibilite vivenciar a teoria com o uso da prática, uma vez que 100% desses acadêmicos estão insatisfeitos com a aplicação dos conteúdos de forma tradicional. Isso se justifica pelas constantes inovações tecnológicas, que têm cada vez mais facilitado os trabalhos nas mais variadas áreas.

Pode-se visualizar no quadro 4 as opiniões dos professores das instituições de ensino pesquisadas.

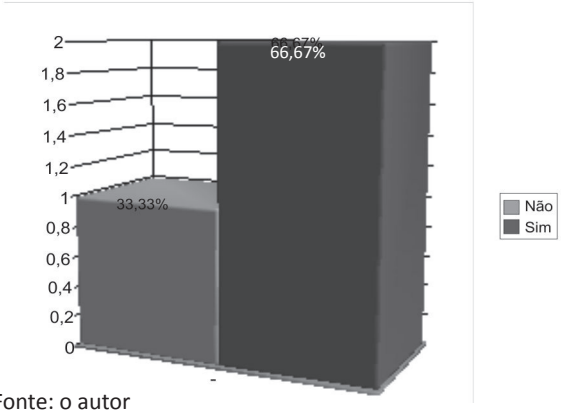
Quadro 4 - A opinião dos docentes em relação ao processo de ensino acadêmico.

	Católica do Tocantins		Faculdade Objetivo		Universidade Federal do Tocantins	
a) Você acredita que software auxilie no ensino da Contabilidade Pública?	sim	não	sim	não	sim	não
	1			1	1	
b) Você é favorável que se implante um software nas IES de Palmas, que seja específico p/ Contabilidade Pública?	sim	não	sim	não	sim	não
	1			1	1	
c) Você acredita que só com o conhecimento teórico o profissional estará seguro p/ enfrentar o mercado de trabalho?	sim	não	sim	não	Sim	não
		1		1		1
d) Você, professor, acr edita que o conteúdo teórico é suficiente para o ensino e aprendizagem na Contabilidade Pública?	sim	não	sim	são	sim	Não
	1		1		1	

Fonte: o autor.

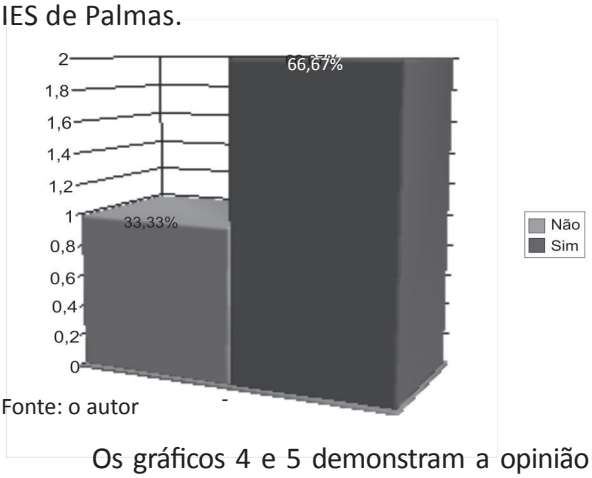
Diante da entrevista realizada com esses docentes, evidenciou-se a preocupação em melhorar o processo de ensino aprendizagem. Por outro lado, notou-se certa resistência de docente com as questões da informatização tecnológicas

Gráfico 4 – Percentual referente à opinião sobre utilização do software como auxilio ao ensino e aprendizagem.



Fonte: o autor

Gráfico 5 – Percentual referente à opinião sobre a possível implantação de um software nas IES de Palmas.

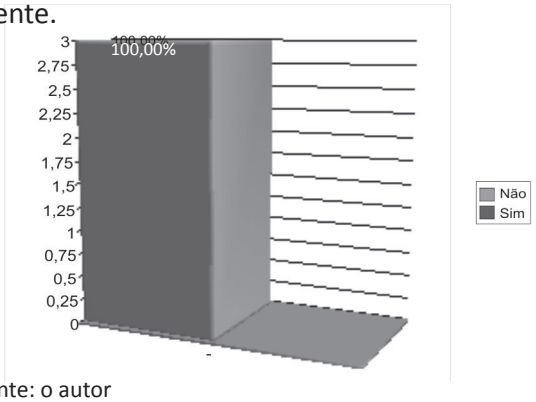


Fonte: o autor

Os gráficos 4 e 5 demonstram a opinião dos professores das instituições Católica, Objetivo e UFT, quanto àutilização do *software* como auxilio ao ensino e aprendizagem e à opinião sobre a possível implantação de um software nas IES de Palmas. Foi observado que o docente do Objetivo é totalmente contrário às questões levantadas.

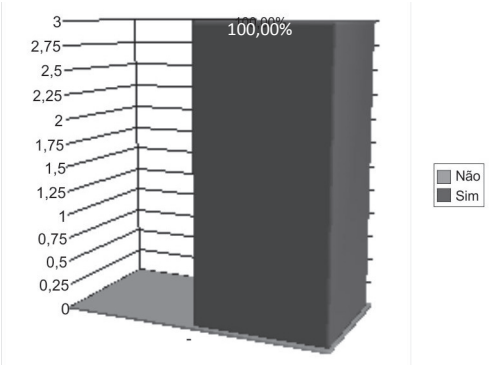
O gráfico abaixo representa a opinião dos docentes em relação à opinião dos docentes, o conhecimento e o conteúdo teórico da disciplina Contabilidade Pública.

Gráfico 6 – Percentual referente à opinião dos docentes se o conhecimento teórico é o suficiente.



Fonte: o autor

Gráfico 7 – Percentual referente à opinião dos docentes se o Conteúdo teórico é o suficiente para o ensino e aprendizagem.



Fonte: o autor

O gráfico 6 evidencia que 100% dos entrevistados discordam da opinião de que o conhecimento é suficiente para o aprendizado. No gráfico 7, os docente são de opinião que o conteúdo teórico é suficiente.

Ao investigar junto aos professores quais métodos de ensino os professores da disciplina Contabilidade utilizam para prepararem o acadêmico para o mercado de trabalho no segmento da área pública, observou-se que até o momento limitam-se ao uso de livros didáticos, conteúdos dos órgãos governamentais, apostilas, prática em sala de aula com estudo de caso. Mesmo havendo consciência da necessidade de mudanças no processo de ensino da Contabilidade Pública, há uma certa acomodação por muitos profissionais em limitam-se ao método tradicional de ensino. Apesar da afirmação, não se pode generalizar, visto que alguns autores (Celerino e Pereira; Roncalio e Bernard e Passos) vêm-se dedicando a pesquisas visando melhorias no processo de ensino da Contabilidade Pública, o que pode ser visto na parte da revisão teoria. Estes se mostram preocupados com a forma que está sendo conduzido esse processo de ensino e aprendizagem.

Ao realizar uma análise envolvendo a opinião de acadêmicos, docentes e profissionais atuantes na área pública quanto ao ensino da Contabilidade Pública, todos demonstraram descontentamento pela forma que vem sendo conduzido esse processo. Todos abordaram a necessidade de implantação de um laboratório prático para complementar o processo de ensino/aprendizagem. Houve, ainda, por parte desses entrevistados, questionamentos evidenciando que a carga horária não é adequada para abordar de forma mais profunda o conteúdo programático dessa disciplina. Assim, sugere-se que se repense a carga horária apropriada para ministrar tal disciplina, uma vez que se levantou tal preocupação. No entanto, vale ressaltar que o intuito da instituição de ensino superior de cursos de graduação não é formar especialista em apenas uma área de conhecimento, mas dar uma noção do todo em determinado curso. O processo de especialização e qualificação de profissionais em um determinado segmento se dará por meio de cursos de pós-graduação.

Diante do que foi abordado pelos entrevistados e com base nas ementas analisadas, sugere-se uma reformulação dos pontos abor-

dados na disciplina Contabilidade Pública. Fica aqui uma proposta de ementa para as instituições de ensino superior de Palmas.

Proposta de ementa
Lei de Responsabilidade Fiscal, Serviços público, administração pública; conceitos, escrituração; orçamento público; conceituação; aspectos históricos; princípios orçamentários; leis de diretrizes orçamentárias; tipos de orçamento; receita pública; despesa pública; créditos adicionais; estágio da despesa; Licitação, plano de contas dos sistemas orçamentários, financeiros e patrimoniais; variações patrimoniais; contabilidade: sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado; regimes contábeis; prestação de contas; balanço e demonstração segundo a Lei 4320/64; controle: controle interno e controle externo; funções básicas do Siafi e Siafem e sua aplicação na prática com laboratório e sistema similar.

Destaca-se, aqui, novamente, a preocupação com a carga horária prevista para essa disciplina. A proposta envolverá um conteúdo elevado para ser visto em apenas 60 horas, ainda mais que está se questionado também a utilização de software para melhorar o processo de ensino. Cabe aos docentes repensar em uma forma que possa contemplar os conteúdos propostos, já que, no Estado do Tocantins, existe uma grande demanda na área da Contabilidade Pública; é importante refletir nesse preparo mesmo na graduação.

4 CONCLUSÕES

Conclui-se que há possibilidade de melhoria nas práticas pedagógicas no ensino da disciplina Contabilidade Pública, resultando em ganhos potenciais significativos para o ensino. Para isso, é necessário buscar parcerias com outros cursos, como o de sistema de informação ou ainda órgãos públicos.

Com base na pesquisa de campo, evidenciou-se que muitos são os anseios para melhoria das práticas de ensino nas universidades, não somente na área pública como nos demais ramos da contabilidade. Constatou-se que o método tradicional de ensino não prepara adequadamente o acadêmico a atuar no mercado imediatamente.

Verificou-se a necessidade de laboratórios com softwares específicos para auxiliar o desenvolvimento acadêmico e aplicação dos conteúdos por parte dos docentes. Isto é, desenvolver práticas de ensino aplicadas à contabilidade pública dando ênfase também em estudos de casos que aproximem o acadêmicos a realidade do ambiente que irão atuar.

No que diz respeito às ementas analisadas, foi possível observar que todas as instituições pesquisadas abordam o conteúdo de maneira geral, porém, no que se refere aos conceitos e aplicações do Siafi e também a LRF, instrumento de gestão na administração pública, faz-se necessário uma abordagem mais aprofundada, visto que são assuntos necessários para atuação profissional na área pública.

Quanto aos métodos de ensino ou ferramentas utilizadas por estes professores para facilitar a compreensão do conteúdo aplicado à disciplina Contabilidade Pública, fica claro que a prática de estudos em sala de aula por meio de estudos de caso, livros didáticos e apostilas, tem se tornado a principal ferramenta adotada pelo professores em sala de aula.

A utilização de laboratório seria parte integrante da disciplina e contemplaria a teoria x a prática. Nesse sistema, seria interessante contar com um profissional que possa atribuir ao *software* todas as ferramentas necessárias, considerando os conteúdos ministrados em sala de aula. Com base no exposto, a proposta possibilitaria uma melhor atuação dos futuros contabilistas nas entidades públicas. Tal trabalho deverá ser apropriado para a classe acadêmica, sem fugir do que existe na realidade das entidades governamentais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Patrícia Ferreira do; CARDOSO, Ricardo Lopes. **Ensino aprendizagem na área de educação contábil**: uma investigação teórico-empírico. Disponível em: www.congressousp.fipecafi.org/artigos32006/120.pdf. Acesso em: 30 maio, 2009.

APOSTILA MAESTRIA. **Curso oferecido aos professores da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina**. Janeiro, 2003.

BEUREN, Maria Ilse. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. (Publicado no DOU de 22/6/1993 e Republicado no DOU de 6/7/1994).

BRASIL. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. (Publicado no DOU de 23/3/64).

BRASIL. Lei nº 11.107 de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. (Publicado no DOU de 6/4/2005).

BRASIL. Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.(Publicado no DOU de 5/5/2000).

CARNEIRO, Juarez Domingues (Coord.) et al. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis**. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2008.

CELERINO, Sidnei. Atributos e pratica pedagógica do professor de contabilidade que possui êxito no ambiente universitário: visão dos acadêmicos**.** Brasília/DF: **Revista Brasileira de Contabilidade,** 170, mar./abr. 2008.

COMPETÊNCIAS e habilidades. Disponível em: http://www.centrorefeducacional.com.br/compehab.htm. Acesso em: 15 jun. 2009.

CONHEÇA o Siafi. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_conheca_siafi.asp. Acesso em: 24 maio, 2009.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf. Acesso em: 08 jun. 2009.

GONÇALVES, Celso Eugênio; BAPTISTA, Antonio Eustáquio. Contabilidade Geral. 4. ed. **Contabilidade pública:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1998.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública:** teoria e prática. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; Marion, José Carlos. **Introdução a teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEGISLAÇÃO APLICADA A CONTABILIDADE PÚBLICA. Disponível em: http://www.fondcf.ufms.br/03Wagner.ppt. Acesso em: 08 jun. 2009.

LIMA, Diana Vaz de; Castro; RÓBSON, Gonçalves. **Contabilidade pública:** integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, J. C.; GARCIA. E.; CORDEIRO M. **A discussão sobre a metodologia de ensino aplicável à contabilidade**. Disponível em: www.nossocontador.com/Artigos/40.pdf. Acesso em: 05 jun. 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PASSOS, Ivan Carlos. Métodos de sucesso no ensino da contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília/DF, 157, jan./fev. 2006.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio et al. **Contabilidade pública:** uma abordagem a administração financeira. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RESOLUÇÃO N° 750/93. **Princípios fundamentais de contabilidade**. Disponível em: http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res750.htm. Acesso em: 06 jul.2009.

REZENDE, Adália Antunes Cangussú; ALMEIDA, Maryelem Dantas. **A importância do estágio supervisionado no processo de ensino aprendizado dos cursos de Ciências Contábeis do Estado do Espírito Santos**. Disponível em: www.congressousp.fipecafi.org/artigos72007/448.pdf. Acesso em: 30 maio, 2009.

RONCALIO, Michele Patrícia; BERNARD, Ricardo Rodrigo Stark. Um modelo de simulação para o ensino de contabilidade pública no Brasil. In: **XXXII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, 2008.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA**,** Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, Maria das Graças. As competências e habilidades requeridas aos professores de contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília/DF, 169, jan./fev. 2008.

MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: as transformações socioeconômicas e as possibilidades para as regiões

Marco Antonio Silva Lima*

RESUMO

O desenvolvimento socioeconômico dos países ocidentais tem sido visto como uma decorrência de processos lineares de modernização econômica e social. Neste trabalho, a princípio discute-se a questão da suposta existência de modelos modernizantes baseados em processos evolucionários, passando-se, em seguida a uma breve análise da "modernização conservadora" latino-americana, como parte de sua integração a um sistema internacional de relações socioeconômicas baseadas em posições de subordinação hierárquica entre diferentes países. Aborda-se, também, as novas propostas de modernização apresentadas pelo processo de globalização e seus impactos sobre as instituições sociais e políticas, assim como as oportunidades geradas para o impulsionamento de processos de desenvolvimento local nos territórios em função das novas formas de estruturação produtiva baseadas em sistemas inovativos.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Modernização. Inovação tecnológica. Globalização. Desenvolvimento regional.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procura apresentar uma rápida visão da evolução das ideias sobre o desenvolvimento a partir dos processos de modernização econômica e social e suas especificidades no contexto latino-americano, além de uma breve análise dos impactos da globalização sobre estes processos. A seguir, procura-se observar conceitos relevantes para o desenvolvimento regional, sob a ótica dos conceitos debatidos. A intenção geral é procurar demonstrar como um conjunto de acontecimentos e fatores associados contribuiu para conformar um quadro geral de fortalecimento dos espaços locais como elementos críticos no processo de desenvolvimento socioeconômico.

* Bacharel em Ciências Contábeis. Funcionária pública. valéria_peixa@yahoo.com.br

** Doutorado em Engenharia de Produção – Gestão de Negócios. Docente Faculdade Católica do Tocantins. cássia@catolica-to.edu.br

*** Especialista em Gerencia contábil, auditoria e controladoria. Docente Faculdade Católica do Tocantins. cleia@solidacontabil.com.br

2 MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento socioeconômico constitui objeto de debate que abrange diferentes visões e matrizes conceituais. Do ponto de vista puramente econômico, pode ser compreendido como decorrente da ação evolutiva dos regimes de acumulação, que alimentam dinâmicas de atividades produtivas as quais resultam em novos modelos de desenvolvimento, significativamente mais avançados em relação àqueles que lhes antecederam. Nesta interpretação, o desenvolvimento econômico seria, então, fruto de um processo de permanente evolução dos meios de produção (ROSTOW, 1961; ROSENSTEIN-RODAN, 1969; LEWIS, 1969; HIRSCHMAN, 1980). O estágio de desenvolvimento avançado seria a etapa final de um longo processo a ser percorrido por todas as nações, em diferentes graus de posicionamento histórico e de velocidade de crescimento.

Esta evidente distinção existente entre as diferentes nações, em relação aos estágios de desenvolvimento em que se encontram, tem explicação no desenvolvimento social e político particular de cada uma. Conforme Rostow, "conquanto as etapas de desenvolvimento sejam um método econômico de encarar sociedades integradas, em nenhum sentido implicam que os mundos da política, da organização social e da cultura sejam uma simples superestrutura construída sobre a economia e oriunda exclusivamente dela" (ROSTOW, 1961, p.14). Os estudos realizados por este autor resultaram em um modelo simplificado que aponta cinco etapas de evolução histórica que configuram cinco categorias, representantes de diferentes estágios de desenvolvimento econômico: a *sociedade tradicional*, as *precondições para o arranco*, o *arranco*, a *marcha para a maturidade* e a *era do consumo de massa*. Evidentemente, podem-se observar grandes limitações explicativas neste modelo, no sentido em que propõe uma sequência lógica obrigatória a ser seguida e, também, na pressuposição, algo ingênua, se observada com um olhar contemporâneo, de que todas as nações caminham para atingir um estágio de desenvolvimento avançado.

Um significativo avanço pode ser notado na posição de Rosenstein-Rodan (1969), na proposição de políticas de desenvolvimento para regiões deprimidas. A partir da análise da situação na Europa Oriental, em meados da década de 40, o autor aponta o excesso de população agrária desocupada (desperdício de mão de obra) como um problema a ser solucionado através de duas diferentes alternativas: a emigração (levar a mão de obra ao capital) ou a industrialização (levar o capital à mão de obra). Para Rosenstein-Rodan, a industrialização representa a saída mais viável, não somente para as áreas deprimidas como para o mundo em geral, por seu efeito positivo sobre a distribuição de renda entre as diferentes regiões do mundo. Esta industrialização poderia ser viabilizada através da integração dessas economias à economia mundial por meio de investimentos internacionais ou de empréstimos de capital. Para a efetivação de políticas de desenvolvimento industrial em regiões deprimidas, o autor propõe as seguintes medidas: (a) a criação de um ambiente institucional favorável, com investimentos destinados à implementação de infraestrutura física e de mão-de-obra capacitada; (b) a industrialização planejada e em larga escala, com a finalidade de reduzir os riscos de insuficiência de procura; e, (c) o investimento, a princípio, deveria ser concentrado na construção de indústrias básicas e de serviços públicos, procurando-se oportunizar a geração de efeitos multiplicadores (ROSENSTEIN-RODAN, 1969). Observa-se, na proposta deste autor, uma notável antecipação em relação às atuais políticas de desenvolvimento, principalmente no tocante à integração econômica internacional, que viria a ser, décadas mais tarde, acelerada e aprofundada

tanto pelos sistemas empresariais de produção flexível e de desverticalização produtiva, quanto pela aguda hipertrofia do sistema financeiro internacional; ambos possibilitados pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de processamento de informações e das comunicações.

Para Arthur Lewis (1969), um outro aspecto relevante é a dualidade econômica provocada pela divisão das economias dos países em desenvolvimento em dois setores distintos - um rural e outro urbano. Para Lewis, a formação desta "economia dupla" está relacionada com a existência da oferta ilimitada de mão de obra, resultante de excedentes populacionais. Segundo o autor, este problema se torna frequente em países pobres, com excedente de trabalho e sem garantias de expansão econômica.

Assim, em países em que a população é excessivamente numerosa em relação ao capital e aos recursos naturais, a tendência é a existência de oferta ilimitada de trabalho em setores da economia em que a produtividade marginal do trabalho seja muito baixa, nula ou negativa. Este fato cria uma condição de "desemprego disfarçado", notadamente nos setores doméstico, rural e na economia informal. Na concepção de Lewis, esta estrutura econômica cria uma "economia dupla", caracterizada pela existência de um pequeno setor capitalista (ilhas de eficiência) cercado por grandes setores de economia tradicional ou de subsistência. Como define o autor,

> Isto é muito típico nos países que se encontram nas primeiras fases do desenvolvimento. Encontramos aí algumas indústrias altamente capitalizadas, como a de mineração ou a energia elétrica, lado a lado com técnicas mais primitivas; algumas grandes lojas para a classe de altas rendas, rodeadas de comércio do tipo antiquado; algumas culturas altamente especializadas, cercadas por um mar de camponeses (LEWIS, 1969, p. 144).

Desta forma, Lewis define a "economia dupla" como um problema para os países em desenvolvimento na medida em que a divisão em um "setor capitalista" e um "setor tradicional" favorece a concentração da renda nas mãos de uma pequena parcela da população, que faz parte do setor econômico mais dinâmico, e esta situação somente pode ser modificada através da transferência da força de trabalho excedente do setor de subsistência para o setor capitalista, melhorando as condições de distribuição da renda nacional, o que pode gerar índices de crescimento econômico mais elevado.

Hirschman (1980) realiza uma síntese crítica dos conceitos que compõem a Teoria do Desenvolvimento, em que procura explicar os motivos pelos quais estes perderam espaço nas discussões econômicas mais significativas. Segundo este autor, a Teoria do Desenvolvimento, por ter resultado da conjunção de correntes ideológicas bastante diferentes, tanto se mostrou bastante produtiva em termos de geração conceitos, quanto apresentou um grande número de problemas exatamente por esta diversidade estrutural. Para Hirschman, esta ciência apresentava tensões internas altamente destrutivas em função de sua composição ideológica altamente heterogênea; por outro lado, em função do contexto em que surgiu, esta teoria se apresentava recheada de esperanças e ambições exageradas que acabaram por não se confirmar.

Segundo Hirschman, a visão linear do desenvolvimento econômico acaba por formar um teórico que divide os países em "avançados" e "primitivos", e que, em uma definição cientificamente mais sofisticada, os divide em diversas categorias de desenvolvimento, que incluem, por exemplo, países "desenvolvidos", "em desenvolvimento' e "subdesenvolvidos", em uma escala baseada em aspectos, tais como a renda *per capita*, a escolaridade, a expectativa de vida, e outros. Nas palavras deste autor,

> En una época anterior, el desprecio por los países llamados "rudos y bárbaros" en el siglo XVIII, "atrasados" en el siglo XIX, y "subdesarrollados" en el siglo XX, se había traducido en su relegación a una posición permanentemente baja, en términos de sus perspectivas económicas y de otra clase, por efecto de factores inmutables tales como el clima hostil, los recursos escasos, o la raza inferior. Côn la nueva doctrina del crescimiento económico, el desprecio asumió una forma más refinada: de pronto se dio por sentado que el progreso de estos países sería lentamente continuado si sólo adoptaran el programa adecuado de desarrollo integrado. Dado lo que se consideraba su problema aplastante, la pobreza, se esperaba que los países subdesarrollados funcionaran como juguetes de cuerda y que avanzaran en línea recta por las diversas del desarrollo; sus reacciones ante el cambio no serían tan traumáticas o aberrantes como las de los de europeos dotados de residuos feudales, complejos sicológicos y alta cultura exquisita (HIRSCHMAN, 1980, p. 39).

A observação da constatação de Hirschman, aliada à análise das ideias apresentadas pelos demais autores aqui representados, permite-nos concluir que a visão econômica sequencial e linear da Teoria do Desenvolvimento apresenta virtudes e defeitos. Embora seus conceitos certamente não possam ser considerados de total validade em um contexto macroambiental hipercomplexo e multivariado como o atual, certamente são capazes de fornecer noções básicas sobre os processos de desenvolvimento socioeconômico. Desta maneira, foram capazes também de embasar o surgimento de novas propostas mais sofisticadas e adequadas ao exame do problema a partir de realidades complexas e diferenciadas.

3 MODERNIZAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

Embora as abordagens teóricas do desenvolvimento tenham sido uma preocupação frequentemente da ciência econômica, sua análise e estudo obviamente não podem ser tratados de forma restrita ou unidisciplinar. O desenvolvimento tem sido analisado sob várias perspectivas e tem constituído uma importante fonte de observação para os cientistas sociais. Assim como os fatores econômicos, aqueles relacionados ao comportamento humano, enquanto ser social, e do comportamento das sociedades, enquanto extensões dos comportamentos humanos, têm contribuído de maneira significativa para a compreensão dos fenômenos ligados ao desenvolvimento, como material de investigação de diferentes autores (WEBER, 1989; PARSONS, 2000; GIDDENS, 2001). Além das formas de organização das atividades econômicas, as diferentes formas de organização social certamente têm tido um papel decisivo no que se refere às perspectivas e rotas de desenvolvimento de diferentes sociedades e nações.

Segundo Max Weber (1989), a dinâmica econômica desenvolvida pelo sistema capitalista foi tornada possível pela base conceitual oferecida pela cultura racional da civilização ocidental. Para Weber, o modelo econômico ocidental, fundamentado no trabalho livre e assalariado capaz de fomentar a criação de um mercado de consumo, a contabilidade racional e a separação jurídica dos patrimônios individuais e empresariais, compõe um modelo produtivo e cultural baseado na racionalização das relações sociais. Então, para este autor, antes do desenvolvimento do sistema econômico capitalista, foi necessário o surgimento de uma determinada mentalidade, associada aos padrões éticos e à conduta orientada para a produção e a acumulação, característica de determinados grupos religiosos (notadamente os calvinistas).

Para Weber, há um componente histórico e cultural que constitui a base do racionalismo econômico, que se tornou o eixo central da economia capitalista moderna.

Talcott Parsons (2000) introduz uma visão sistêmica da sociedade, a qual denomina "funcionalismo estrutural". Para Parsons, a sociedade está constituída por subsistemas que operam de maneira interdependente, formando um sistema onde cada um dos componentes desempenha funções que têm por finalidade manter a estabilidade e a ordem social. O autor define estes componentes como sendo a economia, a política, a família e a educação. Parsons realiza uma comparação entre as sociedades e os organismos vivos, destacando a sua capacidade de adaptação e os padrões evolucionários que, influenciados pelas condições ambientais, caracterizam estes diferentes arranjos sistêmicos. Segundo este autor,

> With these organic examples in mind, the conception of an evolutionary universal may be developed more fully. It should, I suggest, be formulated with reference to the concept of adaptation, which has been so fundamental to the theory of evolution since Darwin. Clearly, adap tation should mean, not merely passive "adjustment" to environmental conditions, but rather the capacity of a living system to cope with its environment. This capacity includes an active concern with mastery, or the ability to change the environment to meet the needs of the system, as well as an ability to survive in the face of its unalterable features. Hence the capacity to cope with broad ranges of environmental factors, through adjustment or active control, or both, is crucial. Finally, a very critical point is the capacity to cope with unstable relations between system and environment, and hence with uncertainty. Instability here refers both to predictable variations, such as the cycle of the seasons, and to unpredictable variations, such as the sudden appearance of a dangerous predator (PARSONS, 2000, p.85).

Parsons destaca que os padrões evolucionários universais conferem às sociedades maiores vantagens de adaptação, modificando a organização social anterior através de sua introdução e institucionalização e produzindo estruturas ainda mais complexas em mudanças posteriores. Para o autor, o processo evolutivo das sociedades apresenta dois padrões universais: a estratificação social e a legitimação cultural das funções sociais.

Para Anthony Giddens (2001), as novas formas de organização social que emergem na Euroipa a partir do século XVIII constituem uma estrutura social que vem substituir as formas de organização social tradicional, que eram baseadas na agricultura. Para isto, foi fundamental o surgimento de mecanismos capazes de romper a dependência existente entre as relações sociais e seus contextos espaciais e temporais, os quais o autor denomina "mecanismos de desencaixe". Segundo Giddens,

> Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intensionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que encobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais intimas e pessoais características de nossa existência cotidiana (GIDDENS, 2001, p.14).

Como categorias de mecanismos de desencaixe, Giddens destaca dois elementos: as *fichas simbólicas* e os *sistemas peritos*. Os primeiros se referem a meios de intercâmbio que podem circular entre diferentes meios sociais sem possuir uma relação direta com as caracte-

rísticas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer contexto específico, como, por exemplo, o dinheiro. Já os sistemas peritos podem ser definidos como sistemas de excelência técnica ou de competência profissional que organizam as grandes áreas dos ambientes material e social em que atualmente vivemos, como, por exemplo, um automóvel ou um edifício. Para que os mecanismos de desencaixe possam ser mantidos em funcionamento, torna-se necessário o estabelecimento de mecanismos de confiança, que podem ser definidos como a crença na credibilidade de pessoas ou de sistemas, levando em consideração um determinado conjunto de eventos ou de resultados, e onde essa crença manifesta fé na probidade ou amor do outro, ou na correção de princípios abstratos, como o conhecimento técnico. Na modernidade, a confiança se manifesta no contexto da consciência generalizada de que as atividades humanas são criadas socialmente e no escopo transformacional ampliado da ação humana, e desempenhado pelo aspecto dinâmico das modernas instituições sociais.

Assim, pode-se, então, estabelecer que as significativas transformações ocorridas nos padrões de relações sociais, determinadas por características históricas e socioculturais específicas de determinados grupos sociais, e que vieram a fundamentar formas de atividades produtivas intrinsecamente ligadas a comportamentos baseados na racionalidade (WEBER, 1989), acabaram por definir uma base institucional para as dinâmicas sociais que culminaram no surgimento do capitalismo moderno. Independente das bases culturais em que está assentada, esta transformação significa também o estabelecimento de um padrão evolucionário que representou a institucionalização de novas formas de estratificação social e de legitimação de um novo conjunto de funções sociais, conforme o entendimento do "funcionalismo estrutural" de Parsons (2000), embora este conceito tenha perdido muito de seu poder explicativo com as novas propostas apresentadas pela aplicação da Teoria dos Sistemas Complexos às organizações sociais. Todo este conjunto de mudanças revela um inter-relacionamento dinâmico com o que Giddens entende como modernidade, na medida em que as novas relações sociais resultantes são ao mesmo tempo um produto e um fator de transformação deste processo.

4 MODERNIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

As mudanças provocadas pelos processos de desenvolvimento têm causado profundas modificações econômicas e sociais nos países da América Latina. A forma como a região se insere em um contexto de transformações globais tem sido estudada por diversos autores a partir de variados pontos de vista, tanto direcionados para aspectos específicos das transformações sociais quanto para aqueles que envolvem as mudanças na estrutura econômica (GERMANI, 1974; CARDOSO E FALETTO, 1970; MANTEGA, 1984).

Para Gino Germani (1974), a modernização da América Latina faz parte de um processo global em que a sociedade industrial moderna é resultante da secularização do conhecimento científico, da tecnologia e da economia. Esta grande transformação é o resultado de processos de mudança estrutural: a expansão econômica, a modernização social e a modernização política. A principal característica da sociedade moderna está na incorporação de mecanismos destinados a originar e absorver um fluxo continuado de mudanças e manter uma integração adequada, mantendo uma inter-relação dinâmica, em que os processos de desenvolvimento econômico condicionam os processos de modernização e política e são, ao mesmo tempo, por eles influenciados. Para Germani, são

os seguintes os elementos que determinam os processos componentes da transição para uma sociedade moderna: (a) a disponibilidade de recursos naturais e humanos em cada país; (b) a posição do país nas relações internacionais de poder político e econômico (no caso dos países latino-americanos, posição de dependência); (c) as características históricas, culturais e a estrutura social do país ao iniciar a transição; (d) o estágio de desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos durante a transição; (e) as ações sociais; (f) os tipos de elite que dirigem ou participam da transição; e, (g) sua relação com outras sociedades modernas.

Germani (1974) destaca os seguintes fatores como elementos que geraram interrupções ou a regressão no desenvolvimento econômico e na modernização política: (a) a persistência das estruturas de poder tradicionais (elite latifundiária, Igreja Católica, forças armadas); (b) a limitação da ação da burguesia no desenvolvimento econômico; (c) a permanência do intervencionismo militar; e, (d) a hegemonia dos EUA no continente, que contribuiu para evitar reformas substanciais. Ao mesmo tempo, este autor destaca uma série de fatores que concorreram para a estabilização dos processos de modernização: (a) o crescimento das classes médias urbanas; (b) a inversão da relação entre população rural e urbana, favorecendo esta última; e, (c) a mobilidade social.

Com a finalidade de formular um esquema capaz de interpretar os processos de desenvolvimento a partir das dinâmicas políticas estabelecidas entre as classes e grupos sociais, Cardoso e Faletto (1970) buscaram também analisar as variações nas relações entre as economias de países centrais e periféricos. Estes autores demonstram que estas relações acabavam por criar ligações políticas e econômicas entre setores das economias destas categorias de países, através das quais as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas se inter-relacionam para estabelecer processos distintos de desenvolvimento político e social nos diferentes países da região. Cardoso e Faletto também enfatizam a necessidade de uma análise integrada do desenvolvimento, em que as análises econômicas se somam às interpretações sociológicas para tentar compreender a transição de sociedades tradicionais para sociedades modernas. Nesta transição, os autores propõem um modelo intermediário, híbrido, característico das sociedades dos países "em desenvolvimento". As mudanças sociais consistem principalmente em um processo de relacionamentos entre grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes procuram impor ao restante da sociedade a forma de dominação que lhes é característica.

Segundo a análise de Cardoso e Faletto, o pressuposto metodológico comumente presente nas definições de "tradicional" e "moderno" é que as características dos sistemas sociais, políticos e econômicos dos países centrais representam o ponto futuro para as nações subdesenvolvidas, sendo, então, o processo de desenvolvimento representado pela reprodução da seqüência de transformações sociais ocorridas naqueles países. Porém, o que se observa na realidade dos países latino-americanos é a presença de alguns componentes típicos das sociedades desenvolvidas, caracterizando, assim, o fenômeno que os autores denominaram "efeito de demonstração". Cardoso e Faletto consideram mais apropriado analisar as condições específicas do contexto latino-americano e o tipo de integração das classes e grupos sociais como determinantes do processo de desenvolvimento. Nesta análise, o "efeito de demonstração" não é um elemento explicativo suficiente, e sim as características históricas e culturais específicas da região. Definindo o desenvolvimento como resultante da interação de grupos e classes sociais possuidores de valores e interesses materiais distintos, os autores entendem que as modificações na estrutura social e política ocorrem na medida em que de-

terminadas classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses e sua forma de dominação ao restante da sociedade.

Um ponto extremamente importante destacado por Cardoso e Faletto é que, na América Latina, as relações entre as classes assumem aspectos e funções diferenciados daqueles existentes nos países centrais. Cada forma histórica de dependência produz um determinado arranjo de caráter dinâmico entre as classes sociais. Se as formas de dependência encontram explicações de caráter exógeno à nação, as relações internas entre as classes possuem um caráter endógeno, tornam possível e dão a ela um formato específico as relações de dependência. Assim, a situação periférica das economias latino-americanas lhes confere um processo de desenvolvimento com padrões bastante distintos dos europeus e do norte-americano.

Guido Mantega (1984) demonstra como grupos sociais no seio da burguesia brasileira exerceram forte influência nas políticas de desenvolvimento do país. Um grupo, que o autor denomina "defensores do liberalismo", formado basicamente pelas oligarquias agroexportadoras, vinculadas à burguesia comercial e financeira; e outro, denominado "defensores do intervencionismo do Estado", composto pela burguesia industrial nascente, a classe média urbana, as forças armadas e a burocracia do Estado Novo. Conforme lembra o autor, o projeto de desenvolvimento que se procurou a partir de então obedecia aos seguintes princípios básicos: a reorganização da estrutura estatal, a realocação dos recursos econômicos e financeiros, a construção da infra-estrutura indispensável à industrialização e a proteção da indústria nacional. Este projeto tinha como objetivo a alteração da estrutura econômica, e não pretendia – e talvez não tivesse condições – alcançar o poder político.

No início da década de 60, o país já dispunha de uma estrutura econômica consolidada, dotada de capacidade de acumulação de excedentes, presença de oligopólios (nacionais e estrangeiros), forte participação do Estado, e uma economia relativamente integrada, com a participação dos setores de produção de bens de capital, intermediários e de consumo final. Em contrapartida, Mantega destaca que houve o agravamento das condições sociais. Em suma, em decorrência das condições específicas de suas formas de organização social, o Brasil acabou por executar um projeto de desenvolvimento que propunha acentuadas mudanças na esfera econômica, ao mesmo tempo em que procurava restringir as grandes transformações sociais indispensáveis para a efetiva integração das classes e grupos sociais menos favorecidos a este processo. Como destacam Cardoso e Faletto, a análise econômica deve necessariamente ser integrada à investigação de como se dão os processos através dos quais os grupos sociais se organizam. Como consequência, podemos observar que os resultados da política desenvolvimentista brasileira, ao aliar crescimento econômico altos índices de desigualdade social, é, ao mesmo tempo, um resultado e um condicionante do processo de desenvolvimento brasileiro, consideradas as especificidades de sua organização social.

5 A GLOBALIZAÇÃO E AS NOVAS PROPOSTAS

A evolução dos processos de modernização social e integração econômica, aliada à expansão e à consolidação do capitalismo como sistema econômico dominante em escala global, encontrou, no desenvolvimento tecnológico, especialmente nos campos da eletrônica, da informática e das comunicações, condições para tornar todo o planeta um campo verdadeiramente integrado, no qual as inter-relações sociais e econômicas entre diferentes sociedades são capazes de determinar modificações profundas no modo de vida de todos os seus habitantes (CASTELLS, 2001; SANTOS, 2002; EVANS,

2003). Os novos sistemas de produção industrial flexível, estruturalmente desverticalizados e geograficamente descentralizados, oportunizaram o surgimento de megacorporações industriais, comerciais, financeiras e de serviços, que, na busca de novos mercados, tanto consumidores quanto fornecedores, contribuíram para eliminar as tradicionais barreiras políticas e geográficas, reduzindo o poder dos países no ordenamento social e econômico, impondo novos padrões e formas de organização.

Para Manuel Castells (2001), a realidade do mundo globalizado faz com que o Estado perca poder para outros centros decisórios, tornando-se inoperante no plano global e perdendo sua representatividade no plano nacional. Como é incapaz de exercer controle efetivo sobre as redes desta nova economia mundial, ou sobre os fluxos globais de informação, necessita de uma profunda reestruturação que possa adequá-lo a uma nova gama de necessidades. Para a reconstrução de sua capacidade de intervenção em uma economia globalizada, o Estado deve ser reconfigurado de maneira a assumir novos papéis, desenvolvendo a capacidade de compartilhar ações e decisões, atuando como um regulador das novas relações socioeconômicas, e integrando-se em redes globais descentralizadas onde ocorre a difusão do poder dos centros para as redes. Castells recomenda que, na sua transição para a forma de Estado-Rede, o Estado desenvolva as seguintes habilidades: (a) a descentralização; (b) a flexibilidade; (c) a capacidade de coordenação; (d) a transparência administrativa; (e) a modernização tecnológica; (f) a transformação dos agentes da administração; e, (g) a retroação na gestão. Segundo o autor, "o Estado-Rede é a forma de sobrevivência do Estado na era da informação e da globalização. E a administração flexível e conectada é o instrumento indispensável do Estado-Rede. A reforma da administração precede a administração da reforma" (CASTELLS, 2001, p. 169).

O processo de globalização é abordado por Santos (2002) como uma fase posterior à internacionalização e à multinacionalização, representando o fim do sistema nacional como núcleo central coordenador das atividades sociais organizadas. O autor critica a tendência à análise deste processo somente sob a ótica econômica, destacando a necessidade de se procurar compreender seus efeitos nas dimensões política, social e cultural. Santos também critica a visão da globalização como um processo de uniformização e homogeneização dos padrões de organização social e econômica, acentuando que, notadamente nas últimas três décadas, a globalização tem representado uma combinação entre universalização e eliminação das fronteiras nacionais, somadas ao particularismo, à diversidade local, à identidade étnica e um retorno ao comunitarismo. Na proposta deste autor, o que existe atualmente é um *Sistema Mundial em Transição* (SMET), no qual coexistem um sistema mundial antigo, em processo de transformação, e um conjunto de novas realidades emergentes que poderão ou não conduzir à formação de um novo sistema mundial, ou mesmo a uma outra entidade qualquer, seja ou não de caráter sistêmico.

Para Peter Evans (2003), uma das consequências críticas da globalização é ideia de que as instituições econômicas aplicadas na Europa Ocidental e nos EUA teriam capacidade de impulsionar processos de desenvolvimento em outros contextos nacionais. Assim como Santos, Evans discorda da homogeneização dos padrões socioeconômicos, contestando a possibilidade de que a fórmula anglo-americana possa transcender os contextos e as culturas nacionais, ideia a que denomina "monocultura institucional". Em contraposição, Evans oferece a alternativa do "desenvolvimento deliberativo", conceito através do qual explora a questão da escolha social, defendendo que as instituições deliberativas, tais como debates públicos,

devem ter um papel central no processo de desenvolvimento. Baseada na democracia deliberativa, esta estratégia tenta canalizar a energia da população nos processos de escolha social, com a finalidade de melhorar a finalidade dos investimentos públicos, reduzindo a violência e a corrupção no processo de governança. Segundo Evans, as instituições deliberativas servem como complementos a outros insumos do desenvolvimento, pois podem fornecer condições de governança capazes de otimizar a utilização do capital e da tecnologia disponíveis. Além disso, preconiza a efetivação de empréstimos financeiros institucionais que possam melhor assimilar as peculiaridades do ambiente local, fornecendo uma base mais sólida para a avaliação das prioridades de desenvolvimento e oferecendo oportunidades de escolha mais amplas para os cidadãos (EVANS, 2003).

Evans destaca que a premissa básica da monocultura institucional é que as instituições anglo-americanas são instrumentos ideais para o desenvolvimento, e que prescindem de uma adaptação ao ambiente sociocultural local. Para o autor, a tentativa de copiar as instituições dos países mais avançados está muito longe de representar a maneira mais eficaz de transformar os ambientes locais em oportunidades mais favoráveis para os investidores, ressaltando a incapacidade desta prática em produzir o rápido crescimento das rendas reais, em função da negligência existente na distribuição dos bens coletivos, por priorizar os incentivos individuais sobre os resultados distributivos. Segundo Evans, para tornar a democracia deliberativa uma estratégia atraente de desenvolvimento, é necessário que as instituições deliberativas sejam socialmente autossustentáveis, contando com cidadãos capazes de investir o tempo e a energia necessários; além de ter de superar a oposição dos setores que atualmente têm interesse na manutenção das estruturas existentes de tomada de decisão. O autor propõe que as instituições deliberativas podem se tornar desejáveis em função tanto de seu impacto sobre as capacidades quanto por seus efeitos globais, uma vez que a maior igualdade social está associada a melhores níveis gerais de saúde e de educação que, por sua vez, aumentam os níveis de produtividade da população.

6 GLOBALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Uma das consequências da globalização é uma visão dual dos processos de desenvolvimento socioeconômico: se por um lado, representam a quebra de barreiras políticas e geográficas, ressaltando a influência dos conglomerados produtivos supranacionais e reduzindo o poder formal dos Estados nacionais; por outro lado, representa também um fortalecimento dos sistemas produtivos geograficamente localizados, em função dos processos de flexibilização produtiva, de concentração de atividades econômicas correlatas e da formação de redes interorganizacionais baseadas na difusão de inovações tecnológicas (BOSIER, 1996; PORTER, 1998; CARLEIAL, 1996; CASSIOLATO E LASTRES, 2001). Esta dupla tendência reforça a importância das regiões ou *locais* como fatores preponderantes nas novas abordagens dos processos de endogeneização do conhecimento.

Segundo Boisier (1996), as atuais tendências políticas e econômicas geram processos contraditórios que trazem novos conceitos como o de organismos supranacionais (como a União Europeia) e organismos sub-nacionais (regiões e cidades), que passam a competir no mercado internacional por capital, tecnologia e mercados. Por outro lado, torna-se necessário também o reconhecimento da importância do entorno do individuo para a realização de seus projetos. Boisier destaca também os processos de abertura externa, representada pela globalização (força econômica) e o de abertu-

ra interna, representado pela descentralização (força política). Para que possa obter sucesso no jogo competitivo, uma região precisa ter características básicas: velocidade, flexibilidade e maleabilidade. A essas características, Boisier acrescenta a cultura, produtora de identidade e de autorreferência; a resiliência, capacidade de reconstituição de sua estrutura quando danificada por elementos externos; e a complexidade sistêmica. A nova visão da região como componente privilegiado no jogo econômico traz também dois novos conceitos: a região como quase-Estado, devido à necessidade de se impor uma visão política do desenvolvimento regional, e a região como quase-empresa, devido à necessidade de utilização de elementos de planejamento estratégico típicos das grandes corporações (BOISIER, 1996).

De acordo com Porter (1998), há quatro atributos capazes de, atuando de forma sistêmica, definir o padrão de competitividade de uma região: (1) condições de fatores, referentes a fatores de produção tais como mão de obra habilitada ou infra-estrutura necessária para competir em determinado setor; (2) condições de demanda, relativas à natureza da demanda do mercado interno para os produtos do setor; (3) setores industriais correlatos e de apoio, referentes à presença ou ausência na região de indústrias de fornecedores e outros setores correlatos que sejam internacionalmente competitivos; e (4) estratégia, estrutura e rivalidade firmes, que são as condições que estabelecem a maneira pela qual as empresas são criadas, organizadas e gerenciadas, bem como a natureza da rivalidade interna.

Liana Carleial (1996) ressalta que a globalização, na medida em que amplia a importância da tecnologia na economia e na sociedade atual, também tem reforçado a territorialidade, no sentido de favorecer a concentração geográfica de atividades econômicas em determinadas regiões. Primeiramente, a distribuição de centros tecnológicos pelo mundo tem privilegiado alguns territórios, ou regiões, como primordiais para o desenvolvimento mundial; em segundo lugar, a ocorrência de distritos industriais, marcados territorialmente, bem sucedidos do ponto de vista da inserção econômica internacional; em terceiro lugar, a descentralização em curso nas grandes corporações abre a possibilidade de novas atividades produtivas em determinados espaços localizados; em quarto lugar, a necessidade de redução de custos com transportes e comunicações tem permitido a inserção econômica de novos espaços regionais; e, em quinto lugar, todo espaço nacional e regional conhece, ou precisa conhecer, suas possibilidades potenciais referentes à pesquisa científica e à associação empresa-Universidade.

Para Cassiolato e Lastres (apud LIMA, 2005), a visão sistêmica emerge como um determinante de primeira ordem no tratamento das questões de desenvolvimento local. Dentro do conceito de *Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais*, a noção de que as relações estabelecidas entre diversos agentes econômicos e sociais constitui um campo de interação capaz de influenciar fortemente todos os elementos contidos em interior, com a possibilidade de gerar uma dinâmica inovadora que pode transformar tanto as relações quanto os próprios agentes. A visualização da dinâmica desta rede de interações demonstra uma maneira de aplicação prática da abordagem dos sistemas complexos, fortalecendo a visão interdisciplinar no estudo de redes sociais. Lima assim define a visão destes autores:

> Cassiolato e Lastres destacam quatro tendências principais referentes às novas especificidades do processo inovativo: em primeiro lugar, a significativa e crescente aceleração da mudança tecnológica, que faz com que o tempo dos processos que levam da produção do conhecimento até a comercialização dos produtos se torne cada vez menor, assim como também o ciclo de vida dos produ-

> tos. Em segundo lugar, o processo inovativo tem sido marcado pela colaboração entre firmas e a montagem de redes industriais, em função da dificuldade de domínio da grande variedade de recursos científicos e tecnológicos demandados pelos modernos processos produtivos, até mesmo por parte de empresas de grande porte. Em terceiro lugar, as firmas que buscam aumentar a rapidez nos processos inovativos têm conseguido importantes resultados através da integração funcional e da montagem de redes. E, em quarto lugar, nota-se uma crescente colaboração com centros produtores de conhecimento, devido à necessidade existente no processo inovativo de se apoiar nos avanços científicos (LIMA, 2005, p. 40)

As abordagens teóricas acerca dos sistemas regionais de inovação caracterizam como indispensável a existência de fortes *linkages* entre o aparato produtivo e os aparatos institucional e acadêmico. Diversos estudos têm apontado estas relações como um elemento dinamizador da capacidade inovativa dos sistemas regionais (CASSIOLATO E LASTRES, 2001). Nas economias em desenvolvimento, a ausência de uma formalização das relações e de agentes institucionais de integração de atividades dificulta o aproveitamento pleno das possibilidades oferecidas pelas redes interorganizacionais. Porém, acredita-se que a própria existência destas relações constitui um elemento capaz de oferecer algum grau de contribuição positiva no sentido de estimular a capacidade inovativa das empresas que compõem as redes de subcontratação, através de mecanismos de transmissão de conhecimento tácito ou formal.

Os sistemas regionais de inovação constituem, possivelmente, uma ferramenta eficaz para a implementação de políticas de desenvolvimento regional, porém, as exigências para que a transformação de aglomerados industriais baseados em redes interorganizacionais venham a constituir arranjos produtivos capazes de desenvolver competitividade sistêmica são consideravelmente superiores à mera existência de recursos materiais e de uma base produtiva já instalada. O que determinará a capacidade do sistema não é o fato de estes recursos terem sido viabilizados, e sim a capacidade de se criar mecanismos institucionais de articulação que possam viabilizar a introdução de práticas cooperativas baseadas no compartilhamento de recursos informacionais e tecnológicos. Estes mecanismos de articulação devem necessariamente estar relacionados ao contexto histórico e sociocultural da própria região, pois, em caso contrário, não terão possibilidade de estabelecer elos de ligação suficientemente fortes para criar os indispensáveis laços institucionais capazes de mobilizar os grupos sociais para a adoção de práticas cooperativas; e nem de canalizar as energias necessárias para as modificações sociais, econômicas e, principalmente, políticas, que poderão direcionar os recursos regionais para práticas de desenvolvimento voltadas para seus próprios interesses, e não somente articuladas em função de necessidades que lhes são exógenas.

REFERÊNCIAS

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas**, n. 13, 1996.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e subdesenvolvimento na América latina**. Rio de Janeiro, [s.n.],1970.

CARLEIAL, L. M. da F. Sistemas regionais de inovações (SRI) e relações entre firmas: as "pistas" para um formato de desenvolvimento regional. In: **Revista de economia do nordeste**, v. 33, n. 4, 1996.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. Arranjos e Sistemas Produtivos Locais na indústria brasileira. In: **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

CASTELLS, M. Para o estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: BRESSER P. et al (Orgs.). **Sociedade e estado em transformação**. São Paulo: UNESP, 2001.

EVANS, Peter. Além da 'Monocultura Institucional': instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. In: **Sociologias**, ano 5, n. 9, jan./jun. 2003.

GERMANI, G. **Sociologia da modernização**. São Paulo: Mestre, 1974.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

HIRSCHMAN, Alberto O. **De la economía a la política y más allá**: ensayos de penetración y superación de fronteras. México, D. F.: Fondo de Cultura Econômica, 1984.

LEWIS, Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1969.

LIMA, Marco Antonio Silva. **Relações inter-firmas em Barcarena/Pa:** um estudo das práticas de inovação e cooperação na rede de fornecedores e subcontratados da IRCC. (Dissertação de Mestrado) - NAEA/ UFPA, Belém, 2005.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1984.

PARSONS, T. Evolutionary universals in society. In: ROBERTS; HITE (Orgs.). **From modernization to globalization**. Blackwell, 2000.

PORTER, M. E. A vantagem competitiva das nações. In: **Estratégia e a busca da vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1969.PORTER, M. E. A vantagem competitiva das nações. In: Estratégia e a busca da vantagem competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro/ São Paulo: Forense, 1969.

SETOR ELÉTRICO E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO PARÁ: uma análise de indicadores de sustentabilidade no setor residencial

Fabrício Quadros Borges[*]
Fabrini Quadros Borges[**]

RESUMO

Esse artigo analisa o papel do setor elétrico no processo de desenvolvimento socioeconômico no Estado do Pará através de uma leitura dos efeitos dos investimentos em energia elétrica sobre a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico no ambiente do setor residencial paraense. O estudo procura responder até que ponto os investimentos no setor elétrico paraense se revertem em desenvolvimento socioeconômico no setor residencial. Neste sentido, a formulação de políticas públicas para o setor elétrico depende da compreensão operacional da relação entre a eletricidade e o desenvolvimento socioeconômico. A identificação da dinâmica das relações entre variáveis vinculadas ao insumo energético e variáveis pertinentes ao processo de desenvolvimento socioeconômico no Pará foi baseada em correlações lineares que avaliaram a sustentabilidade energética no setor residencial paraense. O estudo verificou que os efeitos dos investimentos em energia elétrica no Pará contribuíram razoavelmente para a desconcentração de renda da população, porém, os paraenses gastam, em termos relativos, uma parcela cada vez maior dos salários para atender suas necessidades energéticas básicas. Observou-se ainda que estes investimentos não favoreceram a melhoria da qualidade dos serviços de fornecimento de eletricidade e não contribuíram para uma melhoria do rendimento energético no setor residencial.

PALAVRAS-CHAVE: Energia Elétrica. Setor Elétrico. Desenvolvimento Socioeconômico. Indicadores de Sustentabilidade. Estado do Pará.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse estudo é analisar o papel do setor de energia elétrica no processo de desenvolvimento socioeconômico no Esta-

[*] Pós-Doutorando em Política e Gestão de Inovação pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN / USP. Doutor em Desenvolvimento Socioambiental e Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela UFPa. Administrador de Empresas e Economista pela Unama - Universidade da Amazônia. Professor efetivo do Quadro Permanente do Instituto Federal do Pará - IFPA, Professor Titular e Pesquisador da Unama - Universidade da Amazônia, da FAP - Faculdade do Pará e do IESAM - Instituto de Estudos Superiores da Amazônia.

[**] Mestre em Economia pela Universidade da Amazônia - Unama. Especialista em Gestão e Tecnologia da Qualidade pela Universidade do Estado do Pará - UEPA. Economista pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Professor da Escola Superior da Amazônia - ESAMAZ e da Escola Superior Madre Celeste - ESMAC.

do do Pará através de uma interpretação dos efeitos dos investimentos em energia elétrica sobre a dinâmica do desenvolvimento de modo a mensurar a sustentabilidade energética no setor residencial paraense. O setor elétrico é desenvolvido a partir de políticas públicas que pretendem demonstrar que os investimentos objetivam o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. O desenvolvimento socioeconômico, por seu turno, está diretamente vinculado à evolução do setor elétrico na medida em que a eletricidade é o insumo básico para o melhoramento de outros fatores essenciais, como saúde, educação, alimentação, água e saneamento. Entretanto, estudos realizados desde a década de 80 vêm revelando que as melhorias verificadas na qualidade de vida da população paraense não refletiram proporcionalmente o grande volume de investimentos em energia elétrica, nem os significativos crescimentos da produção e do consumo de eletricidade registrados no Estado. A política energética sustentada pelo Governo Federal não apresentou uma relação direta entre a expansão do setor elétrico e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, e ainda relegou, para segundo plano, questões fundamentais ao amplo desenvolvimento nacional. Neste sentido, o presente artigo propõe responder ao seguinte questionamento: até que ponto os investimentos no setor elétrico paraense se revertem em desenvolvimento socioeconômico no setor residencial? Apesar da importância do papel estratégico dos setores agropecuário, industrial e comercial, destaca-se, nesta oportunidade, o setor residencial, por ser aquele que reflete, com maior precisão, o perfil do padrão de vida de uma população.

A análise do papel do setor elétrico no desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará representa uma oportunidade de diálogo da contraposição de ideias alicerçadas pela tensão de opostos e por profundas contradições. Este processo dialético atribui uma maior complexidade ao debate energético e tem o propósito de revelar novas possibilidades de compreensão das relações entre energia elétrica e desenvolvimento da sociedade como um todo, de modo a revelar contradições econômicas, sociais, ambientais e políticas, que compõe uma mesma realidade. Nesta perspectiva, este artigo está dividido em cinco partes. A primeira compreende esta introdução em que são estabelecidos os objetivos do estudo. Na segunda parte, apresenta-se os procedimentos metodológicos aplicados. Em seguida, realiza-se uma breve discussão sobre o desenvolvimento como processo de transformação estrutural da sociedade. Na quarta parte, desenvolve-se uma análise geral da sustentabilidade energética do setor residencial no Estado do Pará. Por fim, efetuam-se as inferências desta investigação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA NO SETOR RESIDENCIAL

A construção de indicadores de sustentabilidade energética no setor residencial paraense foi subsidiada neste trabalho a partir de uma metodologia de *análise multivariada* que procurou identificar variáveis com correlações lineares. O resultado de tal análise é um coeficiente que mensura o grau de dependência entre grandezas relacionadas, um valor que quantifica um nível de correlação denominado coeficiente de Pearson (*p*). Para que se possa começar a desenvolver o processo de construção dos indicadores de sustentabilidade energética, faz-se necessário relacionar a lista de variáveis e componentes observados que identificaram correlações lineares. São elas:

a) quantidade consumida de energia elétrica; b) unidade de consumo; c) valor investido em energia elétrica; d) tarifa média de energia

elétrica; e) Renda média do trabalhador; f) número de empregos gerados; g) coeficiente de Gini; h) rendimento energético; i) quantidade de emissões de dióxido de carbono oriundo da geração de eletricidade (CO_2); j) quantidade de emissões de metano oriundo da geração de eletricidade (CH_4); k) frequência equivalente de interrupção no consumo (FEC); l) duração equivalente de interrupção no consumo (DEC); m) taxa de eletrificação em domicílios; n) parcela de renda entre os 5% mais ricos: esta variável é um indicador (em %) de concentração de renda; o) parcela de renda entre os 50% mais pobres: compreende uma variável de identificação da disposição global da renda em uma determinada região; p) índice Aneel de satisfação do consumidor residencial em relação à confiabilidade nos serviços prestados pela distribuidora local (%): a variável avalia o nível de satisfação de consumidores residenciais no tocante à confiabilidade nos serviços oferecidos; q) índice Aneel de satisfação do consumidor residencial em relação ao acesso à empresa de energia elétrica local (%): esta variável é calculada pela Aneel para determinar a proximidade dos clientes à empresa, assim como a qualidade da comunicação com o consumidor (ANEEL, 2005); r) quantidade de energia exportada pelo Estado do Pará: a energia exportada merece relevância na medida em que, ao mesmo tempo em que o Pará vende energia elétrica em grandes proporções, caracterizando-se como um Estado exportador de insumo primário, ele também arca com os impactos ambientais desta produção de energia a partir da hidroeletricidade. A variável é mensurada em GWh.

O conjunto destas variáveis foi submetido a uma correlação durante o período de 1995 a 2005 de modo a verificar seus comportamentos de interdependência. Esta correlação buscou como resultado um coeficiente que quantificasse o grau de correlação denominado coeficiente de Pearson (*p*):

$$r = \frac{\sum_{i=1}^{n}(x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^{n}(x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^{n}(y_i - \bar{y})^2}}$$

Onde: x_1 , x_2 , ..., x_n e y_1 , y_2 , ..., y_n compreendem os valores medidos de ambas as variáveis. E as equações a seguir são as médias aritméticas destas variáveis:

$$\bar{x} = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^{n} x_i \quad \text{e} \quad \bar{y} = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^{n} y_i$$

3 O DESENVOLVIMENTO COMO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA SOCIEDADE

O desenvolvimento como processo de transformação estrutural de sociedades agrárias (tradicionais) em sociedades industriais (modernas) representou a grande temática da economia política. O discurso teórico dos autores que estudam o desenvolvimento em economias capitalistas o considera um processo a partir de etapas que são identificadas através de certas características. Analisando a evolução histórica na América Latina, evidencia-se a questão do desenvolvimento x subdesenvolvimento como duas faces de um só processo global. Cardoso (1993), a este respeito, procura esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista. O autor alerta sobre a necessidade de considerar especificidades estruturais e históricas ao se falar de América Latina e apresenta três etapas do processo de desenvolvimento: na primeira, tem-se a

substituição de importações; em seguida, a produção de bens de capital; e na terceira, a redistribuição de renda. Após as duas primeiras etapas, nos anos 60, verificou-se, no Brasil, um período de estagnação relativa, evidenciando, assim, que a impressão de que o esquema interpretativo e as previsões formuladas à luz de fatores puramente econômicos não foram suficientes para o curso posterior dos acontecimentos. Não seria ainda suficiente substituir a interpretação "econômica" do desenvolvimento por uma análise "sociológica", e sim integrá-las.

Quanto ao subdesenvolvimento, Furtado (1964), utilizando-se de um raciocínio estruturalista, observa que o mesmo compreende um processo histórico autônomo, não constituindo uma etapa necessária à formação das economias capitalistas. Segundo o autor, a única tendência visível é para que os países subdesenvolvidos continuem a sê-lo. O desenvolvimento do século XX vem provocando uma concentração crescente da renda mundial, com uma ampliação progressiva do fosso entre as regiões ricas e os países subdesenvolvidos. Conforme Furtado, o subdesenvolvimento é a manifestação de complexas relações de dominação-dependência entre povos, tendendo à autoperpetuação sob formas cambiantes.

No tocante ao desenvolvimento econômico como dinâmica da acumulação capitalista dentro de modelos divergentes depois da 2ª guerra mundial, tem-se a estratégia da industrialização através da substituição de importações e a modernização prévia da agricultura, considerando o fomento das exportações. No modelo estratégico da industrialização, Souza (1999) apresenta a Teoria do desenvolvimento econômico na visão da Cepal e os principais aspectos do debate travado no Brasil entre Cepalinos e opositores. O autor destaca a tese de Prebisch, que, por sua vez, critica a teoria da vantagem comparativa de David Ricardo, que preza pela especialização em produtos com vantagens de menor custo, ou seja, a América Latina, segundo suas características produtivas, deveria, conforme a teoria de Ricardo, especializar-se em matéria-prima. De acordo com Souza (1999), Prebisch argumentava uma tendência de queda dos preços agrícolas em relação aos industriais, ocasionando, assim, uma deterioração das relações de troca. Sua proposição via na industrialização a única forma de desenvolvimento a partir da substituição das exportações. Também indicava como necessários a compressão do consumo supérfluo, o incentivo ao ingresso de capitais externos, a reforma agrária para aumentar a oferta de alimentos e a maior participação do estado na captação de recursos. Para Mantega (1995), em cômputo geral, o subdesenvolvimento nada mais é do que a ausência do capitalismo e não o seu resultado. Entretanto, as ideias da Cepal foram amplamente criticadas. Segundo alguns autores, não existe uma verificação empírica na qual as relações de troca iriam piorar contra os países exportadores de primários. Para outros, os países pobres, com mão de obra barata e abundância de recursos naturais, atrairiam investimentos externos, mas permaneceriam dependentes e atrelados ao imperialismo internacional.

Quanto ao modelo de modernização prévia da agricultura e o fomento das exportações, caracteriza-se a partir do ideário neoclássico/neoliberal. Países que modernizaram sua agricultura, como a Austrália, conseguiram se desenvolver a partir de uma base agrícola de sustentação exportadora. Através de uma abordagem Neocepalina, constata-se que as indústrias de bens de consumo foram instaladas na periferia, mas as indústrias de bens de capital permaneceram no centro. Isso aumentou a interdependência comercial entre as economias do centro e as da periferia, mas de forma assimétrica, uma vez que as relações de troca

continuaram desfavoráveis para estas últimas. Conforme Souza (1999), devido ao processo de globalização, em que os países se beneficiam da interdependência, a Teoria da dependência ficou fora de moda.

Os dados internacionais indicam as amplas diferenças de renda entre os países em desenvolvimento. Os níveis de renda médios em muitos desses países, especificamente na América Latina, são semelhantes aos níveis de renda americanos do século passado. Mas, em outros países em desenvolvimento, na Ásia e na África, as rendas per capita são ainda menores e a exploração de recursos, predatória. Além disso, existem grandes disparidades na distribuição de renda de cada país, com uma pequena parcela da população vivendo realmente muito bem e a maioria com rendas bem abaixo do nível de renda médio. Neste contexto, a necessidade de se considerar as dimensões não apenas econômica, mas social e ecológica, apresenta um novo referencial normativo - o desenvolvimento sustentável.

Segundo Daly (1991), o desenvolvimento sustentável seria uma melhoria qualitativa que não implique um aumento quantitativo maior do que o aceitável pela capacidade de suporte, ou seja, a capacidade do ambiente de regenerar os *inputs* de matéria-prima e absorver os *outputs* residuais. Neste contexto anterior, Fenzl (1997) deduz que o principal desafio para poder efetivamente implantar processos de desenvolvimento sustentável é a necessidade de se buscar métodos e maneiras capazes de medir e propor mudanças para regulamentar os fluxos energético materiais através de sistemas econômicos. Nesta perspectiva, aperfeiçoar o entendimento da dinâmica das relações entre o desenvolvimento socioeconômico e o setor elétrico irá levantar subsídios com base empírica para a futura construção de indicadores de sustentabilidade energética. Entretanto, observa-se que o conceito desenvolvimento sustentável vem sendo interpretado das maneiras mais diversas, sempre dependendo dos interesses específicos do usuário. É nesse momento que o presente artigo adquire conotação prática a partir das realidades verificadas no Estado do Pará. O potencial Hidrelétrico, expressado na expansão do setor elétrico, não se encontra traduzido de modo proporcional em desenvolvimento, sobretudo em desenvolvimento sustentável. Refletir, enfim, sobre a participação deste setor fundamental no desenvolvimento do Pará representa um oportuno desafio. O setor elétrico constitui-se em uma organização social formada de relações sistêmicas que envolvem o processo de transformação da energia primária até a utilização final por tipo de consumidor. Estas relações são estabelecidas entre os componentes do setor elétrico, tais como: geração, transmissão e distribuição. A seguir, discute-se mais especificamente a sustentabilidade energética como um dos vetores estratégicos do processo de desenvolvimento socioeconômico avaliado aqui a partir do perfil do setor residencial no Estado do Pará.

4 ANÁLISE GERAL DA SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA DO SETOR RESIDENCIAL NO ESTADO DO PARÁ

O setor residencial é composto pelos consumidores domiciliares conectados regularmente às redes de distribuição de energia elétrica. O Estado do Pará, com uma população estimada de 6.785.640 habitantes em 2005, data final da coleta de dados nesta investigação, registrou, no mesmo ano, 1.159.275 unidades consumidoras de energia elétrica (unidades de registro) instaladas, ou seja, aproximadamente 6 habitantes por unidade de consumo. A demanda mensal padrão por domicílio brasileiro a ser conside-

rada como base de cálculo no país é de 220 kWh/mês. Com base nesta média e considerando o número de unidades consumidoras de energia elétrica do Estado em 2005, o Pará deveria ter anotado, aproximadamente, um consumo anual no setor de 3.060 GW. Entretanto, o consumo de energia elétrica do setor residencial foi de 1.055 GW, o que correspondeu a uma média mensal de 75,83 kWh por mês, isto é, abaixo da média brasileira. Este setor compreende ambiente fundamental para que se examine a realidade da satisfação das necessidades energéticas básicas. Na medida em que se identifica o perfil socioeconômico dos domicílios de uma determinada população e suas condições de acesso ao insumo energético, criam-se condições de avaliação do nível de qualidade de vida daquela população. A seguir, verifica-se a dinâmica da sustentabilidade energética no ambiente do setor residencial paraense através da análise das dimensões econômica, social, política e ambiental. Em cada dimensão, foram analisadas as correlações entre pares de variáveis, que, por sua vez, apresentaram diferentes níveis de correlação, identificados através do coeficiente de correlação de Pearson *(p)*[1] [1]. A seguir, desenvolve-se uma análise entre variáveis relacionadas ao setor energético e variáveis pertinentes ao processo de desenvolvimento socioeconômico no Pará, considerando cada uma das dimensões - econômica, social, ambiental e política - no cenário do setor residencial.

1 Dimensão econômica

A dimensão econômica do setor residencial foi analisada através das seguintes relações: relação entre o valor investido em energia elétrica em todos os setores no Estado e a quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial; relação entre o valor investido em energia elétrica em todos os setores no Estado do Pará e o valor da tarifa média cobrada por kWh no setor residencial; relação entre a quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e a tarifa média da eletricidade cobrada por kWh no setor residencial; relação entre o número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e a tarifa média da eletricidade cobrada por kWh no setor residencial; e a relação entre a quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e o número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial. Em relação entre o valor investido em energia elétrica em todos os setores no Estado e a quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial, observou-se que, enquanto os investimentos cresceram 418,05% entre 1995 e 2005, o consumo de energia elétrica no setor residencial, entre 1995 e 2004, aumentou apenas 57,45% (Tabela 1). Em 1995, o setor residencial detinha 11,93% do consumo de eletricidade considerando todos os setores do Estado; já em 2004, o setor residencial passou a responder por 12,44% da energia consumida no Estado, ou seja, um aumento relativo de apenas 0,51%.

[1] [1]Em estatística descritiva, o coeficiente de correlação de Pearson mede o grau da correlação entre duas variáveis de escala métrica. Este coeficiente, representado pela letra "*p*" assume apenas valores entre -1 e 1: onde $p = 1$ significa uma correlação perfeita positiva entre as duas variáveis; $p = -1$ significa uma correlação negativa perfeita entre as duas variáveis, isto é, se uma aumenta, a outra sempre diminui; e $p = 0$ significa que as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra. Quando a correlação é aplicada junto a variáveis do setor elétrico e do processo de desenvolvimento socioeconômico de uma região, verifica-se uma baixíssima escala do coeficiente de pearson. Isto se dá não apenas pela alta complexidade da dinâmica de um processo de desenvolvimento através de seus variados aspectos, mas também em virtude da energia elétrica não representar o único fator ao desenvolvimento de uma determinada região. Neste sentido, adotou-se nesta tese, a partir de um estudo global de dados, a seguinte escala: $p \leq 0{,}009$ entenda-se correlação baixa; $0{,}010 \leq p \leq 0{,}089$ entenda correlação média; e $p \geq 0{,}090$ entenda-se correlação significativa.

Tabela 1 - Investimento em energia elétrica em todos os setores no Estado, quantidade de eletricidade consumida no setor residencial, tarifa média da eletricidade no setor residencial e o nº. de unid. Consumidoras de eletricidade no setor residencial do Pará (1995-2005).

Ano	Investimentos efetuados pela Celpa no Pará em milhões de US$ (*)	Consumo de energia elétrica no setor residencial (em GW)	Tarifa média da eletricidade cobrada por kWh no setor residencial (R$)	Nº. de unidades consumidoras de eletricidade no setor residencial
1995	7,20	1.053	80,23	768.158
1996	15,50	1.144	115,07	789.259
1997	21,80	1.229	127,23	805.581
1998	20,90	1.300	133,72	821.188
1999	26,20	1.417	141,41	859.122
2000	29,50	1.596	155,67	884.612
2001	37,10	1.465	164,18	920.650
2002	21,50	1.495	184,80	992.319
2003	22,40	1.595	211,95	1.044.296
2004	39,30	1.658	244,84	1.117.162
2005	37,30	n.d.(**)	276,43	1.159.275

Fonte: Elaboração própria (2008) baseada em dados da Celpa (2001; 2006) e Aneel (2005). (*) O valor de referência do dólar utilizado para o cálculo dos investimentos foi de R$ 2,20. (**) O dado referente ao consumo de energia elétrica em 2005 não se encontra disponível

A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0059, ou seja, os investimentos efetuados pela Celpa em todo o Estado e o consumo de energia elétrica no setor residencial paraense apresentaram uma baixa correlação. Os coeficientes de variação foram 39,50% e 14,76%, respectivamente.

Em relação ao valor investido em energia elétrica em todos os setores no Estado do Pará e o valor da tarifa média cobrada por kWh no setor residencial, observou-se que, paralelamente ao crescimento dos investimentos em energia elétrica no Estado paraense, as tarifas cobradas no setor residencial apresentaram uma variação positiva de 244,55%. A evolução manteve-se crescente por todos os anos do período analisado. Depois do setor industrial, o setor residencial foi aquele que registrou o maior crescimento nas tarifas de energia entre 1995 e 2005. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0161, ou seja, indicaram uma média correlação. O coeficiente de variação da tarifa média de eletricidade no setor residencial foi da ordem de 30,89%.

No tocante à quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e a tarifa média da eletricidade cobrada por kWh no setor residencial, verificou-se que o consumo de energia elétrica no setor residencial e o comportamento da tarifa média da eletricidade cobrada no setor residencial mantiveram-se em crescimento constante. Em relação ao consumo no setor, registrou-se apenas uma queda no ano de 2001, ocasionada pelo racionamento nacional de energia elétrica. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0003, ou seja, apresentaram uma baixa correlação. Em relação ao número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e a tarifa média da eletricidade cobrada por kWh no setor residencial, notou-se que o número de unidades consumidoras de eletricidade no setor residencial no Estado paraense apresentou, entre 1995 e 2005, uma variação positiva da ordem de 50,92%. A expansão do número de unidades consumidoras de energia

elétrica/empreendimentos no setor não parece ter contribuído a uma redução do avanço na tarifa cobrada naquele setor, que, como já foi mencionado, cresceu em 244,55% no mesmo período. No tocante à correlação linear calculada entre as variáveis, verificou-se um *(p)* = 0,0056, isto é, apresentaram uma baixa correlação. O coeficiente de variação do número de unidades consumidoras de energia elétrica/empreendimentos foi de 53,51%.

Em relação à quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e o número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial, constatou-se que, em 1995, cada unidade consumidora no setor residencial consumiu 0,001 GW; em 2004, este consumo permaneceu. Entretanto, no ano 2000, o consumo daquele setor foi da ordem de 0,004 GW. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0698, ou seja, caracterizaram uma correlação média.

2 Dimensão social

A dimensão social do setor residencial foi analisada através das seguintes relações: relação entre a taxa de eletrificação em domicílios e a parcela de renda da população entre os 50% mais pobres do Estado do Pará; relação entre a tarifa cobrada pela eletricidade no setor residencial e a taxa de eletrificação em domicílios no Estado do Pará; relação entre o valor investido em energia elétrica em todos os setores no Estado e a taxa de eletrificação em domicílios no Estado do Pará; relação entre o valor investido em energia elétrica em todos os setores no Estado e a quantidade de energia exportada pelo Estado do Pará; relação entre a quantidade de GW consumida no setor residencial e o coeficiente de Gini no Estado do Pará; relação entre o valor investido em energia elétrica em todos os setores no Estado e a parcela de renda da população entre os 5% mais ricos do Estado do Pará; relação entre a tarifa média cobrada pela energia elétrica no setor residencial e o coeficiente de Gini no Estado do Pará; relação entre o número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e a quantidade de GW exportada pelo Estado do Pará; relação entre a quantidade de GW consumida no setor residencial e a taxa de eletrificação em domicílios no Estado do Pará; relação entre o coeficiente de Gini no Estado do Pará e a taxa de eletrificação em domicílios no Estado do Pará. Ainda fizeram parte da dimensão social do setor residencial: relação entre a quantidade de GW exportada pelo Estado e a parcela de renda da população entre os 5% mais ricos do Pará; relação entre a tarifa média cobrada pela eletricidade no setor residencial e a parcela de renda da população entre os 5% mais ricos do Estado do Pará; relação entre a tarifa média cobrada pela energia elétrica no setor residencial e a parcela de renda da população entre os 50% mais pobres do Estado do Pará; relação entre a quantidade de energia elétrica exportada pelo Estado e a parcela de renda da população entre os 50% mais pobres do Estado do Pará.

Também foi analisada a relação entre o número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e a parcela de renda da população entre os 50% mais pobres do Estado do Pará; relação entre a quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e a parcela de renda da população entre os 5% mais ricos do Estado do Pará; relação entre a quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e a parcela de renda da população entre os 50% mais pobres do Estado do Pará; relação entre o número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e o coeficiente de Gini no Estado do Pará; relação entre a quantidade de energia elétrica exportada pelo Estado e o coeficiente de Gini no Estado do Pará; e a relação entre o número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial

Tabela 2 - Taxa de eletrificação em domicílios no Pará, parcela de renda da população entre os 50% mais pobres, tarifa média da eletricidade cobrada no setor residencial, investimentos efetuados pela Celpa em milhões de US$, energia exportada pelo Estado, consumo de energia elétrica no setor residencial, Coeficiente de Gini do Estado, parcela de renda da população entre os 5% mais ricos do Estado, nº. de unidades consumidoras de eletricidade no setor residencial do Pará (1995-2005).

Ano	Taxa de eletrif. em domic. (%)	Parcela de renda da pop. entre os 50% mais pobres (%)	Tarifa média da elet. cobrada por kWh (R$) no setor resid.	Invest. efetuados pela Celpa em milhões de US$ (**)	Energia exportada pelo Pará (GW)	Cons. de eletric. no setor resid. (GW)	Coef. de Gini no Pará	Parcela de renda da pop. entre os 5% mais ricos (%)	Nºde unid. cons. de eletric. no setor resid.
1995	55,30	15,40	80,23	7,20	11.178	1.053	0,56	34,40	768.158
1996	60,20	14,40	115,07	15,50	10.742	1.144	0,58	35,80	789.259
1997	60,36	14,30	127,23	21,80	8.453	1.229	0,57	33,90	805.581
1998	63,70	15,00	133,72	20,90	10.057	1.300	0,57	34,80	821.188
1999	65,90	15,30	141,41	26,20	11.364	1.417	0,56	32,90	859.122
2000	67,58	15,20	155,67	29,50	14.446	1.596	0,56	32,40	884.612
2001	68,80	15,50	164,18	37,10	15.644	1.465	0,55	32,50	920.650
2002	70,10	15,10	184,80	21,50	12.623	1.495	0,56	32,90	992.319
2003	76,52	17,10	211,95	22,40	12.661	1.595	0,52	29,70	1.044.296
2004	81,86	17,20	244,84	39,30	n.d.(*)	1.658	0,52	29,30	1.117.162
2005	88,90	n.d. (*)	276,43	37,30	n.d.(*)	n.d.	n.d.	n.d. (*)	1.159.275

Fonte: Elaboração própria (2008), baseada em dados do IBGE (2002; 2005); Aneel (2005); Celpa (2001; 2006). (*) Os dados referentes à parcela de renda da população entre os 50% mais pobres do Estado do Pará (2005), à energia exportada pelo estado (2004 e 2005), ao consumo de energia elétrica no setor comercial (2005), ao coeficiente de Gini (2005) e à parcela de renda da população entre os 5% mais ricos do estado (2005) não se encontram disponíveis. (**) O valor de referência do dólar foi de R$ 2,20.

e a parcela de renda da população entre os 5% mais ricos no Estado do Pará.

Em relação à taxa de eletrificação em domicílios e a parcela de renda da população entre os 50% mais pobres do Estado do Pará, observou-se que a taxa de atendimento público de energia elétrica em domicílios no Pará passou de 55,30%, em 1995, para 88,9%, em 2005, ou seja, um avanço de 60,76% através de um aumento anual médio de 3,36%. Já a parcela de renda da população entre os 50% mais pobres, passou de 15,40%, em 1995, para 17,20%, em 2005 (Tabela 2). Isto indica que o aumento do atendimento público em domicílio de energia

elétrica no Pará tem contribuído para a desconcentração de renda de sua população.

A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0251, ou seja, a taxa de atendimento público de energia elétrica em domicílios paraenses e a parcela de renda da população entre os 50% mais pobres apresentaram uma correlação média. Entre 1995 e 2004, os coeficientes de variação foram 8,86% e 6,34%, respectivamente.

Em relação à tarifa cobrada pela eletricidade no setor residencial e a taxa de eletrificação em domicílios no Estado do Pará, destaca-se que, entre 1995 e 2005, o comportamento crescente da tarifa cobrada no setor residencial tem contracenado com o aumento da taxa de atendimento público deste insumo em domicílio. Entretanto, considerando-se um aumento percentual de 244,25% para a tarifa no setor, observou-se que esta cresceu mais que o avanço relativo no atendimento público de energia elétrica nos domicílios paraenses. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0001, ou seja, a tarifa média da eletricidade cobrada no setor residencial e a taxa de atendimento público de energia elétrica em domicílios paraenses identificam uma baixa correlação. No tocante ao valor investido em energia elétrica em todos os setores no estado e a taxa de eletrificação em domicílios no Estado do Pará, detectou-se que, em termos globais, ambas as variáveis apresentaram variações crescentes; entretanto, observa-se que as quedas nos valores investidos em eletricidade no Pará, verificadas em 1998, 2002 e 2005, não tiveram grande influência na variação da taxa de atendimento público de eletricidade nestes anos. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0106, ou seja, caracterizam uma correlação média.

Quanto ao valor investido em energia elétrica em todos os setores no Estado e a quantidade de energia exportada pelo Estado do Pará, registra-se que a energia exportada pelo Estado do Pará entre 1995 e 2003 cresceu apenas 13,27%, com destaque para 2000 e 2001, com exportações de 14.446 GW e 15.644 GW, respectivamente. Enquanto em 1995 a energia exportada equivalia a 49,66% da energia gerada, em 2003, a energia que o Estado exportou correspondeu a 44,84% da gerada. Os investimentos realizados pela Celpa, por seu turno, apresentaram variação positiva com evolução, já mencionada, de 418,05%. A análise desta relação pode verificar até que ponto os investimentos favorecem as necessidades básicas do estado ou uma política de exportação de eletricidade. Em relação à correlação linear calculada entre as variáveis, esta apresentou um *(p)* = 0,0930, isto é, apresentaram uma alta correlação. O coeficiente de variação da energia exportada pelo Pará, entre 1995 e 2003, foi de 313,43%.

Em relação à quantidade de energia consumida no setor residencial e o coeficiente de Gini no Estado do Pará, verificou-se que a variação crescente do consumo de energia elétrica no setor residencial paraense parece ter contribuído para a desconcentração de renda no Estado. Enquanto o consumo de eletricidade cresceu de 1.053, em 1995, para 1.658, em 2004, o coeficiente de Gini passava de 0,56 para 0,52 na mesma escala temporal. Entretanto, observa-se que, considerando as unidades consumidoras, o consumo per capita no setor não registrou aumento relevante, permanecendo em 0,001 GW. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0190, ou seja, caracterizaram uma correlação média. No tocante ao valor investido em energia elétrica em todos os setores no Estado e a parcela de renda da população entre os 5% mais ricos do Estado do Pará, observou-se que o crescimento dos investimentos em energia elétrica efetuados pela Celpa no Estado indica ter contribuído para a uma desconcentração de renda. Enquanto os valores investidos em

eletricidade cresciam, a parcela de renda da população entre os 5% mais ricos diminuía, ou seja, a renda passou moderadamente a migrar para as camadas de menor poder aquisitivo. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0420, ou seja, apresentaram uma correlação média. O coeficiente de variação do comportamento da parcela de renda da população entre os 5% mais ricos entre 1995 e 2004 registrou 6,32%.

Em relação à tarifa média cobrada pela energia elétrica no setor residencial e o coeficiente de Gini no Estado do Pará, observou-se que o aumento das tarifas cobradas pela eletricidade no setor residencial contracenou com a diminuição do coeficiente de Gini, ou seja, entre 1995 e 2004, mesmo com o aumento nas tarifas da ordem de 205,17%, a renda da população paraense sofreu uma desconcentração. Quanto à correlação linear calculada entre as variáveis, identificou-se um *(p)* = 0,0141, ou seja, apresentaram uma correlação média.

No que trata a relação entre o número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e a quantidade de energia elétrica exportada pelo Estado do Pará, verificou-se que a expansão das unidades consumidoras e o consequente aumento global deste consumo não interferiram nas quantidades exportadas de eletricidade pelo Pará. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0395, ou seja, apresentaram uma correlação média. Em relação à quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e a taxa de eletrificação em domicílios no Estado do Pará destaca-se uma relação relevante; entretanto, não se pode ignorar que o consumo por unidades de registro no setor residencial permaneceu em 0,001 GW entre 1995 e 2004 e a avaliação dos avanços da taxa de eletrificação devem considerar este dado como referência. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0001, ou seja, apresentaram uma baixa correlação. No tocante à relação entre o coeficiente de Gini no Estado do Pará e a taxa de eletrificação em domicílios no Estado do Pará, verificou-se a existência de uma contribuição à desconcentração de renda na medida em que cria novas possibilidades de geração de emprego e renda. Quanto à correlação linear calculada entre as variáveis, esta apresentou um *(p)* = 0,0141, ou seja, apresentaram uma correlação média.

Em relação à quantidade de energia elétrica exportada pelo Estado e a parcela de renda da população entre os 5% mais ricos do Pará, observou-se que o aumento nas quantidades exportadas não parece ter contribuído decisivamente para a concentração de renda no Pará, uma vez que o crescimento das exportações de eletricidade conviveu com um comportamento de desconcentração de renda no Estado. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0654, ou seja, caracterizaram uma correlação média.

Quanto à tarifa média cobrada pela eletricidade no setor residencial e a parcela de renda da população entre os 5% mais ricos do Estado do Pará, observou-se que o aumento das tarifas cobradas pela eletricidade no setor residencial contracenou com a diminuição da parcela de renda da população entre os 5% mais ricos, ou seja, entre 1995 e 2004, mesmo com o aumento nas tarifas da ordem de 205,17%, a renda da população paraense sofreu uma desconcentração. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0005, ou seja, apresentaram uma baixa correlação. No que se refere à relação entre a tarifa média cobrada pela energia elétrica no setor residencial e a parcela de renda da população entre os 50% mais pobres do Estado do Pará, destaca-se que o aumento das tarifas cobradas pela eletricidade no setor residencial contracenou com o aumento da parcela de renda da população entre os 50% mais pobres, ou seja, entre 1995 e

2004, mesmo com o aumento nas tarifas da ordem de 205,17%, a renda da população paraense sofreu uma desconcentração. No que tange à correlação linear calculada entre as variáveis, verificou-se que *(p)* = 0,0080, ou seja, apresentaram uma baixa correlação.

No tocante à relação entre a quantidade de energia elétrica exportada pelo Estado e a parcela de renda da população entre os 50% mais pobres do Estado do Pará, observou-se que a primeira não indica possuir relação com a segunda. Mesmo com o aumento das exportações de eletricidade, entre 1995 e 2003, a população classificada entre os 50% mais pobres registrou aumento em sua parcela de renda de 15,40%, em 1995, para 17,10%, em 2003. Quanto à correlação linear calculada entre as variáveis, esta apresentou um *(p)* = 0,0517, ou seja, apresentaram uma correlação média. Em relação ao número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e a parcela de renda da população entre os 50% mais pobres do Estado do Pará, observou-se que o crescimento das unidades consumidoras no setor residencial indica influência no aumento da parcela de renda da população paraense entre os 50% mais pobres na medida em que a expansão destas unidades consumidoras representa novas possibilidades de geração de renda em ambiente doméstico. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0010, isto é, apresentaram uma baixa correlação. No tocante à relação entre a quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e a parcela de renda da população entre os 5% mais ricos do Estado do Pará, constatou-se que o aumento do consumo de energia elétrica no setor residencial indicou ter contribuído para a diminuição da parcela de renda da população entre os 5% mais ricos; entretanto, deve ser observado o consumo deste setor por unidade de registro para que se possa melhor avaliar a relação entre as variáveis. O consumo do setor por unidade de registro foi de 0,004 GW em 2000, porém, se for considerado o período de 1995 a 2004, observa-se que a variável manteve-se constante em 0,001GW utilizados por unidade de consumo. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0015, ou seja, apresentaram uma baixa correlação. Em relação entre a quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e a parcela de renda da população entre os 50% mais pobres do Estado do Pará, detectou-se que o crescimento do consumo de energia elétrica no setor residencial ocorreu paralelamente ao aumento da parcela de renda da população entre os 50% mais pobres, entretanto, a exemplo do caso anterior, deve ser observado o consumo deste setor por unidade consumidora para que se possa melhor avaliar a relação entre as variáveis. O consumo do setor por unidade de registro apresentou, no período de 1995 a 2004, um comportamento constante em 0,001GW. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0331, ou seja, apresentaram uma correlação média.

Quanto ao número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e o coeficiente de Gini no Estado do Pará, observou-se que o crescimento das unidades consumidoras de energia elétrica/empreendimentos no setor residencial identificou ter contribuído para a diminuição do coeficiente de Gini verificado no Estado do Pará. A expansão das unidades consumidoras contribuiu relativamente para a desconcentração de renda no Pará na medida em que representa novas possibilidades de geração de renda em âmbito doméstico. No tocante à correlação linear calculada entre as variáveis, esta encontrou um *(p)* = 0,0015, ou seja, indicaram uma baixa correlação. No tocante à relação entre a quantidade de energia elétrica exportada pelo estado e o coeficiente de Gini no Estado do Pará, verificou-se que o aumento das quantidades exportadas

de eletricidade no estado paraense não indicou ter contribuído para a concentração de renda de sua população. Mesmo com o aumento destas exportações de eletricidade, entre 1995 e 2003, a população paraense registrou uma diminuição no seu coeficiente de concentração de renda. Entretanto, a correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0606, ou seja, apresentaram uma correlação média. Quanto ao número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e a parcela de renda da população entre os 5% mais ricos no Estado do Pará, observou-se que o aumento do número de unidades consumidoras de eletricidade/empreendimentos no setor residencial indicou relativa contribuição na diminuição da parcela de renda da população paraense entre os 5% mais ricos, já que a expansão destas unidades consumidoras representa novas possibilidades de geração de renda em ambiente doméstico aos menos favorecidos, o que contribuiu a uma desconcentração global de renda. O cálculo da correlação linear entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0093, ou seja, apresentaram uma baixa correlação.

3 Dimensão ambiental

A dimensão ambiental do setor residencial foi analisada através das seguintes relações: relação entre a quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e o rendimento energético estimado da eletricidade no setor residencial; relação entre o número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e o rendimento energético estimado da eletricidade no setor residencial; relação entre a quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e a emissão estimada de gás metano (CH_4) oriundo da geração de eletricidade no Estado do Pará, por empreendimentos hidroelétricos; relação entre a quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e a emissão estimada de gás dióxido de carbono (CO_2) oriundo da geração de eletricidade no Pará, por empreendimentos hidroelétricos; relação entre o número de unidades consumidoras de energia elétrica/empreendimentos no setor residencial e a emissão estimada de gás metano (CH4) oriundo da geração de eletricidade no Estado do Pará, por empreendimentos hidroelétricos; e a relação entre o número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e a emissão estimada de gás dióxido de carbono (CO_2) oriundo da geração de eletricidade no Estado do Pará, por empreendimentos hidroelétricos.

Em relação à quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e o rendimento energético estimado da eletricidade no setor residencial, observou-se que o consumo de eletricidade no setor residencial e o rendimento energético estimado da eletricidade no setor apresentaram variações positivas (Tabela 3). O rendimento energético do setor apresentou, em 1995, um desempenho de 36%; enquanto que em 2005, o rendimento estimado foi de 49%. O setor residencial deteve, entre 1995 e 2005, o título de menor rendimento energético dentre os setores, o que equivale a dizer que o crescimento do consumo de eletricidade no setor precisa aumentar seus ganhos de eficiência através das demandas daquele setor. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0001, isto é, o consumo de energia elétrica no setor residencial e o rendimento energético da eletricidade no mesmo setor caracterizaram uma baixa correlação. O coeficiente de variação do rendimento energético da eletricidade no setor comercial não será aqui destacado por tratar-se de um comportamento estimado.

Em relação ao número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e o rendimento energético estimado da eletricidade no setor residencial, verificou-

Tabela 3 - Quantidade de eletricidade consumida no setor residencial, rendimento energético estimado da eletricidade no setor residencial, nº de unid. cons. de eletricidade no setor residencial, emissão estimada de dióxido de carbono (CO_2) e emissão estimada de metano (CH_4) no Pará (1995-2005).

Ano	Consumo de energia elétrica no setor residencial (em GW)	Rendimento energético da eletricidade no setor residencial - % (**)	Nº. de unidades consum.de eletric. no setor residencial	Emissão estimada de dióxido de carbono (CO_2) em ton. no Pará (***)	Emissão estimada de metano -CH_4 em toneladas no Pará (***)
1995	1.053	36,0	768.158	1.302,1	71,0
1996	1.144	37,3	789.259	2.604,2	142,0
1997	1.229	38,6	805.581	3.906,3	213,0
1998	1.300	39,9	821.188	5208,4	284,0
1999	1.417	41,2	859.122	6.510,5	355,0
2000	1.596	42,5	884.612	7.812,6	426,0
2001	1.465	43,8	920.650	9.114,7	497,0
2002	1.495	45,1	992.319	10.416,8	568,0
2003	1.595	46,4	1.044.296	11.718,9	639,0
2004	1.658	47,7	1.117.162	13.021,0	710,0
2005	n.d.(*)	49,0	1.159.275	14.323,1	781,0

Fonte: Elaboração própria (2008), baseada em dados da Celpa (2001; 2006) e BEU (2000). (*) O dado referente ao consumo de energia elétrica em 2005 não se encontra disponível. (**) Nos anos em que o rendimento energético da eletricidade não foi calculado pelo Balanço de Energia Útil (BEU), foram atribuídas estimativas pautadas em variações anuais anteriores. (***) O cálculo das estimativas de emissão de metano CH_4 e de dióxido de carbono (CO_2) baseou-se em Santos (2000). O ano de referência utilizado para o cálculo da quantidade estimada de metano foi 1995, ou seja, início do período analisado neste estudo.

-se que a variação positiva verificada no número de unidades consumidoras de eletricidade no setor residencial ocasionou um aumento do consumo de energia elétrica, que, por sua vez, deve ser aproveitado de modo eficiente. Neste sentido, o rendimento energético da eletricidade no setor residencial precisa aumentar seus ganhos de eficiência para que o aumento destas unidades consumidoras se traduza em melhor aproveitamento deste insumo, caso contrário, a expansão destas unidades carregaria grandes perdas globais de energia elétrica no setor.

Quanto à correlação linear calculada entre as variáveis, esta apresentou um *(p)* = 0,0925, ou seja, apresentaram uma alta correlação. No tocante à relação entre a quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e a emissão estimada de gás metano (CH_4) oriundo da geração de eletricidade no Estado do Pará, por empreendimentos hidroelétricos, verificou-se que o setor residencial paraense vem consumindo quantidades crescentes de energia elétrica.

Todavia, a quase totalidade desta energia consumida pelo setor no Estado é oriunda de hidroelétricas. Assim, a emissão estimada de gases do efeito estufa, como o metano (CH_4), que tomou aqui referência para cálculo o ano de 1995, apresentou naturalmente quantidades crescentes, que são emitidas anualmente em virtude da permanência da cobertura vegetal nos empreendimentos hidrelétricos do Pará. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0001, ou seja, apresentaram uma baixa correlação. O coeficiente de variação da quantidade de emissões de metano (CH_4) não será aqui destacado por se tratar de um comportamento estimado. Em relação à quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e a emissão estimada de gás dióxido de carbono (CO_2) oriundo da geração de eletricidade no Pará, por empreendimentos hidroelétricos, verificou-se a mesma dinâmica entre o consumo de energia elétrica no setor residencial paraense e o acúmulo de metano, observada a pouco. O gás dióxido de carbono (CO_2) estimado no Pará no período em análise também apresenta quantidades crescentes, que são emitidas anualmente em virtude da permanência da cobertura vegetal nas hidrelétricas paraenses. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0001, ou seja, apresentaram uma baixa correlação. O coeficiente de variação da quantidade de emissões de dióxido de carbono (CO_2) não será aqui destacado por tratar-se de um comportamento estimado.

No que tange à relação entre o número de unidades consumidoras de energia elétrica/empreendimentos no setor residencial e a emissão estimada de gás metano (CH4) oriundo da geração de eletricidade no Estado do Pará, por empreendimentos hidroelétricos, observou-se que o crescimento do número de unidades consumidoras de eletricidade no setor residencial, sob o aspecto ambiental, demonstra uma evolução das responsabilidades deste setor pela emissão de gases, como o meta no (CH_4), se considerarmos que esta energia é produzida, sobretudo, a partir de hidrelétricas. O número de unidades consumidoras de energia elétrica/empreendimentos apresentou, entre 1995 e 2005, um crescimento constante no setor residencial da ordem de 50,92%; a emissão de gás metano (CH_4), por sua vez, considerou a lógica de crescimento estimado das emissões deste gás nos reservatórios paraenses através de um processo de acúmulo. Em relação à correlação linear calculada entre as variáveis, esta apresentou um *(p)* = 0,0925, ou seja, apresentaram uma alta correlação.

Quanto ao número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e a emissão estimada de gás dióxido de carbono (CO_2) oriundo da geração de eletricidade no Estado do Pará, por empreendimentos hidroelétricos (1995-2005), detectou-se que, na medida em que novas unidades consumidoras de energia elétrica são instaladas no setor residencial, a exemplo do que acontece com a emissão de metano, aumentam também as responsabilidades pelas emissões de dióxido de carbono. O destaque, entretanto, é a maior proporcionalidade deste gás em relação ao metano. Segundo estimativas, os empreendimentos hidroelétricos do Estado paraense emitem por ano 1.302,1 toneladas deste gás; assim, o número de unidades consumidoras de eletricidade/empreendimentos no setor cresceria junto com as responsabilidades destas emissões. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0925, ou seja, apresentaram uma alta correlação. Quanto maior a necessidade de consumo de eletricidade, e por consequência de novas unidades consumidoras instaladas, maior a necessidade por reservatórios e, por consequência, maior a emissão de gazes do efeito estufa.

4 Dimensão política

A dimensão política do setor residencial foi analisada através das seguintes relações: relação entre a quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e o Índice Aneel de satisfação do consumidor residencial em relação ao acesso à Celpa por parte do cliente de energia elétrica paraense; relação entre o número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e o Índice Aneel de satisfação do consumidor residencial em relação ao acesso à Celpa por parte do cliente de energia elétrica paraense; relação entre o consumo de energia elétrica no setor residencial e o Índice Aneel de satisfação do consumidor residencial em relação à confiabilidade do cliente de energia elétrica paraense nos serviços prestados pela Celpa; e a relação entre o número de unidades consumidoras no setor residencial e o Índice Aneel de satisfação do consumidor residencial em relação à confiabilidade do cliente de energia elétrica paraense nos serviços prestados pela distribuidora local. Em relação à quantidade de energia elétrica consumida no setor residencial e o Índice Aneel de satisfação do consumidor residencial em relação ao acesso à Celpa por parte do cliente de energia elétrica paraense, observou-se que o comportamento do consumo de eletricidade no setor residencial entre 1995 e 2004 configurou um crescimento em números absolutos. Mas, considerando-se o consumo do setor por unidade de registro, verificou-se que, apesar de algumas variações positivas, o setor, que consumia em 1995 0,001 GW, ainda apresentou o mesmo perfil de consumo em 2004. A partir de 2000, foi implantado o IASC, que constatou uma instabilidade quanto ao acesso à empresa por parte do cliente paraense. Nos anos de 2001 e 2005, a Aneel classificou o desempenho do índice como regular, enquanto, nos demais anos, como bom. Assim, o aumento do consumo de eletricidade no setor não equivaleu a uma insatisfação quanto ao acesso à Celpa por parte do cliente. Destaca-se, entretanto, que, em 2001, por ocasião do racionamento, o consumo não foi o único a apresentar queda, mas também o IASC (Tabela 4).

No tocante à correlação linear calculada entre as variáveis, esta apresentou um *(p)* = 0,0103, isto é, o consumo de energia elétrica no setor residencial e o IASC em relação ao acesso à Celpa por parte do cliente paraense apresentaram uma média correlação. O coeficiente de variação do IASC em relação ao acesso à Celpa por parte do cliente paraense foi de 8,37%. Em relação ao número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e o Índice Aneel de satisfação do consumidor residencial em relação ao acesso à Celpa por parte do cliente de energia elétrica paraense, verificou-se que o número de consumidores acusou crescimento significativo no setor residencial, mas a satisfação quanto ao acesso destes consumidores às distribuidoras não apresentou a mesma regularidade, apresentando, inclusive, uma queda de desempenho se forem considerados os resultados do índice em 2000 e em 2005, resultados do índice. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0462, ou seja, indicaram uma correlação média.

Tabela 4 - Consumo de eletricidade no setor residencial, IASC residencial em relação ao acesso à Celpa por parte do cliente de eletricidade no Pará, número de unidades consumidoras de eletricidade e IASC em relação ao acesso à confiabilidade do cliente nos serviços prestados pela Celpa (1995-2005).

Ano	Consumo de energia elétrica no setor residencial (em GW)	IASC em relação ao acesso à Celpa (**)	Nº. de unidades cons.de elet. no setor resid.	IASC em relação ao acesso à confiab.do cliente nos serv. Prest. pela Celpa (**)
1995	1.053	n.d.	768.158	n.d.
1996	1.144	n.d.	789.259	n.d.
1997	1.229	n.d.	805.581	n.d.
1998	1.300	n.d.	821.188	n.d.
1999	1.417	n.d.	859.122	n.d.
2000	1.596	67,38	884.612	59,55
2001	1.465	59,16	920.50	57,87
2002	1.495	61,78	992.319	64,11
2003	1.595	61,63	1.044.296	57,95
2004	1.658	65,49	1.117.162	63,02
2005	n.d.(*)	52,79	1.159.275	51,36

Fonte: Elaboração própria (2008), baseada em dados da Celpa (2001; 2006) e ANEEL (2005). (*) O dado referente ao consumo de energia elétrica em 2005 não se encontra disponível. (**) Entre 1995 e 1999, o IASC ainda não havia sido criado

No tocante à relação entre o consumo de energia elétrica no setor residencial e o Índice Aneel de satisfação do consumidor residencial em relação à confiabilidade do cliente de energia elétrica paraense nos serviços prestados pela Celpa, detectou-se que o crescimento constante do consumo de eletricidade no setor residencial do Estado do Pará entre 2000 e 2005 não encontrou regularidade no desempenho do IASC quanto à confiabilidade. O comportamento do IASC que aborda a confiabilidade do consumidor residencial em relação ao fornecimento de energia elétrica pública no Estado apresentou-se com oscilações sistemáticas, variando anualmente entre desempenhos regular e bom. A correlação linear calculada entre as variáveis apresentou um *(p)* = 0,0537, ou seja, apresentaram uma correlação média. O coeficiente de variação do IASC em

relação à confiabilidade do cliente paraense nos serviços prestados foi de 7,71%. Em relação ao número de unidades consumidoras no setor residencial e o Índice Aneel de satisfação do consumidor residencial em relação à confiabilidade do cliente de energia elétrica paraense nos serviços prestados pela distribuidora local, observou-se que a variação do número de consumidores no setor residencial, entre 1995 e 2005, caracterizou uma expansão moderada de clientes no setor, mas a satisfação quanto à confiabilidade destes clientes nos serviços prestados pela distribuidora local não vem agradando as novas unidades de registro de consumo de modo crescente. Entretanto, o comportamento moderado desta insatisfação vem atribuindo característica numérica de alteração similar entre as variáveis. Enquanto o coeficiente de variação do número de unidades consumidoras de eletricidade no setor residencial paraense é de 14,87%, o coeficiente de variação do IASC em relação à confiabilidade do cliente paraense nos serviços prestados pela Celpa foi de 7,71%. Quanto à correlação linear calculada entre as variáveis, esta apresentou um *(p)* = 0,0452, ou seja, apresentaram uma correlação média. A seguir, observa-se uma análise geral da sustentabilidade energética do setor residencial paraense, de modo a examinar a evolução das dimensões, verificadas através dos investimentos globais em eletricidade e do consumo deste insumo no setor residencial como fator contribuinte à dinâmica do desenvolvimento socioeconômico do setor residencial no Pará.

O setor residencial paraense caracterizou-se por uma razoável utilização de energia elétrica, por altas tarifas pagas e por um baixo rendimento energético da eletricidade. A análise da sustentabilidade energética, do setor reside na relação entre os investimentos em eletricidade e o aumento da renda média do trabalhador em aspecto global. Apesar da evolução positiva da renda média do trabalhador paraense ter sido mais discreta que a tendência de aumento dos investimentos em energia elétrica no Estado, verificou-se uma relativa contribuição do segundo em relação ao primeiro. Afinal, a energia não compreende o único elemento contribuinte para o aumento da renda média de um trabalhador. Portanto, acredita-se que o setor residencial apresentou-se com uma relativa sustentabilidade energética sob aspecto econômico. No aspecto social, a tendência de aumento do número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e do consumo deste insumo naquele setor indicou, em princípio, um favorecimento à discreta melhoria do coeficiente de Gini no Estado. Porém, a variação positiva nas tarifas cobradas pela eletricidade no setor residencial foi muito acima da variação dos salários e do IGP/FGV. Este panorama indicou que para grande parcela da população brasileira, a satisfação das necessidades energéticas foi comprometida pela renda. Portanto, o setor residencial apresentou-se com insustentabilidade energética sob o aspecto social, pois os paraenses gastam, em termos relativos, uma parcela cada vez maior dos salários para atender suas necessidades energéticas básicas.

No aspecto político, o setor também se apresentou com insustentabilidade energética na medida em que a tendência de aumento das tarifas cobradas pela energia elétrica e de crescimento dos investimentos em eletricidade não se refletiram em melhoria da qualidade nos serviços de fornecimento deste insumo aos paraenses. Enquanto a tarifa cobrada pela eletricidade no setor e os investimentos cresceram, os índices de satisfação do consumidor paraense apresentaram-se decrescentes. Em relação ao aspecto ambiental, o setor anotou insustentabilidade energética, registrando um médio consumo de eletricidade, porém em combinação com um baixíssimo rendimento energético deste insumo. O setor residencial ainda precisa elevar seus níveis de eficiência. O baixo rendimento energético evidenciou altas perdas na conversão da energia no setor e o aumento do

consumo de eletricidade, nos próximos anos, irá naturalmente encadear novas margens de perda. Os impactos negativos causados pela construção de hidrelétricas vêm prejudicando muitas comunidades no Pará e o não aproveitamento eficiente da energia utilizada aumenta ainda mais estes impactos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços no processo de desenvolvimento socioeconômico paraense a partir dos investimentos em energia elétrica desde a década de 80 são inquestionáveis. Entretanto, este estudo concluiu que a tendência de crescimento dos investimentos em energia elétrica e o aumento constante do consumo deste insumo em todos os setores de atividade no Pará não estão se traduzindo estrategicamente em desenvolvimento socioeconômico e em uma melhoria concreta das condições de vida dos paraenses de forma sustentável e de modo compatível com o grande potencial energético do Estado. Observou-se que a energia elétrica é gerada no Estado do Pará em função de elites e do interesse nacional representado por regiões mais desenvolvidas economicamente. A melhoria do perfil socioeconômico do estado, verificado nos últimos dez anos, representa apenas uma pequena fatia das possibilidades que poderiam ter sido desenhadas junto à realidade local, enquanto os impactos ambientais representam o legado de uma energia elétrica gerada localmente e que não se utiliza, em maior parte, no estado. Esta dinâmica, através de um processo dialético, faz com que o favorecimento dessas elites, na figura de grandes grupos econômicos, implique, necessária e contraditoriamente, o fortalecimento dos vários grupos atingidos pelos impactos dessa geração através de um amplo processo de exclusão social.

O Estado do Pará continua servindo ao país apenas como fonte de insumos a baixo custo, o que impõe a sua população uma condição excludente articulada pelo capital. As características dos grandes projetos hidroelétricos não têm favorecido estrategicamente o desenvolvimento socioeconômico do Estado em longo prazo. O Pará continua apenas a fornecer matéria-prima energética para as regiões geograficamente centrais, que possuem economias mais dinâmicas. Este panorama, além de tornar sua população detentora dos amplos impactos sociais e ambientais provenientes da construção desses grandes projetos coloca o Estado em uma condição de submissão à lógica do capital na medida em que exclui suas comunidades de benefícios sociais comprometidos com a equidade, entendida aqui como o acesso à eletricidade em condições justas, em favor da ampliação do PIB nacional em curto prazo. A possibilidade de contribuição para a modificação deste quadro residiu, inicialmente, na identificação do papel do setor elétrico na dinâmica do desenvolvimento socioeconômico do Pará através do setor residencial. Este esforço foi alicerçado em uma concepção cuja experiência adquirida com o passado, alimentadas por observações presentes criou condições de melhor orientar o planejamento público. Todavia, como destacaram Reis, Fadigas e Carvalho (2005), a coleta de ensinamentos e diretrizes nem sempre compreende uma tarefa de simples consulta ao passado apenas para colher críticas ao presente, desprezando as incertezas e as armadilhas do tempo, sem maiores compromissos com a construção do futuro. O universo das reflexões deve ser baseado na percepção de que o futuro é alicerçado por ações verificadas a cada momento, mas sua realização estará sujeita às forças variadas que estão além do alcance dos estudiosos. A análise da relação entre energia elétrica e desenvolvimento socioeconômico no Pará através das correlações lineares identificou um campo complexo de estudo. Esta complexidade aumenta ainda mais quando se sabe que a energia elétrica não é a única responsável por um processo de desenvolvimento socioeconômico. A

seguir, apresentam-se as inferências a respeito da análise do papel do setor elétrico no processo de desenvolvimento socioeconômico do Pará através dos meandros do setor residencial no Estado do Pará com base no comportamento de variáveis verificadas entre 1995 e 2005.

O setor residencial paraense, por seu turno, caracterizou-se por uma razoável utilização de energia elétrica, por altas tarifas pagas e por um baixo rendimento energético da eletricidade. A análise da sustentabilidade energética do setor reside na relação entre os investimentos em eletricidade e o aumento da renda média do trabalhador em aspecto global. Apesar da evolução positiva da renda média do trabalhador paraense ter sido mais discreta que a tendência de aumento dos investimentos em energia elétrica no Estado, verificou-se uma relativa contribuição do segundo em relação ao primeiro. Afinal, a energia não compreende o único elemento contribuinte para o aumento da renda média de um trabalhador. Portanto, acredita-se que o setor residencial apresentou-se com uma relativa sustentabilidade energética sob o aspecto econômico. No aspecto social, a tendência de aumento do número de unidades consumidoras de energia elétrica no setor residencial e do consumo deste insumo naquele setor indicou, em princípio, um favorecimento à discreta melhoria do coeficiente de Gini no Estado. Porém, a variação positiva nas tarifas cobradas pela eletricidade no setor residencial foi muito acima da variação dos salários e do IGP/FGV. Este panorama indicou que, para grande parcela da população paraense, a satisfação das necessidades energéticas foi comprometida pela renda. Portanto, o setor residencial apresentou-se com insustentabilidade energética sob o aspecto social, já que os paraenses gastam, em termos relativos, uma parcela cada vez maior dos salários para atender suas necessidades energéticas básicas.

No aspecto político, o setor também se apresentou com insustentabilidade energética na medida em que a tendência de aumento das tarifas cobradas pela energia elétrica e de crescimento dos investimentos em eletricidade não se refletiram em melhoria da qualidade nos serviços de fornecimento deste insumo aos paraenses. Enquanto a tarifa cobrada pela eletricidade no setor e os investimentos cresceram, os índices de satisfação do consumidor paraense em relação à disponibilidade deste insumo apresentaram-se decrescentes. No aspecto ambiental, o setor anotou insustentabilidade energética com um médio consumo de eletricidade, porém em combinação com um baixíssimo rendimento energético deste insumo. O setor residencial ainda precisa elevar seus níveis de eficiência. O baixo rendimento energético evidenciou altas perdas na conversão da energia no setor e o aumento do consumo de eletricidade, nos próximos anos, irá naturalmente encadear novas margens de perda. Os impactos negativos causados pela construção de hidrelétricas vêm prejudicando muitas comunidades no Pará e o não aproveitamento eficiente da energia utilizada aumenta ainda mais estes impactos.

Em âmbito global, verificou-se no ambiente do setor residencial que o efeito dos investimentos em eletricidade junto à dinâmica do desenvolvimento socioeconômico do Pará se expressa através da desconcentração de renda e da ampliação do acesso à satisfação de necessidades energéticas. Na realidade, o setor residencial, respeitando suas vastas possibilidades de ganhos de eficiência técnica e no fornecimento de energia elétrica com justiça social, compreende muito mais um espelho da dinâmica promovida pelos setores econômicos [2] do Estado paraense, na medida em que estes fornecem condições de emprego e renda, de modo a interferir no poder aquisitivo das famílias. É ainda importante destacar a oportunidade de reflexão dialética deste estudo, em

[2] Os setores econômicos - agropecuário, industrial e comercial - detêm um papel estratégico a partir da utilização da eletricidade; porém a análise destes setores não é objeto de estudo no presente artigo.

que a contraposição de ideias alicerçadas pela tensão de opostos e por severas contradições econômicas, sociais e política, que permeou a análise do papel do setor elétrico no desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, apontou inúmeras contestações. Dentre elas, citam-se: as distribuidoras de energia elétrica que não exercem seu papel de investidoras no setor; o direcionamento dos recursos energéticos em favor de elites em detrimento das necessidades de melhoria do padrão de vida dos paraenses; a manutenção de um perfil energético insustentável para a região; a utilização de recursos considerados como receita originária de dinheiro público, seja na forma de recursos do BNDES a título de empréstimo, seja como fundos de pensão para o financiamento de parte da compra das distribuidoras de eletricidade por empresas privadas; a promoção de um desenvolvimento socioeconômico que coloca absolutamente em segundo plano e eletrificação das propriedades rurais paraenses. Entretanto, a maior das contradições reside no próprio entendimento do que seria desenvolvimento, que é desenhado a partir de um ideário de progresso social e constatado a partir de bases economicistas. O fato dos interesses econômicos não se subjulgarem aos princípios éticos que acolhem valores ecológicos e espirituais comprometem a essência da ideia terminológica do que seria o desenvolvimento sustentável. Dito isso, constata-se que a ideia mais aceitável para a construção do entendimento do desenvolvimento sustentável, de forma a iniciar uma contribuição ao termo a partir de uma dimensão mais categórica, alicerça-se na ideia de que o desenvolvimento sustentável compreende uma condição de crescimento contínuo de uma economia, de modo a permitir uma razoável distribuição concreta da riqueza social através da ampliação do acesso das populações à satisfação de necessidades básicas, e a energia elétrica compreende uma destas necessidades.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de energia elétrica do Brasil.** Brasília, 2002.

_____. **Banco de informação de geração:** banco de dados. Disponível em: <http://www.ANEEL.gov.br/15htm>. Acesso em: 15 set. 2005.

ARAGÓN, L. E. Desenvolvimento sustentável e cooperação internacional. In: XIMENES, Tereza (Org.) **Perspectivas do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA/UFPA, 1997. p. 577-604.

BERMANN. C. **Energia no Brasil:** para quê? Para quem? Crise e alternativas para um país sustentável. São Paulo: Livraria da Física, 2003.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Modelo institucional do setor elétrico**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Balanço de Energia Útil.** Brasília, 2005.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. **Estatísticas das bases de dados do MTE.** Disponível em: <https://www.caged.gov.br/index.html>. Acesso em: 21 nov. 2005.

CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar**. Petrópolis: Vozes, 1993.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS. **Relatório sobre geração, fornecimento e suprimento de energia elétrica na Região Norte/Nordeste**. Brasília, 2004.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL. **Relatório de acompanhamento do mercado de energia elétrica**. Brasília, 1999.

_____. Portal Disponível em: www.eln.gov.br/ Acesso em: 25 jan. 2007.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ. **Relatório da administração**: exercício de 2005. Belém, 2006.

_____. **Relatório da administração**: exercício de 2004. Belém, 2005.

_____. **Relatório da administração**: exercício de 2003. Belém, 2004.

DALY, H.E. **Sustainable development:** from concepts and theory to operational principles. New York: Oxford University Press. 1991.

FEARNSIDE, P. M. **Emissões de gases do efeito estufa em reservatórios na Amazônia.** Manaus: INPA, 1997.

FENZL, N. Estudo de parâmetros capazes de dimensionar a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento. In: XIMENES, Tereza (Org.) **Perspectivas do desenvolvimento sustentável.** Belém: NAEA/UFPA, 1997. p. 01-31.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Divisão de gestão de dados do instituto brasileiro de economia: IGP. Disponível em: http://www2.fgv.br Acesso em: 20 out. 2006.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapas interativos**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Pesquisa nacional a domicílio.** 2005. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Pesquisa nacional a domicílio**.1996. Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Download: estimativas_projecoes_populacao: banco de dados. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/redir_download.php. Acesso em: 20 out. 2004.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1995.

PARSONS, T. Evolutionary Universals in Society. In: **From modernization to globalization.**[s.l.: s.n.], 1964.

REIS, L. B.; FADIGAS, E. A. A.; CARVALHO, C. E. **Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável.** Barueri-SP: Manole, 2005. (Coleção Ambiental)

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, M. A. **Inventário das emissões de gases de efeito estufa derivados de hidrelétricas**. 2000. 523f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS. **Relatório da diretoria de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas. Belém, 2006.**

SOUZA, N. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

VIEIRA, A. L. **Análise do ciclo de vida:** uma avaliação social e econômica da reciclagem das latas de alumínio na cidade de Belém. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

A Revista **Movendo Ideias** publica temas e questões de interesse do Centro de Estudos Sociais Aplicados, os quais são submetidos ao conselho Editorial. Em todos os casos os trabalhos devem ser inéditos e enviados para a publicação exclusiva da Revista.

Objetivo:

- Estimular habilidades de redação de artigos científicos, ensaios, artigos de pesquisa, textos de conferências apresentados, resenhas, entrevistas e outros;
- Divulgar e socializar os trabalhos de investigação científica, com vistas a criar uma cultura de investigação científica;
- Promover debates com temas de interesse da comunidade acadêmica: científica e da sociedade.

Quem pode publicar:

- Estudantes de graduação, mestrado e doutorado da Unama;
- Docentes e estudantes de graduação, mestrado e doutorado de faculdades e universidades de outros países.

Análise de Originais:

- Os artigos científicos, ensaios, artigos de pesquisa, textos de conferências apresentadas, resenhas, entrevistas e outros serão analisados pelos Membros do Conselho Editorial, sob a coordenação de seu Presidente.

Apresentação de Originais:

Os trabalhos obedecerão as seguintes estruturas na apresentação dos originais:

- **Titulo:** acompanhando subtítulo (quando for o caso) – deve ser claro, objetivo e sem abreviatura;

Nome dos autores (máximo de três), por extenso em itálico e negrito (*) para rodapé, onde serão indicadas duas credenciais escolhidas pelo autor;

- **Uma cópia digitada em espaço duplo**, sem emendas, acompanhada do respectivo CD ou email (movendoideias@unama.br), na versão word for windows 7.0 ou superior, salvo casos absolutamente excepcionais e justificados. Os originais não devem ultrapassar o limite de 20 páginas digitadas.
- **Resumo de 10 linhas** que sintentize os propósitos, métodos e principais conclusões;
- **Palavras-chave**: Mínimo de 5 e máximo d 8 palavras, as quais deverão constatar no resumo;
- **Dados sobre o autor**: nome completo, endereço, telefone, fax, e-mail, vinculação institucional, cargo, área de interesse, últimos publicações etc;
- **Notas** de natureza exclusivamente substantiva, numeradas sequencialmente e digitadas em folhas separadas.;
- **Mensões** a mesmo autor, no decorrer do texto, devem subornar-se à forma – autor/data – como no exemplo: (SANTOS, 1997). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser diferenciados adicionando uma letra depois da data. Exemplo (SANTOS, 1997a), (SANTOS, 1997b);
- **Ilustrações complementares** - quadros mapas gráficos e outros – deverão ser apresentados em folhas separadas do texto com indicações dos locais onde serão inseridas, numeradas, tituladas com indicação da fonte. Sempre que possível, devem estar confeccionadas para a sua reprodução direta.
- **Siglas e abreviações**: devem ser registradas em parênteses, seguida de suas significações. As siglas com mais de quatro letras formando palavras, devem ser digitadas em caixa alta e caixa. Ex. Unesco;
- **As citações de até três linhas** devem ser destacadas no parágrafo entre aspas (“), sem alteração do tamanho da letra. As citações com quatro linhas ou mais, devem ser destacadas em nova linha, com recuo de 4cm da margem esquerda, fonte 10, sem aspas e com espaço simples entre linhas. Evitar o uso de citações em negrito e em caixa alta. As palavras e/ou expressões em língua estrangeira devem manter a mesma fonte e aparecer entre aspas;
- **As referências bibliográficas** apresentadas ao final do artigo devem estar em ordem alfabética, obedecendo às normas da ABNT desde que tenham, obrigatoriamente, sido citadas no artigo.

Os artigos recebidos, aceitos ou não para publicação, não serão devolvidos aos seus autores.

O envio de trabalhos implica cessão de direitos autorais para revista. Serão fornecidos ao autor principal de cada artigo 5 (cinco) exemplares do número da revista em que seu artigo foi publicado. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Para obter mais informações sobre essas normas, consulte **Referências bibliográficas**, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) nos seguintes endereços: www.abnt.org.br, ou Avenida Treze de Maio, 13, 28º andar, caixa postal 1680, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20003-000: Tel: 921) 3210-3122.

Unama
UNIVERSIDADE
DA AMAZÔNIA

"Educação para o desenvolvimento
da Amazônia"

Campus Alcindo Cacela
Av. Alcindo Cacela, 287
66060-902 - Belém-Pará
Fone: (91) 4009-3000
Fax: (91) 3225-3909

Campus BR
Rod. BR-316, km 3
67113-901 - Ananindeua-Pará
Fone: (91) 4009-9200
Fax: (91) 4009-9308

Campus Quintino
Trav. Quintino Bocaiúva, 1808
66035-190 - Belém-Pará
Fone: (91) 4009-3344
Fax: (91) 4009-3349

Campus Senador Lemos
Av. Senador Lemos, 2809
66120-901 - Belém-Pará
Fone: (91) 4009-7100
Fax: (91) 4009-7153